



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

ANO XXXIV — Nº 011

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 15 DE MARÇO DE 1979

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

I — ATA DA 9.^a SESSÃO DA 1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA, EM 14 DE MARÇO DE 1979.

I — Abertura da Sessão

II — Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III — Leitura do Expediente

OFÍCIO

Ofício n.º 14/79, do Sr. Freitas Nobre, Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

REQUERIMENTO

Do Sr. Jair Soares, comunicando que se afastará do exercício do mandato a partir do dia 15 de março de 1979.

IV — Pequeno Expediente

MARCELO CERQUEIRA — Movimentos grevistas.

CELSO PEÇANHA — Atraso no pagamento de prestações de mutuários do Sistema Financeiro de Habitação.

OCTACÍLIO DE ALMEIDA — Governos da Revolução. Abertura política.

HELIO CAMPOS — Administração do Território de Roraima.

ODACIR KLEIN — Financiamento agrícola para os minifundiários prejudicados pela seca no Rio Grande do Sul.

FRANCISCO PINTO — Posse do General João Baptista de Oliveira Figueiredo na Presidência da República.

JOÃO HERCULINO — Inauguração da Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante em Sete Lagoas, Minas Gerais.

MENANDRO MINAHIM — Retorno do Sr. Antônio Carlos Magalhães ao Governo da Bahia.

NAVARRO VIEIRA FILHO — Constituição de cooperativas de produtores de açúcar e seus subprodutos, com a participação de pessoas jurídicas.

ANTÔNIO VALADARES — Despedidas da Câmara dos Deputados por motivo de sua próxima investidura na Secretaria de Educação e Cultura de Sergipe.

ANÍSIO DE SOUZA — Posse dos Srs. Ary Valadão e Rui Cavalcante no Governo do Estado de Goiás.

MANOEL GONÇALVES — Instalação de agência do Banco do Nordeste do Brasil em Crato, Ceará.

JOÃO CUNHA — Conjuntura político-econômica.

HERBERT LEVY — Necrológio da pianista Guiomar Novaes Pinto.

CRISTÓVÃO CHIARADIA — Reformulação do sistema de fiscalização financeira e orçamentária nos Municípios.

CARNEIRO ARNAUD — Necrológio da Sra. Iracles Pires, Cajazeiras, Paraíba.

AFRO STEFANINI — Criação de novos municípios no Estado de Mato Grosso.

JOSE MAURÍCIO — "Caravana da Integração Nacional".

TIDEI DE LIMA — Censura postal telegráfica.

FLORIM COUTINHO — Orientação educacional da juventude.

LUIZ BAPTISTA — Serviços de telefonia no Espírito Santo.

ERNESTO DE MARCO — Programa de televisão sobre o problema de combustíveis no País.

OCTACÍLIO QUEIROZ — Expectativa de reatamento de relações diplomáticas do Brasil com a República de Cuba.

PEIXOTO FILHO — Greve de professores do Estado do Rio de Janeiro.

JERÔNIMO SANTANA — Assistência médico-previdenciária em Rondônia.

ROQUE ARAS — Grilagem de terras na Bahia.

CARDOSO FREGAPANI — Anistia. Assembléia Nacional Constituinte.

JORGE ARBAGE — Direitos humanos.

FRANCISCO LIBARDONI — Vigésimo-quinto aniversário de emancipação político-administrativa de Itapiranga, Santa Catarina.

SIMÃO SESSIM — Participação do atleta profissional no preço de venda de seu passe.

RUBEM FIGUEIRÓ — Participação igualitária dos Estados e Municípios na receita do Imposto Único sobre Minerais.

LEITE SCHMIDT — Conveniência da retirada de trilhos da Estrada de Ferro Nordeste do Brasil do centro da cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

ALBERTO GOLDMAN — Afirmções dos Ministros Mário Henrique Simonsen e Angelo Calmon de Sá sobre fortalecimento da estrutura sindical.

EDSON KHAIR — Carta aberta do Comitê Brasileiro pela Anistia aos membros do Congresso Nacional sobre constituição de CPI para investigar violações de direitos humanos no País.

PRISCO VIANA — Atuação do Sr. Camillo Calazans à frente do IBC.

HENRIQUE EDUARDO ALVES — Unificação do salário mínimo.

PACHECO CHAVES — Desenvolvimento sócio-econômico do País.

JOSÉ DE ASSIS — Periculosidade da BR-153 no perímetro urbano de Goiânia, Goiás.

ALAIR FERREIRA — Sugestões da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro ao Governo do General João Baptista Figueiredo.

V — Grande Expediente

MODESTO DA SILVEIRA — Direitos humanos.

EDISON LOBÃO — Governo do Presidente Ernesto Geisel.

VI — Ordem do Dia

AIRTON SANDOVAL, GERSON CAMATA, PEIXOTO FILHO, OCTAVIO TORRECILLA, ITALO CONTI, ROQUE ARAS, CARLOS SANTOS, MAURÍCIO FRUET, FERNANDO COELHO, JORGE GAMA, JORGE ARBAGE, ADHEMAR GHISI, LYGIA LESSA BASTOS, DASO COIMBRA, ELOY LENZI — Apresentação de proposições.

FLORIM COUTINHO (Como Líder) — Legalização do sistema fundiário nas fazendas Capivari, em Duque de Caxias, e Campos Novos, em Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

CANTÍDIO SAMPAIO — Encaminhamento de votação do Projeto de Lei n.º 3.253-A, de 1976.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 140-A, de 1978, que aprova o texto do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, celebrado em Brasília a 18 de maio de 1978. (Da Comissão de Relações Exteriores) — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 1.679-D, de 1973, que declara Antônio Carlos Gomes Patrono da Música no Brasil. (Do Sr. Francisco Amaral) — Rejeitado.

Projeto de Lei Complementar n.º 102-A, de 1976, que dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural. (Do Sr. Alvaro Dias) — Adiada a discussão por 10 sessões.

Projeto de Lei n.º 3.253-A, de 1976, que introduz alterações na Lei Orgânica da Previdência Social, dispondo sobre a eliminação de períodos de carência para segurados que reingressarem na Previdência Social. (Do Sr. Theodoro Mendes) — Rejeitado.

VII — Comunicações Parlamentares

ELQUISSON SOARES — Sistema Financeiro da Habitação. Especulação imobiliária em Salvador, Bahia.

VILELA MAGALHÃES — Administração Jaime Canet Júnior, Paraná.

AUDALÍO DANTAS — Greve de fome de presos políticos em São Paulo.

ANÍSIO DE SOUZA — Combate à corrupção. Responsabilidade política.

NIVALDO KRÜGER — Política econômica do Governo em relação ao Paraná.

STOESSEL DOURADO — Campanha eleitoral da Oposição na Bahia. Desvinculação do Governador Antônio Carlos Magalhães de empreendimentos imobiliários em Salvador, Bahia.

MARCELO CORDEIRO — Especulação imobiliária em Salvador, Bahia.

FRANCISCO BENJAMIN — Desenvolvimento da Bahia após 1964.

JOSÉ FREJAT — Quadro político-econômico brasileiro.

CARLOS SANT'ANNA — Administração Roberto Santos, Bahia.

VIII — Designação da Ordem do Dia**IX — Encerramento**

Discurso proferido pelo Deputado Octacílio Queiroz, como Líder, na sessão de 12-3-79: Centenário de nascimento de Albert Einstein.

2 — MESA (Relação dos membros)

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS (Relação dos membros)

4 — COMISSÕES (Relação dos membros das Comissões Permanentes, Especiais, Mistas e de Inquérito)

Avisos**CÂMARA DOS DEPUTADOS****SECRETARIA-GERAL DA MESA****Relação dos Deputados inseritos no Grande Expediente**

Março/1979

DATA	DIA DA SEMANA	NOME
16	Sexta-feira	Josias Leite — ARENA Mendonça Netto — MDB
19	Segunda-feira	João Cunha — MDB Milton Figueiredo — ARENA
20	Terça-feira	João Linhares — ARENA Castro Coimbra — MDB
21	Quarta-feira	Waldmir Belinati — MDB Alípio Carvalho — ARENA
22	Quinta-feira	Osvaldo Melo — ARENA José Costa — MDB
23	Sexta-feira	Aluizio Bezerra — MDB Paulo Studart — ARENA
26	Segunda-feira	Raul Bernardo — ARENA Odacir Klein — MDB
27	Terça-feira	Adhemar Santillo — MDB Brabo de Carvalho — ARENA
28	Quarta-feira	Airton Soares — MDB Adhemar de Barros Filho — ARENA
29	Quinta-feira	Bezerra de Melo — ARENA Marcelo Cordeiro — MDB
30	Sexta-feira	Aldo Fagundes — MDB Alberto Hoffman — ARENA

**ATA DA 9.ª SESSÃO
EM 14 DE MARÇO DE 1979****PRESIDÊNCIA DOS SRS.**

HOMERO SANTOS, 1.º-Vice-Presidente;
RENATO AZEREDO, 2.º-Vice-Presidente;
EPITÁCIO CAFETEIRA, 2.º-Secretário;
DASO COIMBRA, Suplente de Secretário; e
NABOR JÚNIOR, Suplente de Secretário.

I — As 13:30 horas comparecem os Senhores:

Homero Santos
Renato Azeredo
Wilson Braga
Epitácio Cafeteira
Ari Kffuri
Walmor de Luca
Nasser Almeida
Daso Coimbra

Acre

Amílcar de Queiroz — ARENA; Geraldo Fleming — MDB;
Wildy Vianna — ARENA.

Amazonas

Joel Ferreira — MDB; Josué de Souza — ARENA; Vivaldo Frota — ARENA.

Pará

Brabo de Carvalho — ARENA; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Lúcia Viveiros — MDB; Nélcio Lobato — MDB; Osvaldo Melo — ARENA.

Maranhão

Edison Lobão — ARENA; Freitas Diniz — MDB; Magno Baccelar — ARENA.

Piauí

Hugo Napoleão — ARENA; Milton Brandão — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Adauto Bezerra — ARENA; Antonio Moraes — MDB; Cesário Barreto — ARENA; Evandro Ayres de Moura — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Haroldo Sanford — ARENA; Leorne Belém — ARENA;

Manoel Gonçalves — MDB; Marcelo Linhares — ARENA; Paulo Lustosa — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antonio Florêncio — ARENA; Carlos Alberto — MDB; Djalma Marinho — ARENA; Henrique Eduardo Alves — MDB; João Faustino — ARENA; Vingt Rosado — ARENA.

Paraíba

Alvaro Galdêncio — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Carneiro Arnaud — MDB; Ernani Satyro — ARENA.

Pernambuco

Airon Rios — ARENA; Augusto Lucena — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; João Carlos de Carli — ARENA; José Carlos Vasconcelos — MDB; Marcus Cunha — MDB; Ricardo Fiuza — ARENA; Roberto Freire — MDB.

Alagoas

Albérico Cordeiro — ARENA; Antonio Ferreira — ARENA; Divaldo Suruagy — ARENA; Murilo Mendes — ARENA.

Sergipe

Antonio Valadares — ARENA; Celso Carvalho — ARENA; Jackson Barreto — MDB; Raymundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Ângelo Magalhães — ARENA; Carlos Sant'Anna — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Francisco Benjamin — ARENA; Francisco Pinto — MDB; Hildebrico Oliveira — MDB; João Alves — ARENA; Jorge Vianna — MDB; Manoel Novaes — ARENA; Marcelo Cordeiro — MDB; Menandro Minahim — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Raimundo Urbano — MDB; Ruy Bacelar — ARENA; Stoessel Dourado — ARENA; Theódulo de Albuquerque — ARENA.

Espírito Santo

Gerson Camata — ARENA; Luiz Baptista — MDB; Mário Moreira — MDB; Theodorico Ferraço — ARENA.

Rio de Janeiro

Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Alvaro Valle — ARENA; Benjamin Farah — MDB; Célio Borja — ARENA; Darcílio Ayres — ARENA; Felipe Penna — MDB; Jorge Cury — MDB; José Maria de Carvalho — MDB; José Mauricio — MDB; José Torres — MDB; Lázaro Carvalho — MDB; Modesto Silveira — MDB; Osmar Leitão — ARENA; Paulo Torres — ARENA; Peixoto Filho — MDB; Saramago Pinheiro — ARENA; Simão Sessim — ARENA; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Bonifácio de Andrada — ARENA; Castenjon Branco — ARENA; Christóvão Chiaradia — ARENA; Dário Tavares — ARENA; Delson Scarano — ARENA; Fued Dib — MDB; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jorge Vargas — ARENA; Luiz Bacarini — MDB; Luiz Leal — MDB; Maurício Campos — ARENA; Newton Cardoso — MDB; Ronan Tito — MDB; Sérgio Ferrara — MDB; Tarcísio Delgado — MDB; Vicente Guabirola — ARENA.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Alberto Goldman — MDB; Antônio Morimoto — ARENA; Antônio Russo — MDB; Antônio Zacharias — MDB; Audálio Dantas — MDB; Aurélio Peres — MDB; Bezerra de Melo — ARENA; Cantídio Sampalo — ARENA; Carlos Nelson — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Jayro Maltoni — MDB; João Cunha — MDB; José Camargo — MDB; Maluly Netto — ARENA; Pacheco Chaves — MDB; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Codo — MDB; Tidei de Lima — MDB; Ulysses Guimarães — MDB; Valter Garcia — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Anísio de Souza — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Iram Saraiva — MDB; Iturival Nascimento — MDB; José de Assis — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA.

Mato Grosso

Afro Stefanini — ARENA; Carlos Bezerra — MDB; Louremberg Rocha — ARENA; Milton Figueiredo — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Levy Dias — ARENA; Ruben Figueiró — ARENA; Ubaldo Barm — ARENA.

Paraná

Amadeu Geara — MDB; Euclides Scalco — MDB; Hélio Duque — MDB; Nivaldo Kruger — MDB; Olivir Gabardo — MDB; Paulo Marques — MDB; Paulo Pimentel — ARENA; Roberto Galvani — ARENA; Viçela de Magalhães — ARENA; Walber Guimarães — MDB; Waldmir Belinati — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Arnaldo Schmitt Júnior — ARENA; Espiridião Amin — ARENA; Evaldo Amaral — ARENA; Francisco Libardoni — MDB; Luis Cechinel — MDB; Mendes de Melo — MDB; Nelson Morro — ARENA; Pedro Ivo — MDB; Victor Fontana — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alcebiades de Oliveira — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Aluizio Paraguassu — MDB; Cardoso Fregapani — MDB; Carlos Santos — MDB; Darcy Pozza — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Jair Soares — ARENA; Jorge Uequed — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Nelson Marchezan — ARENA; Odacir Klein — MDB; Pedro Germano — ARENA; Túlio Barcelos — ARENA; Victor Faccioni — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Isaac Newton — ARENA; Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Renato Azeredo) — A lista de presença acusa o comparecimento de 206 Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II — O SR. PEIXOTO FILHO, servindo como 2.º-Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, assinada.

O SR. PRESIDENTE (Renato Azeredo) — Passa-se à leitura do expediente.

O SR. WILSON BRAGA, 1.º-Secretário, procede à leitura do seguinte

III — EXPEDIENTE

OFÍCIO

Do Sr. Líder do MDB, nos seguintes termos:

Ofício n.º 14/79

Brasília, 13 de março de 1979.

Senhor Presidente:

Em aditamento ao nosso Ofício n.º 7/79, de 5 do corrente, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram feitas as seguintes alterações nas Comissões Permanentes:

1. Deputado Antônio Annibelli — suplente da Comissão do Interior.

2. Deputado Luis Cechinel — suplente da Comissão de Educação e Cultura.

3. Deputado Benjamin Farah — sai de suplente da Comissão de Segurança Nacional e entra nas de Saúde e de Ciência e Tecnologia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. — **Freitas Nobre**, Líder do MDB.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

Nos termos do art. 36 da Constituição Federal, requero a Vossa Excelência licença do mandato parlamentar, a partir do dia 15 do corrente, a fim de assumir a função de Ministro de Estado.

Nestes termos

Pede deferimento

Brasília, 14 de março de 1979. — **Jair Soares**.

O SR. PRESIDENTE (Renato Azeredo) — Está finda a leitura do expediente.

IV — Passa-se ao Pequeno Expediente.

Tem a palavra o Sr. Marcelo Cerqueira.

O SR. MARCELO CERQUEIRA (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, realizou-se, domingo próximo passado, em meu Estado, uma assembléia de professores de 1.º e do 2.º graus. Discutiram-se 3 assuntos: Plano de Classificação de Cargos, feito pelo interventor do Estado; os baixos salários conferidos aos profissionais de educação e contratação de professores em regime da CLT. Os participantes da assembléia, à qual compareceram mais de 4 mil pessoas, inclusive alguns eminentes Deputados desta Casa, resolveram declarar uma greve geral. O movimento realmente começou e tem tido enorme êxito, pois a ele aderiram tanto os professores da cidade do Rio de Janeiro, como de todo o Estado.

O meu pronunciamento é no sentido de solidarizar-me com os professores da minha terra. Vivemos num país em dieta educacional, num País que não se preocupa com a educação. Haja vista que a compra da Light representa uma vez e meia todo o Orçamento da República de 1977 destinado à educação. Essa compra de uma empresa no valor de 1 bilhão e meio de dólares, cujo passivo está a descoberto e não se conhece, transação das mais escandalosas da América Latina, representou, como disse, uma vez e meia a verba destinada ao setor de educação com relação à União.

Dois elementos conjugaram-se nessa tomada de posição dos professores: primeiro, a atitude do interventor do meu Estado, que fez o Plano de Classificação sem ouvir as partes interessadas, isto é, as associações de professores, de médicos e de outras categorias funcionais, que não foram ouvidas, para que pudessem colaborar na feitura desse Plano, que, por isso, não atende aos interesses dos funcionários estaduais, apenas reflete a tecnocracia e o autoritarismo do Governo do meu Estado. Mais do que isso, os professores requerem e exigem também agora uma melhoria nos seus salários. Todos nós sabemos as condições difíceis de vida dos professores, notadamente os do 1.º grau, as chamadas professoras primárias.

Portanto, o meu pronunciamento é no sentido de solidarizar-me amplamente com o movimento grevista dos professores do meu Estado. Aproveito a oportunidade para estender essa solidariedade aos trabalhadores do ABC paulista que continuam em greve, assim como aos trabalhadores do Rio Grande, da Cia. Souza Cruz, aliás da *American Brazilian Tobacco Company*, empresa multinacional, os quais também continuam em greve.

O SR. CELSO PEÇANHA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de assumir o cargo de Presidente do Banco Nacional da Habitação, no momento em que, às vésperas de um novo Governo, vive a Nação o clima de expectativa e de esperanças... aquela esperança de que as distorções que aí estão em múltiplos setores serão eliminadas e as injustiças serão corrigidas..., nesse exato momento, Sr. Presidente, o Sr. José Lopes de Oliveira, prelado com a Presidência do BNH, depois de dirigir o Instituto de Resseguros, houve por bem interromper o seu silêncio e manifestar-se contrariamente à anistia aos mutuários de baixa renda, com prestações em atraso no Sistema Financeiro Nacional de Habitação. E ainda fez o comentário complementar, no qual não se sabe até onde vai o raciocínio técnico e onde começa a simples mordacidade de que “nada que é perdoado é útil em matéria econômica”.

Admitiu, outrossim, o Sr. José Lopes de Oliveira que as dívidas poderão ser reformuladas com prolongamento dos prazos com credores e que “é preciso incutir responsabilidade na sociedade”, reiterando que “o perdão não é a solução”. Como se alguém estivesse desejando uma sociedade irresponsável.

Sr. Presidente, é lamentável e contrário ao interesse público a apressada opinião externada por esse patricio que terá a seu cargo um dos setores de maior importância na composição da própria imagem do Governo que, a partir de amanhã, estará tripulando esta República.

O assunto envolve, a meu ver, uma questão filosófica. Qualquer idéia sobre a finalidade de um órgão público, suas ações, seus métodos, seu custeio, envolve uma concepção de ordem política sobre a questão maior dos meios e dos fins do Estado. Das premissas adotadas decorrerá a lógica que presidirá aos fatos.

Firmou-se neste País, nos últimos anos, a falsa idéia de que o Estado deve estruturar-se e agir em termos de empresa.

Tudo o que ele planeja e faz deve ou deverá obedecer, como no universo de uma empresa, ao critério da racionalidade e do lucro... do retorno imediato e generoso do capital investido.

Aí está comprovado o que acabo de dizer, o apetite insaciável do fisco, usando em alto grau, a chamada criatividade, palavra tão em voga nestes tempos, descobrindo formas de transferir mais recursos da bolsa do contribuinte para os cofres do Tesouro. mo ocorreu com esse recente, absurdo e ilegal acréscimo de desconto de Imposto de Renda na fonte, adotado pelo Senhor Ministro da Fazenda, não se sabe até hoje com que autoridade.

E aí também está a realidade brutal dos juros escorchantes cobrados pelas nossas organizações bancárias inspiradas sempre, é bom frisar, nos bons e edificantes exemplos dos bancos oficiais.

Não obstante, o País sobrevive, dadas essas imensas potencialidades econômicas e a admirável capacidade de trabalho e de esperança do povo brasileiro.

Acho eu, Sr. Presidente, que a solução de um problema social conduzido através da ação de um órgão da administração pública direta ou indiretamente não poderá ser jamais equacionada e conduzida como se o assunto tratado tivesse a mesma conotação ligada com os objetivos simplistas e compartimentalizados de uma empresa de capital privado.

O Estado não é uma empresa, Sr. Presidente. Seus investimentos no campo social, para melhorar a qualidade de vida dos milhões de seres humanos que trabalham e que sofrem indefinidamente, sem lograrem sair do que eu chamaria o porão da sociedade, não podem ser decididos e fomentados sob a obsessão mercantil do retorno, de lucro fácil, em termos monetários.

Os lucros visados deveriam ser outros. A elevação de status existencial de uma população é, por si mesma, uma valorização do capital humano de que dispõe a Nação. E essa valorização atinge um segmento maior ou menor da sociedade, tem um efeito multiplicador imediato que beneficia o País no seu conjunto, elevando inclusive a receita pública.

O problema habitacional continua sendo um dos mais sérios que oprime nossas classes sociais de menor poder aquisitivo: médias de proletários. Direi mesmo que um tratamento do assunto em termos de racionalidade e de justiça é de vital interesse para mais da metade do contingente populacional de 120 milhões de habitantes que ocupam este vasto País.

Vamos, pois, pensar um pouco mais, considerar o que existe de interesse humano respeitável, sob o aparente fracasso de um sistema financeiro de habitação, concebido com bons propósitos, é verdade, mas gerado no ventre frio do tecnicismo, inspirado numa inaceitável filosofia bancária.

O apelo que ora faço ao novo Presidente do BNH — esta agência governamental que não deveria incluir a palavra *banco* na sua denominação — é que modere seus propósitos de cobrar dívidas atrasadas de pessoas humildes que não têm como pagá-las. A resposta ao desafio com que irá defrontar-se deve ser dada em termos mais nobres.

Os conjuntos habitacionais semeados através do País, através da ação das COHABs, alguns deles pessimamente construídos e já favelizados, estão hoje repletos de inadimplentes. O problema precisa ser olhado com seriedade e simpatia humana. Ameaças não resolvem — e concorrerão para piorar o quadro.

Disse o Sr. José Lopes que *nada que é perdoado é útil em matéria econômica*. Talvez até ele tenha razão, se falou como empresário. Mas o problema, no caso, é mais social que econômico. E nunca será demais lembrar a larga tradição das anistias fiscais, das moratórias e dos reescalamentos generosos de dívidas insolúveis, que todos os governos deste País têm concedido, mais às classes empresariais, em diferentes emergências de nossa História.

Por que essa rigidez e essa intransigência apenas quando o eventual beneficiário da tolerância do fisco é o brasileiro humilde, tão digno e com tanto direito a uma vida em condições humanas quanto qualquer um de nós?

Direi concluindo, Sr. Presidente, o que se impõe é *uma completa e imediata reformulação do Sistema Financeiro de Habitação*. Acabe-se, por exemplo, com a monstruosidade da correção monetária, a partir de *agora*. Cancelem-se os débitos daqueles que tiverem um rendimento mensal que não ultrapasse 5 salários mínimos. E diminua-se a incidência dos aumentos periódicos para os demais. Faça-se tudo isso em nome do interesse público!

Os trabalhadores alimentam algumas esperanças, não vivas esperanças, de melhoria de vida no Governo do Presidente João Baptista Figueiredo, em face de pronunciamentos diversos por ele feitos, na fase de candidato. Que ele não traga decepções a ninguém; que ele acerte, pelo bem do Brasil. É o sincero desejo de todos nós, na véspera de sua posse.

O SR. OCTACÍLIO ALMEIDA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento em que o Governo Federal se propõe, através de sua assessoria política, a iniciar um processo de abertura com vistas à redemocratização e ao retorno do País ao Estado de direito, eu me permito vir a esta tribuna tecer algumas considerações sobre aspectos que considero da maior importância para os objetivos que todos nós pretendemos alcançar.

E o faço, Sr. Presidente, com a convicção de estar representando não apenas um fundamento isolado, mas a opinião unânime do Movimento Democrático Brasileiro e de todos quantos,

direta ou indiretamente, foram alcançados pelas medidas punitivas do movimento revolucionário de março de 1964.

Em verdade, durante estes últimos quinze anos, tivemos um dos períodos mais negros de toda a nossa história política. Isto porque, deixando de lado a bandeira de redenção nacional hasteada logo nos primeiros dias, o movimento enveredou pelo terreno da vingança, do ódio e da perseguição pessoal, como se estivéssemos fazendo renascer a inquisição dos tempos medievais. E tudo isto marcou muito entre aqueles que, até hoje, ainda não sabem por que foram atingidos.

O casuismo passou a nortear a ação dos detentores do poder e suas fórmulas mágicas foram postas em prática, até onde se sabe, com alguns resultados desejados. O medo tomou conta da vida nacional e suspeição foi a palavra de ordem durante todo esse tempo. As lideranças políticas foram marginalizadas e substituídas pela classe dos tecnocratas, que imaginavam ser as soluções exatas as mais apropriadas para os graves problemas nacionais. Sensibilidade foi expressão relegada ao rol do esquecimento, enquanto os desacertos e os atropelos foram-se encaregando de desafinar os instrumentos da orquestra governamental.

E, como resultado, estamos chegando ao final de mais um período de governo sem maiores realizações, sem maiores progressos, mercê do espírito concentracionista de seu titular e da pouca visão dos que o assessoraram ao longo dos últimos anos. Se, por um lado, tivemos algumas reformas políticas, não podemos deixar de levar em consideração os resíduos que ainda persistem dentro do contexto de "democracia relativa" concebida pelo General Ernesto Geisel. E o mais grave deles todos está representado pelas "salva guardas", uma espécie de medicação polivalente aplicável a todos os males, a critério de quem esteja à frente do Governo.

Certa feita, aqui mesmo na Capital da República, o então Ministro da Justiça, professor Luiz Antônio da Gama e Silva, recentemente falecido, numa conferência para integrantes de organismos de segurança citou mais de uma dúzia de espécies de democracias em todo o mundo, mas não disse qual era a que estava em vigor no Brasil. Foi preciso que o Presidente Ernesto Geisel "inovasse", criando a sua "democracia relativa", que é essa que não é nem deixa de ser, na opinião do Chefe do Governo: essa, em cuja vigência os direitos fundamentais da pessoa humana são assegurados em doses homeopáticas; e as liberdades decorrem de concessão.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, continuamos amargando a experiência iniciada em 64, e isso parece não ter fim, a menos que o novo Governo que está assumindo resolva mudar as regras do jogo e repor as coisas nos seus devidos lugares. A experiência nos ensina que não é com o arbítrio nem com a força que se chega a um denominador comum, principalmente em matéria de administração pública. Temos visto e lido, através da imprensa e em manifestações públicas, o General Baptista Figueiredo afirmando que quer entender a mão a todos, que quer a paz e a concórdia. E chegamos até a dar um crédito de confiança aos propósitos de S. Ex.^a

Porém não concebemos democracia sem anistia, por ser a anistia o único caminho válido para essa paz e essa concórdia. Se, durante o chamado período revolucionário, houve injustiças, aí está o Poder Judiciário para examinar caso por caso e reparar os erros e os danos. Agora mesmo, determinado órgão da chamada imprensa alternativa divulgou uma lista de 422 torturadores, isto é, de 422 brasileiros que se transformaram em algozes, no curso de uma revolução dita democrática. E isto, como imagem nossa no exterior, é, simplesmente, vergonhoso. Porque não se admite que a tortura física tenha sido exercitada a tal ponto que os seus executores tenham alcançado uma cifra tão alta.

Pelo visto, o processo de reconciliação nacional não está assim tão fácil. Sim, porque nem todas as vítimas teriam sido realmente culpadas. E, se a cada ação corresponde uma reação, muita gente vai ter que pagar pelos abusos e pelos excessos que cometeu. Mesmo que tenha sido em nome da lei e da ordem interna.

Portanto, Sr. Presidente, aproveito para fazer desta tribuna um veemente apelo ao Governo do General João Baptista Figueiredo no sentido de que conceda anistia ampla, geral e irrestrita e promova a pacificação nacional. Porque, a essa altura dos acontecimentos, o Brasil não pode mais continuar à sombra do arbítrio e da prepotência de uns poucos, como vem acontecendo. "Democracia com anistia" deve ser a bandeira de luta de todos quantos desejam ver este País desenvolvido e forte.

Era o que tinha a dizer.

O SR. HÉLIO CAMPOS (ARENA — RR. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no próximo dia 15 de março de 1979 inicia a Nação brasileira novos rumos. Novos caminhos que o povo brasileiro aguarda com ansiedade. Nós, homens dos Territórios Federais, renovamos nossas esperanças nos futuros Governadores escolhidos pelo Sr. Presidente João Figuei-

redo. O Território de Roraima amanhece novamente depois de 5 anos de trevas.

Assim são os homens, assim é a vida. É preciso que se sintam e se sofram o marasmo e o despreparo de uns para que os próximos substitutos saibam como governar um povo, sacrificado pelo primarismo de um dirigente. Infelizes aqueles que chegam ao fim de um período em que os espaços vazios não foram ocupados e, sequer conseguiram ver as nuvens escuras que os circundavam. Viveram permanentemente fora de si, e como estavam fora de si, não ocuparam nenhum espaço. Como não ocuparam os espaços a eles cedidos, não viveram e não foram reconhecidos. Somente aqueles que conhecem a necessidade de liberdade com responsabilidade conseguem movimentar-se pelos espaços, porque quem ama a liberdade só tem um direito: defender a lei. Só quem respeita a lei pode amar a liberdade. A liberdade de ir e vir. A liberdade de arriscar sua vida ou seus recursos desde que se responsabilize por tudo. Só na liberdade de ação e pensamento é que exercitamos nossa inteligência para a aplicação do bem comum, que é a finalidade dos Governantes. Só o reconhecimento final nos garante, num consenso popular, que ocupamos os espaços que se abriram.

Jamais as obras de cimento armado, que só embelezam mas que não abrigam nossos anseios de bem viver, ocuparam os espaços. Queremos, sim, levar cada vez mais aos humildes as facilidades de viver, mas não desejamos que os mais humildes cada vez mais se diminuam.

Já agora, neste dia em que o novo Governador do Território de Roraima se apresta para se lançar à obra renovadora do nosso Território, acreditamos que este passado que recordamos com tristeza seja um alerta.

Como todos os Brasileiros, Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, esperamos novos dias e que sua ação se torne reconhecida com a participação de todos.

Garantida a liberdade com responsabilidade. V. Ex.^a receberá os impulsos positivos de uma população ávida por participar, com seus erros e acertos, para o desenvolvimento do Território e bem-estar de sua população.

Chegará ao fim de sua jornada reconhecido e poderá dizer alto e bom som: "Cumprí o meu dever". Do reconhecimento terá a certeza de ter ocupado o espaço vazio e do cumprimento de seu dever, a alegria de viver.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ODACIR KLEIN (MDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há algum tempo, respondendo a uma pergunta da imprensa, o General Figueiredo sugeria, como solução para a crise originária do excesso de chuvas e também das estiagens que se verificavam em algumas regiões do País, que os interessados rezassem ao Pai do Céu para que Ele aprendesse a distribuir melhor as chuvas, uma vez que a renda Ele ainda não havia aprendido a distribuir. Conforme tive oportunidade de ver, no Rio Grande do Sul, no início desta semana, há uma grande preocupação notadamente dos agricultores minifundiários, que tiveram suas colheitas totalmente prejudicadas pela estiagem ocorrida naquele Estado e que não obtêm financiamentos no Banco do Brasil, pelo excesso de burocracia. Em decorrência disso, não terão inclusive condições de manutenção de suas famílias até a próxima safra.

Sr. Presidente, essa gente não pode ficar na expectativa da solução alvitada pelo futuro Presidente da República, qual seja a de rezarem ao Pai do Céu no sentido de Ele aprender a distribuir as chuvas. O de que eles precisam é medidas concretas. E estão apreensivos porque estamos próximos do dia da posse do futuro Presidente. E, pelo que S. Ex.^a disse, não irá tomar as medidas necessariamente concretas para uma solução do problema. Assim, vimos aqui sugerir seja dada atenção a esta questão, principalmente com relação a esses pequenos minifundiários, que não obtêm financiamentos, nem têm condições de manutenção de suas famílias até a próxima safra. Que lhes seja concedido um crédito especial e facilidades para aquisição desses créditos, para que possam sair dessa aflitiva situação.

Relativamente aos que obtiveram financiamentos, Sr. Presidente, e que não conseguiram pagá-los no mês de julho, é necessário que o Poder Executivo lhes conceda uma prorrogação de prazo, talvez por três anos, sem juros, para que possam continuar na sua labuta e tenham condições de manter suas famílias, sem maiores prejuízos.

Por isso, queremos aqui manifestar essa preocupação, principalmente dos agricultores do Rio Grande do Sul, minifundiários, no sentido de que o futuro Presidente da República esteja atento para o problema que a estiagem criou, ao invés de sugerir simples e até levemente que rezem ao Pai do Céu para que Ele aprenda a distribuir as chuvas, já que não sabe distribuir a renda.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FRANCISCO PINTO (MDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o General João Baptista de Oliveira Figueiredo toma posse amanhã na Presidência da República. Assume um mandato que não vem honrado pela união legitimadora da vontade popular. Mas, de qualquer forma, amanhã será um dia de festas oficiais.

Acreditam alguns — não o negamos — que se inicia com essa investidura um período de ampliação e consolidação das chamadas aberturas democráticas. Para nós, da Oposição, não é possível alimentar ilusões. Instala-se mais um Governo desprovido de compromissos que o vinculem ao povo. Sua verdadeira face se revela com a simples indicação dos nomes que comporão, no seu conjunto, o futuro Ministério.

O que reconhecemos é que avançamos um pouco. Conquistamos e fortalecemos posições na árdua luta pelas liberdades, que acabarão por fazer ruir, pela força do povo organizado e consciente, o regime da concentração e do privilégio.

Creio, Sr. Presidente, que na festança oficial mesmo se possa colher uma evidência disso: é com sentimento de alívio — confesso — e até com uma ponta de alegria, que registro a presença isolada do General Strössner, amanhã nesta Capital. Ele é o Chefe da mais velha e longa ditadura do mundo. O que é alentador, porém, é que, há cinco anos, era pesada, em nosso País, a representação das ditaduras que esmagam, sufocam e humilham os povos da América Latina.

Mantenho, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a minha grande e fundamental intolerância, que é aquela contra as ditaduras obscurantistas. Nosso dever é denunciá-las sempre, custe o que custar, pague o preço que pagar. Denunciar e advertir contra a equivocada visão europeizada da violência. Quando se praticam torturas no Chile ou na Argentina, que são países de brancos, a Europa se levanta para protestar. Mas quando a violência atinge os negros, como em Uganda de Idi Amin Dada, a reação é sempre o riso, um riso patológico. Quando a violência esmaga os índios, os guaranis, o povo paraguaio, tolera-se que a ditadura ceda se consolide. Tudo isso afronta a consciência verdadeiramente democrática dos cidadãos que repelem os regimes que torturam, prendem e assassinam. Ontem, como hoje, e como sempre, minha voz há de levantar-se para traduzir o sentimento do povo brasileiro, que não é, nem pode ser, o da convicção silenciosa com aqueles que representam a negação dos valores das liberdades democráticas e da dignidade do homem, que são os grandes valores humanistas de nossa civilização.

Não nos aprez festejar, em qualquer parte do mundo, representantes de sistemas que são exatamente os símbolos mais ignominiosos da violência e do arbítrio em nosso tempo.

Meus compromissos essenciais na prática da vida política, dos quais espero não me apartar nunca, dizem respeito à liberdade e à justiça social. Porque a liberdade pressupõe organização política democrática, garantias dos direitos humanos respeitados, legitimidade do poder pelo consentimento expresso do sufrágio popular, independência e harmonia dos órgãos do Estado.

Por outro lado, a justiça social pressupõe o bem-estar da totalidade do povo, o progresso social, a eliminação da miséria, a vitória contra os preconceitos, o respeito às minorias de todos os tipos. Jamais poderemos ser uma sociedade verdadeiramente livre, sem que ela seja, ao mesmo tempo, uma sociedade totalmente justa. A liberdade e a justiça social são valores inseparáveis. Enquanto houver um pólo dominante e outro dominado, jamais conheceremos a verdadeira liberdade. Sei que é ilusório falar em liberdade e justiça em nosso continente, enquanto grupos privilegiados enfeixam em suas mãos a riqueza e o poder e milhões de homens vivem na miséria. Liberdade e justiça continuarão sendo simples palavras, embora grandes palavras, desprovidas de conteúdo real e verdadeiro, para milhões que formam a essência da pátria latino-americana.

Enfim, Sr. Presidente, cada um cumpra o seu dever de consciência como possa. A mim, sei, não satisfaz cantar a destruição. O que pretendo mesmo é o de que gosto é cantar a esperança, a fé na liberdade do dia de amanhã, para todos os povos.

O SR. JOÃO HERCULINO (MDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, minha cidade, Sete Lagoas, transformou-se num grande pólo industrial de Minas Gerais. Compreendendo que o mais sério problema das indústrias locais era a falta de mão-de-obra especializada, o Prefeito do nosso Município, Dr. Afrânio Avelar, houve por bem criar a Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante, entidade instalada sábado último. Os trabalhadores de Sete Lagoas aplaudiram vivamente essa iniciativa. Tive contato com grande parte deles, no dia anterior, inclusive com os integrantes do sindicato local, e recebi de todos a incumbência de, nesta Casa, prestar uma homenagem ao Chefe do Executivo daquele Município por essa iniciativa que objetiva valorizar a mão-de-obra da nossa cidade. Tive a felicidade de ouvir expressões de júbilo até mesmo dos

que não comungam das idéias políticas do Dr. Afrânio Avelar; tive a felicidade de ver homens e mulheres, moças e rapazes vibrarem intensamente, na certeza de que de agora em diante terão os instrumentos indispensáveis para se preparar a fim de trabalharem nas indústrias que ali hão de se implantar.

Com este registro, quero deixar assinalado nos Anais desta Casa esse exemplo que há de servir de não apenas para os Prefeitos de Minas Gerais, mas para os de todo o País, no sentido de que cuidem do ensino profissionalizante, pois assim resolverão um problema seriíssimo, sobretudo da mocidade. Sabemos Sr. Presidente, Prefeito que fomos de Sete Lagoas, que, muitas e muitas vezes, os rapazes são obrigados, para frequentar cursos profissionalizantes, a deixar seus Municípios de origem, por absoluta falta de escolas especializadas nas suas cidades. Em Sete Lagoas, de agora em diante, a nossa mocidade poderá preparar-se convenientemente para prestar ao País a contribuição da sua inteligência no mundo industrial.

O SR. MENANDRO MINAHIM (ARENA — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, há fatos locais que, pela sua alta expressão política, pelas pessoas que envolvem e as circunstâncias em que se desenrolaram alcançam repercussão nacional.

Por tal motivo é que assinalo, e com justificado entusiasmo de baiano amante de sua terra, o retorno da Bahia a promissores dias de intenso progresso, de tranquilidade e de maior prestígio nos Conselhos da República. É que volta a dirigir-lhe os destinos um homem público de inatacável correção, rara capacidade de trabalho, larga visão política e incontida vontade realizadora. Retorna pelo voto dos legítimos representantes do povo na Assembleia Legislativa do meu Estado, como retornaria pelo voto direto dos baianos, que, na sua esmagadora maioria, sempre propugnaram ardorosamente pela reinvestitura de Antônio Carlos Magalhães no Governo da Bahia.

É de perquerir-se o porquê daquela consonância de vontades, daquela generalizada ansiedade, daquele desejo manifesto e contagiante. A explicação é fácil. Antônio Carlos Magalhães, depois de ter sido o maior e o mais empreendedor Prefeito de nossa Capital, o "Prefeito do Século", como lhe tituló a Câmara Municipal; depois de ter transformado a veneranda cidade do Salvador em uma Capital moderna, aprazível, confortável, isto sem desnaturar suas velhas e caríssimas tradições, preservadas que foram estas, para lhes dar maior realce, realizou na Bahia um dos mais fecundos governos de toda a História republicana. Não houve setor da pública administração que não sentisse os salutareis e marcantes efeitos de sua revolucionária atividade governamental. Deixou traços indelévels em todas as áreas, desenvolvendo em favor da comunidade um volume de trabalho dificilmente superável. Carregado pelo povo, em memorável e espontânea manifestação pública, deixou, em 1975, o Palácio Rio Branco, no qual tanto fizera pela terra comum. Carregado pelo povo, com redobrado entusiasmo, volta àquele mesmo Palácio, para reproduzir uma atuação modelar em benefício de sua gente.

O reingresso no mesmo cargo tem percalços. Mas, Antônio Carlos Magalhães está estimulado para esse novo desafio, e haverá de demonstrar ao País que na classe política há homens providamente aptos, de firmeza de convicções e acendrado patriotismo, capazes de prestar-lhe no presente e no futuro os mais relevantes serviços.

Eis, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo da geral alegria dos baianos. É a justificada confiança no líder autêntico de suas mais sentidas aspirações, de suas reivindicações mais íntimas. Homem do povo que é, Antônio Carlos Magalhães convive com o povo, fala a mesma linguagem, sente com o povo e luta ao lado do povo.

A equipe de auxiliares que recrutou para a nova jornada constitui o que há de mais expressivo nas diversas atividades na Bahia, sendo, por isso mesmo, um reforço na confiança por dias melhores.

Ademais, a experiência haurida na Presidência da ELETROBRAS, da qual foi um dos mais dinâmicos dirigentes, deu-lhe uma visão mais dilatada da problemática nacional, além de lhe acrescer um motivado prestígio em todos os setores do Governo da União, nos quais a sua palavra é ouvida com o mais acentuado acatamento, pelo equilíbrio de suas opiniões, pela segurança de suas atitudes, pela prudência de suas ponderações.

Vai governar a Bahia um jovem estadista, no vigo de energias criadoras, na plenitude de conhecimentos dos problemas de sua terra, do seu povo, de sua região e do Brasil mesmo. Reacenderá, com justa razão, pela sua personalidade afirmativa, as esperanças do povo para a conquista do bem-estar, da justiça social, do desenvolvimento global. É bom de ver que enfrentará conjuntura difícil, inserida no contexto nacional, mas, repito, estimulado por esse novo desafio, haverá de projetar ainda mais os seus méritos no cenário do País, como um político de notável percuciência e um administrador de forte determinação.

Mais do que uma esperança, há, portanto, na Bahia de hoje uma certeza na vitória de suas aspirações, no reconhecimento de suas potencialidades e no relevante papel que desempenha na Federação. Ao registrar este clima de procedente euforia que impera em minha terra natal, manifesto a convicção de que Antônio Carlos Magalhães, contando, como de fato conta, com a ajuda decisiva e prestigiosa do eminente Presidente João Baptista Figueiredo, com o apoio do povo brasileiro, com a colaboração esclarecida dos representantes do Estado nas Assembléias Políticas, marcará, ainda uma vez, na história da Bahia, uma página fulgurante de sabedoria política, de proficiência administrativa e de indescansável devotamento à causa pública, cuja trajetória se refletirá, com grandeza, em todos os quadrantes da Nação brasileira.

Por tudo isso é que o retorno de Antônio Carlos Magalhães ao Governo da Bahia não constitui tão-somente um acontecimento local, por ser, em verdade, um marco expressivo na política nacional.

Eis por que eu o consigno nos Anais desta Casa, que é e será sempre a caixa de ressonância de todos os eventos importantes do Brasil.

O SR. NAVARRO VIEIRA FILHO (ARENA — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, encontra-se em tramitação, pela Casa, o Projeto de Lei n.º 5.727, de 1978, oriundo de Mensagem presidencial. Trata-se de proposição que pretende autorizar a constituição de cooperativas de produtores de açúcar e seus subprodutos. Essa matéria, Srs. Deputados, deve merecer a mais frontal repulsa de todos aqueles que, como eu, vieram a esse Parlamento por delegação do voto popular, sendo assim obrigados a defender os interesses da Nação acima de quaisquer outros, sejam de natureza econômica ou de outra área.

Recebi, já mesmo antes da posse, inúmeros dirigentes cooperativistas, que me alertaram para o perigo que o projeto em questão representa para o verdadeiro cooperativismo. Pode até parecer pilhéria, mas no Brasil é necessário dizer-se "verdadeiro cooperativismo", pois existem cooperativas que não o são, infringem a legislação contida no diploma específico — a Lei n.º 5.764, de 1971 — e nem por isso merecem qualquer tipo de censura ou retaliação por parte das autoridades constituídas.

Na minha região, devo destacar a presença atuante do dinâmico Diretor da Cooperativa Regional dos Cafeicultores de poços de Caldas, Ronaldo Durante, que se tem afirmado por uma posição das mais coerentes. Posição essa que é a mesma da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais e da própria Organização das Cooperativas Brasileiras.

Sr. Presidente, a legislação atual veda a constituição de cooperativas formadas por pessoas jurídicas, exceto quando essas pessoas exerçam atividades correlatas às das pessoas físicas que as integram. Respeita-se, pois, um princípio mundial de que as cooperativas são essencialmente uma associação de pessoas físicas visando a um aproveitamento racional de potencialidades em que a participação do intermediário — com seus lucros vorazes — é substancialmente repelida e afastada. Ora, o projeto em questão pretende justamente vestir o lobo com a pele do cordeiro: pretende dar a condição de cooperativa apenas a pessoas jurídicas, sociedades mercantis, cujos fins são exatamente os lucros. E, no caso do açúcar e de seu derivado, o álcool, representam o próprio intermediário.

Se aprovado o Projeto n.º 5.727/78, teremos subvertida a ideia central do cooperativismo, que tem como objetivo prático imediato eliminar o intermediário para que cada um seja remunerado na medida justa pelo seu trabalho. As disposições do projeto, todavia, alijam o homem que planta a cana. Ele continuará à margem do processo, devendo entregar sua produção ao usineiro que, exercendo a intermediação na fase industrial, auferirá os maiores lucros.

Srs. Deputados, se aprovarmos esse projeto, estaremos legalizando o cartel sob forma cooperativa, fato inédito no Brasil e no mundo. Se o Governo entende que deve ser estimulado o setor, que o faça abertamente. Que declare à Nação quais os objetivos que se pretende atingir. Mas que não se utilize de expedientes escusos, tendenciosos, cheios de enganos e de fraudes. O que nos repugna é a utilização do cooperativismo para encobrir finalidades puramente mercantis, alimentadas por lucros.

Não podemos aceitar, de forma alguma, o argumento que nos tem sido trazido por alguns defensores do projeto: é necessário estimular a produção do açúcar e do álcool por serem produtos que carregam divisas para a Nação e representam, até mesmo, ponderável aspecto na própria segurança nacional. Acreditamos que o Governo deve continuar exportando açúcar e produzindo álcool para atender a relevantes interesses. Mas crer-se que isso somente será possível com a formação de cooperativas é negar-se a evidência que todos nós sabemos: as usinas estão em funcionamento há longos anos e as exportações estão se realizando a contento.

Então, Sr. Presidente, devemos pesquisar a pressa no envio desse projeto e na sua tramitação privilegiada em outras esferas. Certamente pretende-se a constituição dessas cooperativas como manobra hábil para o pagamento de menos impostos. Assim, ao invés de se estar contribuindo para a melhor distribuição da renda, estaremos favorecendo alguns poucos usineiros ricos a ficarem ainda mais ricos.

Se consentirmos nessa permissividade, estaremos abrindo as portas para outras cooperativas que visarão, unicamente, à obtenção de lucros mais vorazes ainda, eis que formadas exclusivamente por empresas mercantis. E, então, teremos as cooperativas de supermercados, de firmas mercantis exportadoras de café, de laticínios etc., etc.

As cooperativas brasileiras, Sr. Presidente, as verdadeiras cooperativas brasileiras já se pronunciaram contra esse Projeto n.º 5.727/78. E suas razões são lastreadas pelos excelentes resultados que o cooperativismo vem obtendo em nosso País. Inúmeras regiões só se desenvolveram graças a essa forma de união de esforços de todos.

Uma vez mais desejo chamar a atenção de todos para o problema. E, até mesmo, chego a pensar que o futuro Presidente da República, Gen. João Baptista Figueiredo, deveria retirar esse projeto, a fim de que possa assim demonstrar, de forma inequívoca, sua anunciada intenção de promover o desenvolvimento agrícola do País.

Se assim agir, o futuro Presidente estará conquistando o apoio decidido de milhares de cooperados. E terá demonstrado, de forma cabal, seu repúdio a manobras escusas, solertes, que não visam ao interesse nacional e, sim, a enriquecimentos duvidosos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ANTONIO VALADARES (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumpro, neste instante, o indeclinável dever de me despedir dos meus companheiros da Câmara Federal, tendo em vista ter aceito o convite que me foi feito pelo Governador do meu Estado, Augusto Franco, para exercer as elevadas funções de Secretário da Educação e Cultura.

Tem cada vez mais sido acentuada ao longo desses anos, à medida que os Governadores desejam dar um cunho essencialmente político à solução dos magnos problemas dos seus Estados, a participação de parlamentares federais nas administrações públicas estaduais como Secretários de Estado.

Bastante grato ao eleitorado sergipano pela grande votação que me deu e que me consagrou como o candidato mais votado nas eleições de 15 de novembro p.p., a partir de amanhã, como me faculta a Carta Magna, estarei ausentando-me da Câmara Federal para conduzir, ao lado do meu povo, uma das missões mais delicadas e fascinantes: a de promover a educação e a cultura da juventude sergipana.

O homem público não escolhe o lugar, nem a posição para servir o seu povo. A maior ou a menor dimensão do seu trabalho não depende da distância em que se encontre dos problemas ou do cargo que venha a exercer. O sucesso da tarefa a desempenhar está intimamente relacionado com os compromissos assumidos perante o povo e a Nação, e deles não se afastar enquanto não vê-los cumpridos.

No que toca à educação, a tarefa se impõe como das mais importantes, porque o homem, através dela, lida com a própria formação do homem, cujas aptidões devem ser criteriosamente descobertas, as potencialidades desvendadas e fortalecidas, as vocações estimuladas.

A educação, nesse contexto, não é apenas a realização pessoal do indivíduo, é sobretudo a capacitação do homem para torná-lo força viva e atuante no processo de desenvolvimento da Nação.

A preparação dos homens do amanhã é tarefa que não pode ser simplificada apenas afirmando, como se costuma fazer, que deve ser feita por gente idealista e abnegada, enquanto não se lhe oferecem os meios adequados para a efetivação de objetivos tão sublimes.

Já se disse que "raramente pensamos no que temos, mas sempre no que nos falta".

Na educação muita coisa já se fez, muitas conquistas já foram alcançadas por essa gente idealista e abnegada, que são os professores, depois de anos de lutas e sacrifícios, em cujo caminho muitos foram os que não puderam prosseguir, por desesperança ou desestímulo, abandonando a carreira para atingir uma situação econômica mais estável, ou acomodando-se na esfera de seus conhecimentos sem a preocupação de subir mais um degrau na escada do aperfeiçoamento, da qualificação ou especialização.

Não tenhamos receio de dizer, não nos falte coragem de proclamar uma realidade que a todos alcança: as possibilidades de

aperfeiçoamento do professor vêm contribuindo de forma inequívoca para a melhoria de seu nível intelectual, mas a remuneração, com a qual deve planejar os dias de sua vida, ainda está longe de atingir o patamar que lhe permita exercer com tranquilidade a arte de ensinar.

Se quisermos bons professores para as nossas escolas, a fim de que tenhamos bons profissionais nas diversas qualificações exigidas por um País em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, antes de tudo devemos refletir no que os jovens poderão tornar-se quando os educamos.

Se a vocação do jovem vier a ser o magistério, vamos trabalhar para que não se frustre na sua legítima aspiração, começando por valorizar o professor que hoje lhe ministra os ensinamentos da profissão que resolveu abraçar.

Esse o primeiro passo para que os verdadeiros objetivos da educação sejam alcançados.

Pretendemos um ensino em que o 2.º grau, como preconiza a reforma (Lei n.º 5.692/71), possa ser empregado como instrumento de profissionalização do estudante, oferecendo-lhe formação geral e conhecimentos técnicos, dentro da qualificação por ele seguida, capazes de enfrentar o mercado de trabalho, e dando-lhe oportunidade de prosseguir nos estudos.

Peço a Deus que me ilumine na consecução de tão altos objetivos.

O SR. ANÍSIO DE SOUZA (ARENA — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, amanhã, às 10 horas, será empossado nas elevadas funções de Governador do nosso Estado o ilustre ex-Deputado Federal Ary Ribeiro Valadao, e, ao mesmo tempo, também, o seu Vice-Governador, Dr. Rui Brasil Cavalcante.

Ary Valadao, Sr. Presidente, foi político durante sua vida toda. Exerceu a Prefeitura de sua terra natal, Anicuns, por duas vezes, tendo sido também Presidente da extinta UDN e da Aliança Renovadora Nacional. Deputado Estadual por duas vezes, foi Líder de Governo e também Deputado Federal por três mandatos. Saiu de Goiás, Sr. Presidente, e para aqui veio, mas Goiás dele não saiu. Por conseguinte, amanhã, ao tomar posse como Governador do nosso Estado, há de fazer implantar em Goiás a volta da política do trabalho com liberdade.

Era o que tínhamos a dizer, desejando para aquele grande ex-Parlamentar muito êxito na sua missão.

O SR. MANOEL GONÇALVES (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabo de receber telex do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Nilson Holanda, comunicando a conclusão satisfatória dos estudos e o encaminhamento da respectiva proposta ao Banco Central, necessários à criação da agência da cidade do Crato, no meu Estado, como parte complementar do IV Plano de Expansão daquele estabelecimento de crédito, que prevê a instalação de vinte e cinco novas unidades operadoras.

Os estudos referidos resultaram na comprovação da inteira procedência das reivindicações do município do Crato, localizado na região sul do Estado e principal pólo sócio-cultural, entre 21 municípios que integram aquela região. Crato é, por outro lado, sede de uma das Regiões Administrativas do Estado e ponto de convergência para operações bancárias e comerciais não só do povo do Cariri, mas também de vários municípios limítrofes de Pernambuco.

Possui uma população estimada em 90 mil habitantes, voltada, na sua grande maioria, para a atividade agropecuária, representada por 1985 estabelecimentos rurais, colocando-se em 3.º lugar na arrecadação financeira do Estado, computado 141 municípios.

O criador de gado e o pequeno produtor rural da Região do Cariri, ressentindo-se de assistência técnica e crédito oficial adequado e oportuno, executam seu trabalho em moldes ainda não atualizados, daí advindo a pequena produção da área. A promessa de inversão desse quadro — de escassez de iniciativas objetivando o fortalecimento da economia regional, o desamparo às suas atividades econômicas — representa ânimo novo para aquela sofrida gente, tão interessada, como os seus irmãos de outros Estados, no progresso do País.

Acresce que uma região pobre, como o Nordeste, não pode ter suas possibilidades ignoradas, em termos de não aproveitamento da sua total capacidade de produção, por falta de crédito ou assistência, fatores fundamentais a qualquer projeto de desenvolvimento, mesmo perdendo-se as dificuldades que hoje assolam a economia do Brasil e do mundo.

A concretização dessa medida não virá beneficiar apenas a cidade, mas todo o Cariri cearense, composto de municípios que se apoiam, especificamente, na atividade econômica primária, todos carentes de ampla assistência creditícia.

Por fim, quero registrar meu voto de congratulações e meu aplauso ao Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Nilson

Holanda, pela iniciativa de implantação de uma agência daquele banco de desenvolvimento regional na cidade do Crato, cujo povo em geral, e as classes produtoras em particular, há cerca de 20 anos persistem na campanha para a criação dessa agência, única forma de obter os recursos compatíveis com o seu potencial de produção.

O nosso apelo final, dirigido ao futuro Presidente do BNB, Dr. Camilo Calazans, é no sentido da rápida concretização dessa iniciativa e no prosseguimento do plano de expansão, dentro da estratégia de promoção do desenvolvimento do Nordeste brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. JOÃO CUNHA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o ato de posse de amanhã poderia sugerir até elegâncias cavalheirescas. Mas não vejo por que cortesia, elegância e formalismos para com os responsáveis diretos pela vigente tragédia nacional. Para com as ditaduras não há cavalheirismo sem comprometimento, nem razões regimentais podem determinar essa conduta. O Regimento da Oposição brasileira está definido pela consciência do povo no seu grito de inconformismo, que ressoa por toda a Nação no basta! Sem concessões.

Amanhã se dará posse a Figueiredo. Enquanto isso, em medo aos acentos redemocratizantes, os metalúrgicos resistem às pressões do regime, sob a liderança de Lula em São Paulo; professores arriscam-se nas ruas do Rio de Janeiro; estudantes avançam na ousadia histórica de reconstituição da UNE. Enquanto isso, o regime dá claras mostras de debilidade econômica, ameaçando-nos todos com a recessão, desemprego, misérias agravadas, além dos riscos, para livrarem-se da crise, da alienação de riquezas brasileiras como as da mata amazônica, para não se falar do petróleo já entregue aos interesses internacionais. A posse se dá em meio a banquetes faraônicos, no requinte das mordomias, enquanto o povo sobrevive na miséria do cotidiano conhecido. Enquanto isso, o jornal *Em Tempo* é apreendido pela violência policial da censura, por publicar verdades dos porões da ditadura, e a revista *Veja* é submetida a processo nos termos da Lei de Segurança Nacional, pelas mesmas razões. Enquanto isso ocorre, não vejo como o MDB possa participar, contracenando com o regime, na farsa da consagração ilegítima dos novos detentores do Poder.

O voto dado pelo povo brasileiro ao MDB expressou claramente seu repúdio ao Governo e ao regime que o sustenta. E o povo sabe que não é o AI-5 o qualificativo da ditadura, nem sua revogação alterou o quadro vigente, que continua denunciando a presença do regime pelas greves ocorrentes ainda hoje em São Paulo e Rio e pela absoluta insatisfação já detectada em todo o meio social.

O AI-5 não está mais aí. Entretanto, em seu lugar, temos as salvaguardas do regime, prontas a serem acionadas, a Lei de Segurança Nacional e, ainda tenso, não desmontado, pronto a movimentar-se, o formidável aparelho repressivo do Estado, na aliança com advertências que, reiteradamente, vêm sendo feitas e sintetizadas na expressão de um general, quando afirmou que a "espada está embainhada, mas não enfraquecida". Enfim, o AI-5, posso afirmar, ainda existe, para a classe operária, vivo na legislação do trabalho e sindical, no FUGATS, na Lei Antigreve e na regulamentação do salário, ditada pelo Governo. Gostaria de que o Senador Brossard tomasse também consciência disso.

A expectativa das Oposições e do povo, votando no MDB, foi de unidade na luta contra o regime, inadmissível qualquer concessão ou aceitação de migalhas oferecidas pelo sistema, expressa pela mão estendida de Figueiredo.

A expectativa das Oposições e dos movimentos populares é de que o MDB realize a vontade das urnas, ou seja, a luta contra a opressão, por plenas liberdades democráticas, não se permitindo, em nenhum momento, e principalmente no ato de amanhã, uma contracenar com a ditadura que ainda não acabou.

O SR. HERBERT LEVY (ARENA — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, na quarta-feira passada morreu em São Paulo a extraordinária pianista brasileira Guiomar Novaes Pinto. Durante muitos anos — pois ela ingressou no Conservatório de Paris aos 13 anos de idade, conquistando a única vaga disponível ao sobrepular 358 concorrentes — a genialidade dessa grande pianista brasileira se revelou aos olhos do mundo. Aos 15 anos, formava-se ela pelo Conservatório de Paris, ganhando o grande prêmio daquela instituição. Depoimentos insuspeitos, por ocasião da sua morte, merecem ser registrados neste momento.

O jornalista Harold C. Schonberg, do *New York Times*, escreve:

"Por ocasião do seu *debut* em Nova York, os críticos não se contiveram. James Huneker, grande conhecedor de interpretação pianística, chamou-a de "Paderewska dos pampas". Neste século, poucos pianistas deram a impressão de tocar piano com tão pouco esforço, e o número daqueles que conseguiram modulações tão arrebatadoras

do seu instrumento é ainda menor. Guiomar Novaes foi uma das maiores coloristas do piano do século XX."

E mais adiante:

"Na década de 50 ela interpretou o Concerto de Schumann, com Andre Cluytens e a Orquestra Filarmonica de Nova Iorque. Aquela foi a interpretação mais pura, sonora e aristocrática ouvida desde a época grandiosa de Josef Hofmann."

Sr. Presidente, o talento brasileiro, tão multiforme e que transparece em tantas manifestações artísticas e em outras atividades, teve em Guiomar Novaes um toque de genialidade. Ela foi a grande embaixadora da arte brasileira nas mais importantes capitais do mundo. Deu seu primeiro concerto em Paris, com quinze anos de idade; com 16 anos, estreava em Londres; no ano seguinte, vados por enquadramento na referida circunstância. Oportuno, critica de arte do mundo inteiro, transformando-se, repito, na grande embaixatriz da arte brasileira.

Na hora em que ela desaparece, aos 83 anos de idade, nascida em São João da Boa Vista, em meu Estado, é justo que lembremos esta figura invulgar que fez do piano um admirável instrumento, através do qual conquistava os auditórios e a crítica mais autorizada do mundo inteiro.

É este o registro que desejo fazer, Sr. Presidente, da grande pianista Guiomar Novaes Pinto.

O SR. CRISTÓVÃO CHIARADIA (ARENA — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, preocupa-nos, desta feita, matéria pertinente ao sistema de fiscalização financeira e orçamentária nos Municípios, cuja processualística em vigor entendemos merecer a maior atenção deste ilustre Plenário.

Como todos sabemos, no sistema constitucional brasileiro, as prefeituras dos Municípios devem anualmente prestar suas contas a respectiva Câmara Municipal, cabendo ao Tribunal de Contas do Estado, ou órgão paralelo, a missão de auxiliar aquela Casa Legislativa no complexo exercício da fiscalização financeira e orçamentária, conforme disposição constitucional expressa no art. 16, §§ 1.º e 2.º.

No desempenho da atividade auxiliar, deverá aquele Tribunal emitir parecer prévio, de teor eminentemente técnico, que deverá ser encaminhado e submetido à apreciação do plenário da Câmara Municipal.

Ocorre, no entanto, Sr. Presidente, que a mecânica assim imposta, sem o estabelecimento, por lei, de prazo fatal para emissão pelo Tribunal de Contas do termo do referido parecer acaba de gerar graves e indesejáveis prejuízos à dinâmica do rito processual da análise e julgamento das contas municipais.

Nobres colegas, a prestação de contas e a sua verificação constituem-se partes capitais de um único processo — o do controle de execução orçamentária, não devendo ocorrer — sob hipótese alguma — qualquer embaraço que prejudique ou que dificulte o trâmite normal da documentação.

Devem estar, portanto, ambos os organismos agentes de ação fiscalizadora na mais perfeita sintonia, no mais estreito entendimento, de forma a que o circuito então estabelecido funcione satisfatoriamente. Quando mais, ressalte-se que, por questão, mesmo de prudência e sensatez, o controle de uma administração jamais deverá ser exercido dentro de um esquema administrativo que apresente falhas, sob o risco de vir a gerar imprecisões de análise, ou — o que é pior — o desprestígio público do órgão competente, desgastando, em consequência, a imagem maior do Poder Federal.

Infelizmente, Srs. Deputados, as falhas já existem. Apesar do forte empenho e da dedicação ao serviço verificados nos Tribunais de Contas Estaduais, no exercício da citada missão fiscalizadora, existe atualmente alto índice de retardo na liberação dos pareceres. Em consequência, um alarmante número de Prefeitos não tiveram, até a presente data, suas contas apreciadas pelas respectivas Câmaras Municipais. No Estado de Minas Gerais, por exemplo, o Tribunal de Contas está devendo cerca de quatro mil pareceres prévios a diversas Câmaras Municipais.

Sr. Presidente, a análise detida do surpreendente e lamentável quadro apresentado vem denunciar, como principal elemento gerador dos atrasos, a amplitude de jurisdição conferida ao Tribunal de Contas do Estado, porquanto, além de exercer o controle da administração financeira estadual, acumula o controle das contas apresentadas por todas as prefeituras municipais. É de se concluir que, por mais que seus funcionários persigam altos graus de desempenho, por mais que o índice de operosidade das suas diversas seções se mantenha em alta, forçosamente os documentos que ali dão entrada ultrapassam violentamente a margem ideal permitida, causando inevitáveis prejuízos ao próprio Tribunal, à Câmara Municipal e, em particular, à pessoa do Sr. Prefeito, que, em muitos casos, chega a exercer novamente o mandato, sem que tenham sido apreciadas as contas de sua primeira gestão.

As contas municipais representam elementos patrimoniais de uma comunidade. Expressam direitos e deveres de uma gestão municipal. Assumem, no amplo contexto político-administrativo da Nação, importância vital, como peças formais que são, capazes de vislumbrar, com detalhes, registros da contabilidade pública.

Entendemos, neste ponto, nobres colegas, ser imperiosa e urgente a ação de uma medida saneadora que aperfeiçoe o processo, de modo não só a dinamizar a mecânica instituída, mas também, a aliviar os Tribunais de Contas Estaduais desse incontido acúmulo de documentos, fruto tão-somente de uma engrenagem excessivamente centralizadora.

Alguns Estados da Federação, como Ceará, Rio de Janeiro e Bahia, já conseguiram, de certa forma, neutralizar a ação daquelas dificuldades, por meio da criação do Conselho de Contas dos Municípios, órgão estadual, ao nível das Cortes de Contas Estaduais, cujos integrantes gozam das mesmas prerrogativas e impedimentos dos juizes destas. Ao Conselho de Contas dos Municípios cabe substituir o Tribunal de Contas do Estado na atribuição de fiscalizar a administração financeira dos Municípios. Temos notícia de que nos Estados de Goiás, Espírito Santo e Minas Gerais igual medida se encontra em via de implantação.

Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a simples descentralização do esquema fiscalizador não se oferece de todo suficiente para a buscada dinamização do ritmo dos serviços. Reputamos da maior prioridade reforçar a alternativa que já se generaliza, dotando o sistema fiscal de instrumento capaz de provocar, de força a fluência dos documentos. Concluimos, então, pela necessidade de fixação de prazo fatal para a emissão do termo do parecer prévio.

Nesse sentido, vimos de apresentar a esta Casa projeto de lei que dispõe sobre a fixação do prazo de noventa dias para emissão do parecer prévio às contas anuais da Prefeitura Municipal. Uma vez decorrido este prazo, sem que o Tribunal haja exarado parecer, será o mesmo tido como favorável. Acresce, ademais, que o parecer favorável imposto por decurso de prazo constituiu-se em entendimento consagrado na esfera legislativa. Não raro nos deparamos com projetos de lei, vetos e algumas outras matérias serem aprovados por enquadramento na referida circunstância. Oportuno, ainda, exemplificarmos o fato com o § 6.º do art. 72 da Carta Federal, onde fica manifesto o pleno uso da aprovação de atos por decurso de prazo, justo no próprio mecanismo da fiscalização financeira da União.

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumpre afiançar que, se excluído o artifício proposto, dificilmente o prazo se verá obedecido, tornando-se, por conseguinte, inócua a medida pretendida, além de permanecer inutável a situação preocupante.

Estimula-nos, neste momento, a certeza de que os nobres representantes do povo brasileiro aqui presentes não ficarão insensíveis à causa em questão, que é também de cada um de vós, justos e leais defensores do bem público.

O SR. CARNEIRO ARNAUD (MDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos hoje na tribuna para registrar, com grande consternação, os nossos sentimentos de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Iracles Pires, ocorrido em 9 do corrente mês.

Mais chocante torna-se este registro por sabermos que sua morte brusca deve-se a um lamentável acidente automobilístico, que tão cedo ceifou sua vida rica e atuante, deixando um vazio difícil de ser preenchido entre os que a amavam e a admiravam.

Dona Iracles Pires era o exemplo da inteligência feminina dedicada ao desenvolvimento da educação e da cultura, não somente do seu Município, Cajazeiras, no alto sertão paraibano, como de todo o Estado.

Pois, meus caros colegas, esta destacada figura de mulher dedicava-se ao jornalismo radiofônico, tendo criado um programa da maior audiência na Rádio Alto Piranhas, onde diariamente analisava, comentava e debatia problemas relacionados com a educação, a arte, a administração e a política do município de Cajazeiras e de toda a Paraíba.

Sabemos nós da importância do rádio nas imensidões longínquas do nosso sertão — e D. Iracles torna-se, então, quase insubstituível na tarefa que criara e realizava com tanto dinamismo e dedicação.

Num mundo como o de agora, em que a rapidez das comunicações faz com que vivamos numa "aldeia global", esta perda se torna mais significativa.

Além disso, era D. Iracles uma figura humana de incomensurável popularidade e muito querida pela comunidade a que pertencia. Gozava do maior prestígio nos meios de comunicação do nosso Estado, pela sua constante participação no desenvolvimento do teatro, da pintura, da arte em geral.

De luto estão não apenas seu marido, o conceituado médico de Cajazeiras, Dr. Valdemar Pires, seus filhos universitários, Saulo

e Jane — ambos estudantes da Universidade Federal de Pernambuco — seus amigos e os habitantes do Município onde vivia. De luto, também, está o Estado da Paraíba, que sofre a perda irreparável de tão destacada personalidade de mulher.

Queríamos solicitar à Mesa Diretora da Casa, aos nobres Pares, que se envie ao Dr. Valdemar Pires e seus familiares a mensagem de profundo pesar que estou tentando traduzir neste momento, em nome dos meus conterrâneos.

O SR. AFRO STEFANINI (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o advento da Lei Complementar n.º 1, de 9 de novembro de 1967, estabeleceu-se um verdadeiro ritual para a criação de novos municípios nos Estados da Federação.

Além dos inúmeros requisitos imprescindíveis para a criação, estabeleceu o art. 6.º daquela Lei Complementar que tal providência só poderia ser tomada pelas Assembleias Legislativas, quadrienalmente, no ano anterior ao da eleição municipal.

Posteriormente, nova Lei Complementar, a de n.º 28, de 18 de novembro de 1975, deu nova roupagem ao art. 6.º, passando a vigorar com a seguinte redação:

“A criação e qualquer alteração territorial de municípios somente poderão ser feitas no período compreendido entre dezoito e seis meses anteriores à data da eleição municipal.”

Ora, como sabemos, no próximo ano teremos no País eleições municipais para escolha de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, e o prazo fatal para estar concluído o processo de criação é, portanto, o dia 15 de maio de 1980.

Entretanto, além dos requisitos especificados na Lei Complementar n.º 1/67, tem o Ministério da Justiça, sistematicamente, emitido pareceres normativos sobre o assunto. E somente após essa manifestação do Ministério da Justiça é que se deflagra nos Estados o processo de criação de municípios.

Em Mato Grosso, na área remanescente do Estado dividido, encravada na sua totalidade na região Amazônica, por sua posição geográfica fixa-se privilegiada posição de desenvolvimento, bastando, para comprovar nossa narrativa, a demanda populacional já fixada em regiões que, há menos de 5 anos, só eram conhecidas e palmilhadas pelos índios das diversas tribos lá existentes.

Justifica-se, assim, a criação dos Municípios de Cascalheira, Canarana, Nova Brasilândia, Juscimeira, São José do Rio Claro, Quatro Macos, Rio Branco, Araputanga, Jauru, Pontes e Lacerda, Alta Floresta, Sinop, Colider, Joara, Juína e Paranatinga.

Hoje, nessas áreas existem centros urbanos e rurais que superam em tudo mais de 25% dos municípios brasileiros, até mesmo muitos dos que foram criados dentro das exigências e rigores das Leis em vigor.

É natural essa nossa preocupação, pois inúmeras são as providências a serem tomadas em conjunto pelos Governos dos Estados. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Assembleias Legislativas e Tribunais Regionais Eleitorais, uma vez que a consulta plebiscitária é também requisito inarredável, além da definição dos limites segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais.

Fica o nosso apelo ao Ministério da Justiça no sentido de uma manifestação, em tempo hábil, e conclamação às lideranças das localidades interessadas, para que cuidem do encaminhamento do problema, a fim de que não sejam surpreendidos pela escassez do tempo e tenham adiada por mais quatro anos a conquista de sua autonomia municipal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOSE MAURÍCIO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o pomposo nome de Caravana da Integração Nacional, cerca de 3.500 estudantes dos mais diversos pontos do País se encontram nesta Capital, para prestigiar a posse do Gen. João Baptista de Figueiredo.

As notícias sobre essa monumental caravana, se ressumbram admiração e encantamento, dão conta de uma profunda insatisfação desses jovens no tocante a alojamento e alimentação, tarefa a cargo de diversos órgãos públicos.

Cada caravaneiro — em sua maioria, crianças — recebe uma sacola plástica que contém: camiseta de malha, pasta tipo “congresso”, bloco, caneta, boné, capa de chuva, flâmula, chaveiro, folheto, adesivos, porta-documentos e dois crachás de tecido autoadesivo, além de Cr\$ 500,00 para lanches e **souvenirs** e um manual da ARENA Jovem.

Aqui, Sr. Presidente, não procurei mostrar que não se trata de idéia inusitada ou original ou que ela brotou um dia nos idos da Velha República. Aqui não me deterei na descrição desses espetáculos nas ocasiões de posses ou visitas de Presidentes da República.

Aqui não me alongarei numa documentação de que tais representações se tornaram mais frequentes, com as cores e os tons dos atos marciais, durante o Estado Novo, tão vivo em nossa memória com seus desfiles escolares compulsórios. Também não explicarei aqui que a revolta dos meios universitários e do segundo ciclo, pela falta de pão e liberdade, restringem a Caravana do mundo das crianças e dos adolescentes.

O expediente é velho, como vetusto é o organismo que a ele ora recorre. É lamentável, Sr. Presidente, constatar-se que nem os avanços dos processos de conscientização do homem, nem as modernas filosofias de ensino, nem o salto do homem à Lua conseguiram trazer alguma luz aos dirigentes da Liga de Defesa Nacional, que Olavo Bilac idealizou para dar apoio ao serviço militar, imbuído do alto propósito de que “na alma da criança devem ser regadas boas ações”.

Mas, pelo que leio no último número da revista “Isto é”, o espetáculo da integração vai custar quarenta milhões de cruzeiros, além das despesas indiretas para a realização da promoção que, anunciaram, tem a participação do empresário e dos cofres públicos, ou, em outras palavras, do contribuinte brasileiro.

Ora, não é preciso dizer, alto e bom som, que a posse do General Figueiredo não é uma festa da Nação, mas um momento de duvidosa alegria de uma agremiação política que não recebeu nas urnas a maioria dos sufrágios e cuja hegemonia no Congresso decorre, pura e simplesmente, de artifícios e casuismos da legislação eleitoral. E, ainda que se cuidasse de uma festa Nacional, essa não era por certo a ocasião de tal despesa, sob todos os aspectos inteiramente supérflua e desnecessária, tendo em vista, sobretudo, o estado de acentuada pobreza em que se debate a imensa maioria da população brasileira.

Nem por isso direi aqui de que essa Caravana da Integração Nacional deveria constituir-se de representantes dos flagelados de Minas ou da Bahia, de integrantes das filas do INPS e do FUNRURAL, que se alongam pelas noites a dentro, de componentes do professorado, de metalúrgicos, médicos, enfermeiros, residentes e motoristas cujas greves dizem da inoportunidade dessa exibição supostamente integracionista. Não, Sr. Presidente, não direi que esse dinheiro seria melhor empregado nos orfanatos, nos asilos, nas escolas, nos hospitais, no atendimento dos flagelados vitimados pelas enchentes.

Mas não se pode concordar com que se revivam, neste País, em pleno clarão do Século XX e na madrugada de uma ressurreição democrática, métodos e modas que se supunham varridos da face da Nação e definitivamente envolvidos pelas dobras do tempo. Bilac imaginou um organismo de formação ideal da criança brasileira, porém nunca supôs que a Liga de Defesa Nacional, criada para isso, viesse um dia utilizar a criança como figurante de uma festa de que não participaria, se tivesse a consciência a nível do segundo ciclo e dos cursos universitários e se soubesse o que ocorreu no País nesses últimos quinze anos, ou, ainda, se pudesse aquilatar quanto de absurdo existe no ato que manda retirar, compulsoriamente, de magros salários e vencimentos os recursos necessários para socorrer uma incalculável legião de flagelados ora tocados de seus lares pelo horror da fome e da miséria.

O SR. LUIZ BAPTISTA (MDB — ES. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo, neste pronunciamento, fazer uma análise sobre a companhia telefônica do Estado do Espírito Santo e sobre o seu plano de expansão.

A nossa empresa no Estado tem como seu Presidente o Coronel Lang e como Diretores os Srs. Rosental Fernandes-Leobel, Luis Carlos Valentim e Orlando Guimarães.

Os serviços que a empresa presta à Sociedade, sobretudo nos setores do comércio, das Indústrias, são inestimáveis, necessários e indispensáveis.

A empresa como órgão de prestação de serviços tem sob sua responsabilidade a exploração e o desenvolvimento dos serviços da telefonia no Estado. E como a autarquia tem o endosso dos Governos federal e estadual, a estes compromete-se não cumprir a contento o seu programa de serviços.

A empresa é subsidiada pelos poderes públicos e, portanto, vinculada aos mesmos, respondendo estes perante a sociedade pelos desacertos e inépcia daquela, o que não é justo, pois a responsabilidade dos atos da empresa telefônica é exclusivamente sua.

A TELESTE, com o objetivo de bem servir o povo, tem o seu programa de desenvolvimento e vem lançando de vez em quando os seus planos de expansão. Tudo certo. Tudo bom. Só não está certo o que vem acontecendo no meu Estado e possivelmente em outros também.

A empresa, antes de cumprir a contento e a rigor dos usuários um plano de expansão lançado, promove outros sucessivamente sem dar por concluído o anterior.

É lastimável que no meu Estado existam centenas de telefones vendidos pela TELESTE, com carnês quitados há 2, 3, 4 e 5 anos que ainda não foram instalados até hoje.

Cito como exemplos os Municípios de Vila Velha, Cariacica, Serra, Fundão, Santa Leopoldina e outros. Até parece que a empresa quer apresentar quantidade, menosprezando a qualidade dos seus serviços.

Quando os usuários comparecem aos escritórios da TELESTE, munidos dos seus carnês e dos seus direitos, os Diretores da mesma respondem laconicamente que a empresa ainda não executou os serviços porque está com o problema de falta de materiais. E, pior ainda, como me declarou o Coronel Lang, Presidente, o Governo não vem cumprindo com a sua participação. Ora, Srs. Deputados, o que temos nós com a falta de responsabilidade de uma empresa, de alto porte, como a TELESTE, que tem na sua diretoria, supomos, homens de bem, que poderão ser chamados, a qualquer momento, a prestar contas dos seus atos administrativos, perante o povo e até perante a Justiça, vende os seus serviços a alto preço e não os entrega ao seu comprador.

Uma verdade precisa ser dita e ser registrada na consciência do povo. Se você deixar de pagar sua conta de telefone, no dia marcado, não tem conversa, alicate no telefone, multas, juros de mora e taxa de religação.

O povo que se dane! Viva a TELESTE! E a EMBRATEL! Parabéns aos Diretores da Empresa! Mas o pior de tudo, no final das contas, é que paga quem não deve diretamente, o governo que fica muito mal colocado perante a opinião pública.

Esperamos que, com o novo Governo Federal do General João Baptista de Figueiredo e o novo Governador do Estado, Dr. Eurico Rezende, e a Diretoria da TELESTE, os serviços da mesma para o público sejam conduzidos com mais seriedade e responsabilidade.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, eminentes colegas, "O homem nada mais é do que aquilo que o faz a educação". Kant.

O consagrado educador nacional, Arnaldo Niskier, no último sábado, à página 6 do "Jornal de Brasília", demonstrava a importância e indispensabilidade da atuação da família na educação. Respondia ao título de seu oportuno artigo: "Família, para quê?"

Analisei S. Ex.ª:

"Certos autores entram na moda e citam-nos, passa a ser uma prova de bom gosto e atualização. Um deles é George Gusdorf, cujo livro "Professores, Para Quê?" tornou-se um clássico. Ele defende, por exemplo, o professor de Filosofia, "o que tem mais possibilidades de ser um mestre". Afirma que "a palavra do professor põe o homem em movimento... Os que ouviram um dia o canto da verdade, o seu apelo e sua convocação, esses nunca mais poderão esquecê-lo, mesmo que lhes sejam infiéis. Eles sabem para sempre que a verdade existe e que vale a pena conquistá-la com o sacrifício da própria vida, mesmo que eles não estejam prontos, de sua parte, para dar a vida pela verdade."

Em seqüência, embora reconhecendo o valor do mestre — como cumpre a todos nós — emprestou destaque todo especial à relevância do papel da família no processo educacional. E revelou o clogiável posicionamento do Prof. Leonardo Leite Neto, "um dos pais do ensino supletivo no Brasil", que se encontra "preocupado em humanizar nossa escola, atraindo os fluidos familiares para dentro de seus limites".

Voltando a emitir seus pontos de vista, Niskier salientou a necessidade de os pais se fazerem mais presentes na educação dos filhos. O que não é tanto uma questão de horas, mas, antes, a qualidade dos momentos vividos na companhia dos filhos, dentro e fora do lar.

Referiu o educador o empolgamento da mulher com as novas atividades que desenvolve, de estudo e de trabalho — "em que há certo exagero, próprio de toda novidade" — fato que a está levando a confiar a educação dos filhos às escolas. Que na escola se pratica a parte sistemática. E "em casa" — acrescenta — "processa-se a educação assistemática, às vezes muito mais importante".

Após outras considerações, igualmente válidas e dignas de serem recolhidas e acolhidas, arrematou:

"Quando se pensa no êxito do Sítio do Picapau-Amarelo, na Rede Globo de Televisão, logo vem à mente a figura simpática e bonachona de Dona Benta, contadora de histórias maravilhosas, que prende toda a fauna lobatiana com o poder material inerente à sua personalidade. E a mãe das figuras animadas do Sítio, como a querer dizer-nos que ainda se pode motivar os pequeninos com a força de uma grande presença magnífica e humana.

Quando se questiona a "família, para quê", a resposta é óbvia: para que a educação se faça de modo integral, somando as responsabilidades do lar e da escola."

Incontestavelmente, Srs. Deputados, é insubstituível no processo educacional a participação da família.

Nós, que sempre agimos assim — o pai e a mãe extremosa — continuamos a orientar os dez filhos, tendo conseguido colocá-los em posições a lhes garantir tranquilidade, que ora se soma à dos netos, numa vida coesa, unida, florindo em exemplos de comportamento e de orientação cristã, o que confere a todos a simpatia e o respeito da comunidade que integram, e lhes assegura destaque de relevo no seio da Família Brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é também de Kant a frase que até hoje ilumina desvãos do processo educacional:

"O objeto da educação é o desenvolvimento, no indivíduo, de toda a perfeição de que ele é capaz."

Emílio Castelar, avançando além das células familiares, aconselha, advertindo, a projetar o assunto no plano multinacional:

"A felicidade dos povos e a tranquilidade dos Estados dependem da boa educação da mocidade."

Gustave Flaubert entendia que à educação há que ser reservado tempo integral, quando asseverava:

"A vida deve ser uma constante educação."

E Victor Hugo responsabilizava os organizadores da educação de um país, quando não atentavam melhor na escolha de seus executores, o que continua devendo ser acatado até nos dias atuais, senão conveniente evocar sua cristalina e profunda observação, ao ensejo da troca de Ministros no MEC:

"Meus amigos, lembrai-vos sempre de que não há ervas daninhas nem homens maus. Há, sim, maus cultivadores."

Licurgo, como sabem V. Ex.ªs, foi o primeiro legislador de Esparta, que afirmam ter vivido no século IX, antes de Cristo. Insculpiu ele, em bronze imperecível, a recomendação em que devemos continuar insistindo:

"O primeiro objetivo do legislador deve ser a educação."

Mas esta terá de começar em casa, constituída sobre alicerces inruíveis — O que não constitui meta fácil de ser alcançada, nos dias atuais, mas é o que cumpre à família.

Teógnis, citado no "Dicionário Enciclopédico da Sabedoria", organizado pelo Prof. Della Mina, vol. II, p. 401, afirma a respeito:

"É muito mais fácil dar o ser a um filho do que dar-lhe uma boa alma. Mas é isto que a educação deve propor-se."

O que nossos filhos aprendem e adquirem em casa segue-lhes pela vida a fora.

Ramalho Ortigão costumava repetir:

"Em todo Estado e em toda condição social o homem bem educado é um homem superior.

O homem sem educação, por mais alto que o coloquem, fica sempre um subalterno."

Não há o que contestar, Sr. Presidente. É louvar, recolher o ensinamento e procurar aplicá-lo em casa e na escola.

As fecundas palavras, ora trazidas à colação, traduzem verdades eternas, que os séculos não destroem, não desvirtuam, nem sequer empalidecem.

Sr. Presidente, a orientação educacional que desenvolvemos no lar, no encaminhamento dos dez filhos, inspira-se em ensinamentos de Sêneca (Lucius Annaeus Seneca), Nascido em Córdoba, na Espanha, no ano 4 antes de Cristo, mas filho de político romano, o grande filósofo-moralista teve seus escritos — moderadamente estoicos — amplamente utilizados pelos primeiros padres e teólogos da Igreja Católica. O pensamento sincero e corajoso do tão citado filósofo fez deste o mais importante pensador ocidental dos primeiros séculos da Era Cristã.

Lembrava Sêneca, na afirmação indescolorível que ora reproduzimos:

"Longo é o caminho do ensinamento pela teoria; curto e eficaz o do ensinamento pelo exemplo."

Inspirados nessa lição, construímos nosso próprio sistema filosófico de educação, para aplicação caseira. E o vimos agilizandoo, em prática diária, devidamente vigiada. Os frutos são compensadores — embora nos custem muito trabalho — e chegam a ser responsáveis pelo orgulho que experimentamos, eu e minha mulher, diante do êxito alcançado: toda a família colocada, com os novos casais à nos cumular de netos e a nos plenificar de alegria.

Como verificam V. Ex.ªs, Srs. Deputados, absolutamente procedentes são as considerações de Niskier, quando enfatiza que a

educação, para processar-se de forma integral, há que somar as responsabilidades da escola e do lar.

Novo Ministro à frente do MEC, novas sugestões, o oferecimento de novas idéias, seguido das esperanças da melhoria do nível do sistema educacional brasileiro.

De nossa parte, Sr. Presidente, por acreditamos que é à força da insistência convicta que logramos plantar as recomendações, as idéias e os conselhos dignos de florescer e frutificar, vivemos a repetir, numa síntese de nosso próprio sistema educacional, com a simplicidade que o reveste: em educação, o que mais edifica, e fica, ainda é o exemplo.

O SR. TIDEI DE LIMA (MDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, criticamos a censura nos Correios, violando correspondências, o que tem acontecido normalmente neste País.

O SR. ERNESTO DE MARCO (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quem assistiu, pela televisão, na noite de domingo último, ao debate sobre o problema de combustíveis no País, deve ter ficado estarrecido diante da irrealdade com que os nossos assuntos, até mesmo os mais sérios, são tratados no exterior.

Num momento como este, em que todo o mundo está às voltas com a crise do petróleo — e até parece brincadeira — o atual Ministro das Minas e Energia, que, felizmente, está indo embora, confirma que realmente vendemos gasolina a um cruzeiro e sessenta centavos o litro e que isto não dá prejuízo ao País.

Eu não diria que o Ministro Shigeaki Ueki é um irresponsável, até porque tenho muito respeito pelas autoridades constituídas, principalmente em se tratando de um Ministro de Estado. Mas gostaria que S. Ex.^a respeitasse o povo brasileiro e que chegasse à conclusão de que ninguém é tão ingênuo assim para aceitar um fato dessa natureza sem qualquer constrangimento. Se ele não respeita o cargo que ocupa, que respeite, ao menos, os sentimentos do povo brasileiro, desse povo que está pagando quase dez cruzeiros por um litro de gasolina que é comprado por mais de dois e vendido por um cruzeiro e sessenta centavos.

E não adianta dizer que a operação não foi lesiva, porque isto não faz sentido. Se não temos capacidade de absorção, por que, então, importar tanto? Onde estão os responsáveis pelo Plano Nacional do Alcool, que se mantém num silêncio criminoso, enquanto a Nação inteira é sacrificada pelas inconseqüências do Sr. Shigeaki Ueki? O que é que esse senhor ainda continua fazendo no Ministério das Minas e Energia?

Lamentavelmente, Sr. Presidente, estamos tomando conhecimento de que ele está indo para a Presidência da PETROBRAS repetir os erros que cometeu no Ministério. Tenho receio de que, assim como ele fez tudo para conseguir a compra da Light, resolva comprar, também, as empresas que estão operando na costa brasileira em busca de petróleo mediante contratos de risco.

Não se trata de uma crítica de oposição, mas as colocações feitas pelo Ministério das Minas e Energia foram sempre as mais infelizes. Sem falar nas "descobertas" de reservas de minérios estratégicos na Amazônia e de petróleo na bacia de Santos, fato este que rendeu muito dinheiro a uma corretora de títulos do Rio de Janeiro.

O Governo do General Ernesto Geisel chega ao fim, transmitindo ao seu sucessor um fardo dos mais pesados. O País esteve mal, praticamente em tudo. Vamos ver se o General Baptista Figueiredo vai conseguir operar algum milagre que não seja o "milagre brasileiro" do Governo do General Emílio Médici. Estamos vivendo dias difíceis e o pior ainda está para acontecer. Pelo menos, a crise de gêneros alimentícios é inevitável e os horizontes políticos estão-se aproximando de uma turbulência sem precedentes.

Que Deus ilumine o Governo que está entrando, para que não se repitam os erros dos governos anteriores.

Era o que tinha a dizer.

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ (MDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã, posse do novo Presidente da República, General João Baptista de Figueiredo. Noventa e seis nações — mais a Organização dos Estados Americanos — estarão representadas nas solenidades que irão assinalar outra etapa do regime autoritário ainda persistente em nosso País.

Lamentavelmente, dentre as representações de todas as nações irmãs do continente americano, do Canadá à Argentina, não se registra a República de Cuba.

A pátria gloriosa e imortal de José Martí, reconhecidamente identificada ao Brasil por suas raízes latinas, por suas lutas pela liberdade, pelo seu povo rebelde e heróico, permanece isolada em suas relações diplomáticas com esta grande Nação, o que repre-

senta um dos aspectos mais lamentáveis e mesquinhos de nossa política exterior, nesta fase de sua evolução histórica.

Ao tempo da maior intolerância e da violência dos governos militares, anteriores ao General Ernesto Geisel, que, amanhã, deixa a Chefia do Poder Executivo, temia-se maliciosamente a atuação política do atual governo cubano de Fidel Castro como suposta ameaça interna à segurança nacional.

Cuba, no entanto, é bem certo, atendendo ao apelo do governo angolano, mandou soldados de seu exército àquela parcela do solo africano, profundamente identificada por suas raízes étnicas e culturais ao Brasil, mas em luta por sua independência.

No entanto, bem mais grave do que isso fizemos nos há poucos anos, com a ida de forças de nosso exército para a República Dominicana.

Dizia-se, ainda mais, que Cuba era um instrumento satelizado da política internacional imperialista da URSS na América Latina.

Porém, por cáustica ironia dos acontecimentos, foi o Governo brasileiro um dos primeiros a reatar relações diplomáticas com o governo de Angola, já tendo, muito antes, procedido de idêntica maneira com a URSS, os demais países do Leste europeu e a República Comunista da China.

No tocante à Nação irmã, a República de Cuba, persistimos em manter a mesma política a que nos referimos, de isolamento improcedente, insólito, quase ridículo, primário ou retardatário.

Hoje, nesta sessão, às vésperas das solenidades de amanhã, 15 de março por antecipação evidentemente oportuna, dirigimos, do plenário da Câmara dos Deputados, veemente apelo ao Chefe do Poder Executivo, prestes a empossar-se, e ao novo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, no sentido de que, o quanto antes, sejam entabuladas as devidas negociações para imediato restabelecimento de nossas relações diplomáticas com a República de Cuba.

Sem dúvida, tudo isso representará um gesto de alta significação internacional de parte do Governo brasileiro, de uma pacífica e nobre nação, de dimensões exponenciais, consciente de sua soberania, de sua vocação democrática e em plena concordância com seus destinos políticos, sociais e econômicos.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, eclodiu a greve dos professores que integram o magistério público estadual fluminense, por melhores vencimentos ou salários. O movimento reivindicatório pacífico conta com o apoio incondicional dos professores públicos municipais.

Sr. Presidente, de nada adiantam as manifestações oportunistas de solidariedade à laboriosa classe quanto a luta travada por remuneração condigna e melhores condições de trabalho vem de longa data, incentivada por desassombrados pronunciamentos de Parlamentares identificados com os sentimentos e aspirações do valoroso magistério público do Estado do Rio. Por isso, é bom lembrar que nas duas últimas legislaturas ocupei seguidamente esta tribuna para chamar a atenção das autoridades responsáveis para a imperiosa necessidade de fixação de vencimentos compatíveis com a dignidade da função de professor.

Sr. Presidente, sejam as minhas primeiras palavras de recordação, ao descrever a figura do mestre, a figura do velho mestre-escola de lunetas austeras e palmatória na mão. Parece ter desaparecido para sempre do País, até mesmo da lembrança folclórica daquele antigamente, em que a escola era "risonha e franca".

Não desapareceu, contudo, a imagem do mártir que se formou em torno do professor, porque é o que todos, sobretudo os que governam, costumam exigir dele. Para a profissão do professor reclama-se o apostolado. Mas, os apóstolos, por mais que ainda se acredite em milagres, não brotam de geração espontânea.

O sacrifício do aprendizado e o longo currículo cumprido implicam investimento, não só material, mas também moral e cultural. Nem se compreenderia a pontificação numa cátedra pessoas alfabetizadas às pressas ou sem a competente idoneidade para ajudar na formação dos espíritos jovens.

É muito comum e comovente mesmo ouvir louvores, em prosa e verso, à abnegação das professoras que enfrentam longos percursos para cumprir a sua missão na sociedade. Todavia, essa missão não pode ser desempenhada somente à custa de sacrifícios quando o magistério precisa, acima de tudo, de remuneração condigna pela própria natureza do papel que representa para o futuro do Brasil.

Sr. Presidente, os fatos demonstram que o magistério público permanece injustiçado, mercê da omissão governamental. Resalte-se que, sem lei complementar que declare as excepcionalidades, se observa a existência, presentemente, do maior desestímulo ao exercício do magistério oficial, ainda mais quando, por

força da Reforma do Ensino, os professores públicos, em quase todos os Estados brasileiros, afora os humilhantes vencimentos auferidos, têm carga horária de trabalho aumentada sem justa compensação. Obrigam-nos a trabalhar em sistema de rodízio de férias, prejudicando suas famílias; e submetem-nos a cursos intensivos de reciclagem em esforço de auto-aprimoramento, sem qualquer reconhecimento econômico-financeiro. Participam os professores de seminários, conclaves, simpósios e outras reuniões onde dão tudo de si e nada têm em troca, a não ser a satisfação de bem servir ao País.

Classe da mais alta importância para o nosso desenvolvimento e para a manutenção da paz social.

O magistério, dividido em público e particular, sofreu alterações em seus valores numéricos no curso do último decênio, quando o professorado oficial passou a receber tratamento discriminatório.

As estatísticas não deixam qualquer margem de dúvida no que concerne a esta realidade demonstrativa até mesmo da estagnação progressiva do ensino no Brasil.

Por outro lado, não se pode negar que começa a ocorrer uma inversão de valores, com o magistério público passando a gozar de menos benefícios que o particular, o que poderá causar, no futuro, a queda do padrão de qualidade registrado no ensino oficial no decorrer dos tempos.

Ademais, não se pode compreender que, para tarefas iguais, o tratamento seja diverso, quer no dia-a-dia de atividade, quer no capítulo final do reconhecimento à idade avançada ou aos anos de efetivo exercício, que é a aposentadoria.

Enquanto a rede de ensino particular mantém salários compatíveis com a dignidade das funções exercidas pelo professor, os membros do magistério oficial, percebendo vencimentos humilhantes, não têm condições de compatibilizá-los com o acelerado custo de vida.

Sr. Presidente, ao defender para o magistério público fluminense, mais uma vez, melhores salários, menor carga horária de trabalho e condições mais humanas para ensinar, permito-me lembrar, afinal, que, a 30 de setembro de 1977 registrei nos Anais do Congresso Nacional a entrega de memoriais reivindicatórios de melhoria salarial da laboriosa classe ao Governador Faria Lima e Prefeito Marcos Tamoyo.

A omissão governamental, o desinteresse e a insensibilidade manifestada pelos governantes que saem sem deixar saudades justificam plenamente, em última instância, a greve pacífica tão bem compreendida pelos pais e alunos.

O SR. JERÔNIMO SANTANA (MDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, formulamos apelo ao futuro Ministro da Previdência Social, Deputado Jair Soares, para que faça presente os benefícios do seu Ministério em Rondônia.

A atuação do INPS em nosso Território é caótica. Um Território com mais habitantes, mais problemas e mais eleitores do que o Estado do Acre e não conta até hoje com uma Superintendência Regional do INPS. A Superintendência ou Coordenadoria Regional fica sediada no Estado do Acre, e Rondônia, hoje com 7 municípios, tem apenas uma precária agência do INPS em nossa capital. Em alguns municípios do interior há apenas precárias e ineficientes representações do INPS.

Para solucionar em parte o problema do INPS, propusemos a criação de superintendências do órgão previdenciário no Território, nos termos da idéia expressa em nosso Projeto de Lei n.º 4.114/77.

O ex-FUNRURAL se acha com atraso de cerca de oito meses no pagamento dos benefícios aos aposentados no Território.

A LBA não presta sequer contas de sua gestão anual perante os jornais. Não temos notícia de nenhuma cadeira de rodas ou perna mecânica por ela distribuída no Território. A publicação feita por iniciativa no jornal *O Guaporé*, em 28-12-78, retrata a incipiência, o fracasso das atividades da entidade em Rondônia.

Os medicamentos da CEME vêm sendo jogados fora, dentro do rio Candeias, perecidos por não serem entregues às milhares de pessoas carentes no Território. Um verdadeiro fracasso administrativo. Agora a direção da CEME nos informa que não distribui os medicamentos, embora tenha uma placa sua num prédio abandonado em Porto Velho. Segundo essa informação, os medicamentos são repassados ao INAMPS e às Secretarias de Saúde nos Estados e Territórios. Uma coisa parece certa: o INAMPS nunca distribuiu uma pilula em Porto Velho, não há farmácia deste órgão no Território. Aliás, seu relato publicado no jornal *O Guaporé*, em 28-12-78, confirma nossa afirmação, porque nenhuma alusão é feita à distribuição de medicamentos pelo INAMPS.

Onde estão indo certos medicamentos destinados ao INAMPS de Rondônia?

O que a Secretaria de Saúde do Território está fazendo com os medicamentos que recebe da CEME?

É preciso, finalmente, que o Ministério da Previdência Social faça presente em Rondônia a assistência social que ali não funciona.

A respeito deste grave problema da ineficiência dos organismos encarregados da política social do Governo, em relação a Rondônia, fiz-me pronunciar inúmeras vezes, valendo relembrar os discursos aqui proferidos nas sessões de 6, 7, 8 e 12 do corrente mês. Na Legistatura passada (DCNs de 27-5-78, 21 e 22-11-78 e de 2-12-78), o problema foi abordado amplamente.

Para que a Secretaria de Saúde de Rondônia e o INAMPS se pronunciem, leio, para que conste nos Anais, ofício que recebi da CEME, prestando esclarecimentos sobre a distribuição de medicamentos em Rondônia, **verbis**:

"Of. UCS 000704 — Brasília-DF, 13-3-79

Do: Assessor de Comunicação Social da CEME

Ao: Deputado Jerônimo Santana

Por delegação do Senhor Presidente da Central de Medicamentos, Dr. Gilson Ferreira de Almeida, tenho a grata satisfação de cumprimentar V. Ex.^a e reportar-me às denúncias colocadas no Plenário da Câmara dos Deputados pelo Nobre Representante do povo de Rondônia. Em razão da gravidade do assunto, adianto-lhe que a Presidência do órgão tomará as providências cabíveis, visando a uma imediata solução do problema.

Por oportuno, informo a V. Ex.^a que a Central de Medicamentos não cabe a responsabilidade das irregularidades apontadas em vosso pronunciamento do dia 7 próximo passado, posto que a entidade se limita a produzir e a adquirir os medicamentos constantes de sua Relação de Medicamentos básicos-RMB, entregando-os às Superintendências Regionais do INAMPS e às Secretarias de Saúde das Unidades Federativas, a quem compete distribuí-los à população carente.

Assim, como pode constatar V. Ex.^a, não são de nossa alçada as questões que, reconhecemos, em boa hora foram levantadas no Congresso Nacional.

Ao exposto, formulo ao Nobre Deputado opositorista os votos da Central de Medicamentos para o desempenho de um eficiente trabalho parlamentar na busca das soluções para os problemas que afligem a comunidade brasileira, colocando-me ao vosso inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos acerca da atuação da Central de Medicamentos.

Atenciosamente — José Seabra Neto, Assessor."

Enquanto a CEME informa que não distribui medicamentos diretamente, em Porto Velho há um prédio com sua placa, um grande depósito de remédios, com funcionários de seu quadro, destacados, servindo e dirigindo as atividades da entidade no Território. Como se explica isso?

O SR. ROQUE ARAS (MDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, protesto contra a grilagem na Bahia e especialmente os atos praticados pelo Coordenador da Polícia no Estado.

O SR. CARDOSO FREGAPANI (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, nobres Deputados, ao observar e participar dos pronunciamentos e debates proferidos na primeira semana da instalação da 9.^a Legislatura, entre os integrantes dos dois partidos políticos, MDB e ARENA, pude constatar que os mesmos foram proferidos de maneira vibrante e acalorada, como sói poder acontecer, mas dentro de um clima altamente condizente com o extraordinário grau de sociabilidade dos integrantes do Parlamento.

Foram muitos os temas abordados, mas o mais latente, que preocupa a sociedade brasileira no seu todo, é a ânsia da imediata redemocratização do País, começando, como não poderia deixar de ser, pela decretação urgente de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Nós os Deputados do MDB, Sr. Presidente, lutamos titanicamente pelo aperfeiçoamento das instituições legais, institucionais e constitucionais, enfim, pela redemocratização, já e agora, de nossa pátria, o Brasil.

O primeiro passo que defendemos é a concessão imediata de uma anistia ampla, geral e irrestrita, sem quaisquer outros adjetivos, como forma efetiva e concreta para a pacificação da família brasileira, pois acreditamos que a mesma é um pré-requisito para a democracia, a ordem e o progresso.

Como segundo passo, continuaremos a encetar a luta até aqui desenvolvida pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, como forma definitiva de criar uma nova Constituição, de baixo para cima, e não de cima para baixo, como o foi a Carta outorgada vigente. Sim, Sr. Presidente, uma Constituição do povo para o povo, como forma definitiva para alcançarmos a tão sonhada democracia plena, para que todos os brasileiros venham a ter as mesmas oportunidades e igualdades de condições perante a lei, enfim, para que possam adquirir as prerrogativas de povo livre e soberano, cidadãos de um país independente.

De outro lado, Sr. Presidente, os nobres Deputados da ARENA são unânimes em afirmar que seus colegas, nós parlamentares do MDB, estamos nos precipitando, pois nem sequer o General Figueiredo assumiu a presidência do País e já está sendo alvo de muitas críticas. Dizem ter a certeza e a convicção de que o mesmo cumprirá seu juramento de fazer deste País uma democracia.

Entendo, Sr. Presidente, que por livre e espontânea vontade esta democracia não virá tão cedo. Basta lermos os jornais para sentirmos desde logo quão verdadeira é tal afirmação.

O Presidente que sai, o General Geisel, no seu improviso dirigido às lideranças empresariais que compõem a Federação das Indústrias de São Paulo, voltou a defender o conceito de democracia relativa. Lembrem-se, em plena euforia do famoso diálogo aconteceu o inesperado, o fechamento do Congresso Nacional, para implantação do "pacote de abril".

Outrossim, o mandatário que entra está imbuído da mesma firmeza de propósitos daquele que sai. Quanto a isso não nos enganamos. Não sejamos ingênuos para acreditar o contrário. Basta lermos, no *Correio Brasileiro* de sábado próximo passado, página 2, na coluna "Informe Político", a manchete ali existe, que diz: "Anistia não virá tão cedo".

Ora, sem anistia, Sr. Presidente, jamais poderá haver reconciliação; sem a reconciliação não haverá democracia; e sem democracia continuaremos a viver sob o império da exceção, da anti-juridicidade e do arbitrio.

Rogamos a Deus que não chegue tarde demais dita abertura, a reconciliação entre o Governo e a Pátria, pois temo que possa vir um dia aqui ocorrer o que aconteceu e está a acontecer em vários países do mundo, desde as mais longínquas épocas até nossos dias, sistemática e intensamente, ou seja, a ascensão e queda de governos através do uso das armas e de maneira violenta e cruel. Ai está latente o ocorrido no Irã de Khomeini, cuja guerra fratricida está a enlamear de sangue todo aquele país.

Estas tragédias violentas e injustificadas historicamente acontecem quando os detentores do poder não têm sensibilidade suficiente, se fazem de surdos e cegos, ficam inertes, subestimam e desprezam todas as manifestações de descontentamento e cansaço de seus governados.

Encerrando, Sr. Presidente, enfatizo mais uma vez, na qualidade de amante da democracia, o meu propósito de lutar pela concessão de uma anistia, bem como pela convocação de uma Assembleia Constituinte, única forma viável para a reconciliação e conseqüente redemocratização do Brasil. Podem crer, Sr. Presidente e nobres Deputados, que nesta luta o MDB não está sozinho, eis que ela é a aspiração e o sonho maior de todos os brasileiros, democratas convictos que pensam no bem-estar e na segurança efetiva de nossa gente.

O SR. JORGE ARABE (ARENA — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não entendemos o porquê dessa manobra articulada em setores isolados do MDB, pretendendo induzir o partido a criar Comissão Parlamentar de Inquérito, a fim de investigar casos ligados aos direitos humanos.

O Presidente Geisel, quando da visita que fez ao exterior em missão do nosso País, teve a oportunidade de esclarecer com incensurável perfeição o conceito relacionado com os direitos humanos, mostrando que, no Brasil, não se restringe apenas ao respeito à pessoa, mas aos problemas globais que lhe são inerentes e para os quais o Estado sempre se mostrou sensível e interessado em equacioná-los.

Partido do pressuposto dessa definição, que é uma realidade por todos os brasileiros reconhecida, chega causar espécie a pretendida criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sobretudo em razão do alardeado objetivo de apurar causas e apontar responsáveis por supostas práticas de violências contra presos políticos.

Na verdade, Sr. Presidente, os reduzidos setores da Oposição que se mostram empenhados na concretização da ideia felizmente repudiada por expressiva maioria do partido, parecem menos interessados na apuração dos fatos, que desejosos de extravasarem sentimentos ocultos e acumulados.

Confessamos, Sr. Presidente, que não conhecemos em todo o curso da história republicana, nem tampouco na do Império, maior

agressão que essa deliberadamente planejada para incompatibilizar a opinião pública com os valorosos defensores e guardiães da nossa soberania.

Ninguém, neste País, salvo os corifeus da irresponsabilidade, tentou levantar dúvidas a respeito do culto cívico que soldados e oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica devotam ao sagrado princípio da intocabilidade dos direitos humanos.

As Forças Armadas, ao que sabemos, sempre lutaram pela formação de homens forjados nas lições mais exemplares ministradas na caserna, e nunca foi possível detectar entre eles aqueles vocacionados para a violência e o sadismo da tortura. Os militares têm a consciência do amor a Deus e do culto à Pátria. Por isso, jamais se transformariam em instrumento da violência para atentarem contra os direitos humanos, que sempre respeitaram.

Submisso a esse entendimento e certo de que as Forças Armadas nunca toleraram nem contribuíram para a existência de ódios e dissensões com a sociedade civil, até porque sempre se irmanaram nas grandes lutas históricas, manifestamos nossa apreensão quanto ao absurdo da ideia de criação de uma CPI para apurar violências contra os direitos humanos, tanto mais quando seus autores alardearam previamente que o propósito está ligado em apontar à opinião pública, como responsáveis por tais violências, homens que estão equidistantes das áreas de competições políticas e apenas restritos ao cumprimento do dever de garantir e assegurar a integridade da Pátria.

De outro lado, cremos que estão enganados e redondamente enganados os que julgam possível transformar o Congresso Nacional num Tribunal de Nuremberg e diante dele colocar, para efeito de inquisição e humilhação, os militares imaginariamente envolvidos em violências contra a pessoa humana.

Isto não significa defender supostos acusados, mas tem o sentido de evitar que por culpa de meros equívocos, as instituições militares sejam expostas ao descrédito da opinião pública brasileira.

Por que insistir numa investigação, depois que os Ministros do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, em esclarecimentos públicos, confessaram-se tranqüilos por saberem inexistir, entre seus comandados, supostos responsáveis por crimes de violências ou torturas contra os direitos humanos?

Para o consenso da Nação, a palavra dos Ministros militares está acima de qualquer suspeita ou dúvida a dirimir.

Parece-nos chegada a hora de colocar um basta nessa trama que tem endereço determinado e visa a quebrar o elo de disciplina e respeito que a tradição conserva nos quartéis, para tranqüilidade do povo e da Nação.

E um basta imediato e inadiável, como bem reconhecem os homens lúcidos do MDB!

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. FRANCISCO LIBARDONI (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Itapiranga, progressista município catarinense do Vale do Uruguai, comemorou, no dia 14 de fevereiro último, o seu vigésimo quinto aniversário. Iniciada sua colonização no dia 11 de abril de 1926, pela Sociedade União Popular, inicialmente com o nome de Porto Novo, pertencendo ao Município de Passo Borgann, atual Chapecó, teve o seu nome mudado em 1929: Itapiranga, nome tupi, em alusão a uma pedra vermelha que existe no rio Uruguai.

No dia 20 de março de 1932 foi instalado o distrito de Itapiranga, da comarca de Chapecó, de quem se desmembrou em 30 de dezembro de 1953, elevada à categoria de município de acordo com a Lei Estadual n.º 133, instalando oficialmente sua sede a 14 de fevereiro de 1954, tendo como Prefeito provisório o Sr. Wilibaldo Schoeler.

Seu primeiro Prefeito eleito foi o Sr. Arthur Guerc, empossado em 1954, em novembro, quando a Câmara Municipal se empossara, em fevereiro daquele ano.

Nos termos da Lei n.º 5.449, de 4 de junho de 1968, Itapiranga passou a ter o seu Prefeito nomeado, desde que declarado município de interesse da segurança nacional. Seu atual Prefeito é o Sr. Ottmar José Schneiders, compondo a Câmara Municipal dez Vereadores da ARENA e três do MDB.

Situado na região extremo-oeste de Santa Catarina, o município tem uma área de 534 quilômetros quadrados, com cerca de 22 mil habitantes na zona rural e mais de seis mil nas áreas urbanas, totalizando vinte e oito mil e quinhentas almas. Numa altitude média de 350 metros, com mais de mil quilômetros de estradas municipais, dos quais trinta e um quilômetros asfaltados e vinte e cinco quilômetros de rodovias estaduais, seu clima temperado propicia boa lavoura, com uma área cultivada bastante significativa, produzindo mais de 112 toneladas de trigo em vinte mil hectares cultivados, no ano passado, quando, em 14 mil hec-

tares, a soja produziu mais de duzentos e oitenta mil sacas, atingindo o seu rebanho suíno 92 mil cabeças.

Ruas asfaltadas, com avenidas amplas e iluminadas, dispõe a cidade de ótimo serviço de abastecimento de água, educandários do segundo grau com 451 alunos, dois jardins da infância, com 177 alunos, dez escolas básicas, quatro reunidas, dezesseis isoladas, com 5.659 alunos, além de um seminário e o Colégio São Vicente, mantido pelas irmãs da Divina Providência. Há 15 escolas na rede municipal, com 552 alunos, enquanto o MOBRAF, funciona no município desde janeiro de 1971.

Cidade hospitaleira, povo laborioso e ordeiro, clima privilegiado, grande vocação progressista, Itapiranga, ao comemorar o seu vigésimo quinto aniversário, demonstra o seu espírito progressista e sua vocação para o desenvolvimento.

Congratulando-nos pelo transcurso dessa data, fazemos votos para que Itapiranga prossiga em sua arrancada, projetando-se como um dos mais prósperos municípios catarinenses.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. SIMÃO SESSIM (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a situação do atleta profissionais no Brasil, apesar dos inúmeros títulos conquistados no exterior, culminando com o tricampeonato mundial de futebol, ainda está a merecer uma série de medidas, consignadas no aperfeiçoamento da legislação que regulamenta e protege essa profissão, principalmente no que tange aos vínculos que os prendem aos respectivos clubes.

É necessário ressaltar-se, desde logo, que quando nos referimos à melhor assistência a esses profissionais temos em vista que apenas dez por cento deles alcança notoriedade e uma situação econômica razoável. São os grandes ídolos, que militam nos maiores clubes dos principais centros desportivos do País.

No entanto, é importante não esquecer que há, no País, aproximadamente seis mil atletas profissionais sem o prestígio, o calor humano e a popularidade dos grandes astros do futebol brasileiro. Frequentemente terminam a sua curta carreira em extrema pobreza, marginalizados pelas agremiações desportivas a que pertenceram.

Recentemente, o atestado liberatório, denominado passe, foi leiloado em um dos clubes do Sul do País, submetendo-se a uma situação humilhante e vexatória um dedicado profissional, assim atingido em sua dignidade humana.

A atual legislação estipula que o atleta profissional tem direito a quinze por cento de participação no preço de venda do seu passe, desde que esteja no mínimo há três anos no clube. Apesar de reconhecer que o clube, como instituição, colabora eficientemente no lançamento e na projeção do atleta profissional, entendemos que aquela participação percentual é irrisória.

Torna-se necessário que a legislação conceda ao atleta, tratando-se de transação com o seu passe, uma participação de no mínimo vinte e cinco por cento sobre o valor fixado.

A maior participação do atleta, além de servir de estímulo à sua carreira, servirá para minorar as injustiças cometidas com essas classe, emprestando-lhe maior segurança econômica, principalmente tendo em vista a exiguidade do tempo de vida profissional dos que se dedicam a atividades físicas tão exigentes como o futebol.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (ARENA — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Câmara Municipal de Corumbá, através de manifestação do ilustre Vereador Geraldino Martins de Barros — o decano naquela Casa — manifestou desejo de ver alterada a Lei nº 4.425, de 8 de outubro de 1964, para que os municípios detentores de recursos naturais igualem a sua participação na receita auferida pelo imposto único sobre minérios extraídos.

Corumbá, sabem os Srs. Deputados, agasalha uma das maiores reservas minerais do mundo, no complexo minífero conhecido como Urucum.

Com a ausência de um sistema siderúrgico adequado — não obstante o interesse do empresariado nacional e o estímulo da comunidade mato-grossense — pela omissão ou abulia dos órgãos federais competentes, é grande a exportação de minérios para outros Estados da Federação e sobretudo para o estrangeiro, via principalmente o rio Paraguai, até o porto Palmira, no rio da Prata.

A lei prevê a incidência de uma alíquota de 10% sobre as substâncias minerais extraídas, e desse quantitativo há a seguinte distribuição: 10% para a União, 70% para o Estado e apenas 20% para o município exportador.

Cremos injusta essa distribuição, pois ao município fica a menor fatia, observando, pasmados, seus habitantes exaurirem as riquezas de seu solo e subsolo, sem que dela tenham participação condizente às suas aspirações de bem-estar e atendimento de suas necessidades básicas.

Dai a revolta justificada da egrégia Câmara Municipal de Corumbá, que deseja, na interpretação exata do sentimento popular corumbaense, uma participação igualitária ao Estado, no tocante aos benefícios da citada Lei nº 4.425.

O fortalecimento dos municípios é uma das metas do futuro Governo — tenho disso convicção. Não há melhor instrumento para se cumprir esse desiderato que não seja o de uma maior injeção de recursos financeiros federais às unidades municipais do País.

Ai está o apelo da Câmara de Vereadores do Município de Corumbá, que desta Casa, e nela registrado, desejo fazer chegar às autoridades maiores da República, acreditando em sua sensibilidade para o problema, convencido estou merecerá delas uma análise percuciente com vistas a reparar a injustiça fiscal que pesa, através da Lei nº 4.425, sobre os municípios exportadores de minérios, inúmeros são eles neste País de dimensões continentais.

O SR. LEITE SCHMIDT (ARENA — MS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, durante minha campanha eleitoral, por várias vezes, recebi reclamações e até mesmo apelos dramáticos do povo de Campo Grande, em relação a um problema que há anos vem afligindo a população daquela nova Capital.

Trata-se, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de um flagelo que vem ceifando várias vidas preciosas de crianças, jovens e adultos, indistintamente, e, criando, assim, um clima de tensão e apreensão na população trabalhadora e ordeira de Campo Grande.

Hoje, chegou-me às mãos um documento da Câmara Municipal daquela cidade com uma solicitação especial de iniciativa dos ilustres Vereadores Albino Coimbra Filho e Armando Tibana e aprovado por todos os membros daquele Poder Legislativo municipal, que reclama não contra a Prefeitura Municipal, que tudo tem feito no sentido de evitar mortes e traumas familiares, mas contra a direção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que, apesar de reiterados apelos individuais e de organizações públicas e privadas, mantém ainda, dentro do perímetro urbano, os trilhos que, se antes trouxeram grandes benefícios para o povoamento e crescimento econômico da região, nos dias atuais já não podem mais continuar passando pelo centro da cidade.

Desacreditando da utilidade de se fazer mais requerimentos e ofícios que nunca são atendidos, aquele povo sofredor, através de seus fiéis representantes na Câmara Municipal, dirigiram-se, então, a mim, reiterando o apelo tantas vezes já feito às autoridades federais responsáveis pela direção da Noroeste do Brasil.

Sensibilizados que somos por toda e qualquer questão de interesse popular, não podíamos, Sr. Presidente, silenciar diante deste assunto, tão importante para aquela gente humilde, mas que tem sido a propulsora do grande desenvolvimento que levou a região inclusive a se transformar no mais novo Estado da Federação.

Destarte, Sr. Presidente, uso esta tribuna livre do povo brasileiro para tornar este problema do conhecimento público e para lançar um apelo às autoridades competentes — em especial a S. Ex.^a, o futuro Ministro dos Transportes —, no sentido de que interfira diretamente para que se concretize a retificação do traçado daquela rede ferroviária e se retirem do centro da cidade os trilhos assassinos.

Temos certeza de que o futuro Ministro Elizeu Rezende saberá compreender este apelo, que é de toda uma população, porque aquela estrada de ferro praticamente corta Campo Grande pelo meio e impede seu crescimento ordenado e humano.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (MDB — SP. Sem revisão do orador.) — O meu pronunciamento é a respeito da hipocrisia dos Ministros Simonsen e Angelo Calmon de Sá, quando afirmam que o fortalecimento da estrutura sindical é consequência da má distribuição de rendas do País.

O SR. EDSON KHAIR (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, registro o envio aos Srs. Parlamentares de carta do Comitê Brasileiro de Anistia, destinada a todos os parlamentares desta Casa, no sentido da instalação de uma CPI, que vise a apurar todas as violações cometidas contra os direitos humanos deste País. Isto se insere na luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita e é mais do que oportuna neste momento.

A instituição desta CPI irá, sem sombra de dúvida, dar uma contribuição para o avanço da luta pela democracia neste País.

O SR. PRISCO VIANA (ARENA — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, operando nesses últi-

mos anos em meio a dificuldades de todo tipo, tendo de conviver com um mundo em crise, a política brasileira para o café pode hoje, quando se encerra a administração do Sr. Camillo Calazans de Magalhães, no IBC, oferecer resultados altamente significativos, capazes de decepcionar os seus críticos mais rigorosos e os descrentes de todos os matizes.

Os números que a seguir referiremos configuram esse excelente desempenho, mas, para avaliá-los corretamente, é preciso recordar o quadro em que operou o IBC.

Quando o Governo Geisel assumiu estava recente a crise da OPEP e presentes as suas consequências sobre a economia mundial, que não pouparam sequer as grandes nações desenvolvidas, estas também mergulhadas na recessão econômica que impunha restrições violentas às importações. E conhecida a repressão da demanda de café e até as campanhas feitas nos Estados Unidos para conter o seu consumo. Depois veio a geada.

Num mercado assim contido, tivemos uma oferta excessiva decorrente das grandes safras dos países produtores, a começar pelo Brasil, que em 1975 produziu 30 milhões de sacas — a maior produção dos dez anos anteriores.

Ainda assim, o País conseguiu vender, nesses dois anos, dois bilhões de dólares, receita semelhante às maiores até antes obtidas.

Foi enorme o esforço para a sustentação de preços compensadores, e o Sr. Camillo Calazans teve de exercitar toda a sua capacidade negociadora e também diplomática, pois houve momentos em que foi preciso convencer autoridades de outras nações produtoras a resistir às pressões baixistas dos consumidores.

A média anual do faturamento brasileiro com a venda de café, nesse período, foi de 2,5 bilhões de dólares. Isto representa a maior performance do setor em todos os tempos.

Não menos significativos foram os resultados da política inovadora de diversificação das áreas de produção, lançada logo após a geada de 1975, que dizimou cerca de um bilhão de pés de café em regiões tradicionais de plantio em São Paulo e no Paraná.

Mais de um bilhão de novos cafeeiros foram plantados, com técnica moderna e mediante financiamentos a prazos longos e juros baixos. Agora, a lavoura de café está espacialmente melhor distribuída: em vez de 90% dela concentrada no Paraná e São Paulo, temos atualmente 24% no Paraná, 28% em São Paulo, 26% em Minas Gerais e os demais 22% em outros Estados, principalmente na Bahia e no Ceará, numa iniciativa de profundo alcance econômico e social para o Nordeste.

O Sr. Camillo Calazans deixa, portanto, o IBC, sob os aplausos gerais e o reconhecimento da Nação. Presidiu-o com alta capacidade profissional, indiscutível probidade e grande patriotismo. No comando de um dos setores vitais da economia do País, confirmou todas as virtudes que de há muito já o haviam credenciado como uma das figuras de maior valor da atual geração de administradores públicos brasileiros.

Na próxima semana o Sr. Camillo Calazans retorna à sua região, à qual nunca deixou de servir em todos os postos ocupados. Vai presidir, pela confiança do futuro Governo, o Banco do Nordeste, peça fundamental para o desenvolvimento nordestino, carente, embora, dos recursos adequados para cumprir bem a sua finalidade.

A posse de Camillo Calazans na presidência do Banco do Nordeste gera insumos valiosos à confiança e esperança dos nordestinos, mais do que nunca vivendo momento decisivo na sua luta pela superação da pobreza e do atraso em que ainda se encontra a sua sofrida região.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (ARENA — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, os trabalhadores nordestinos alimentam a esperança de que, com a mudança de Governo, de mentalidade, o futuro Ministro do Trabalho, no próximo 1.º de maio, fixe o novo salário mínimo em percentual que corresponda às necessidades mínimas da família trabalhadora e, ao mesmo tempo, elimine uma grande injustiça até hoje praticada contra esses trabalhadores, unificando para todo o território nacional o salário mínimo.

Os trabalhadores, responsáveis diretos pela produção nacional, obrigados a viver dentro dos recursos que lhes permite o salário mínimo, já não suportam o custo de vida e a inflação que os atinge dia a dia, gerando miséria e subnutrição que envergonham o chamado modelo brasileiro.

As estatísticas demonstram que a defasagem nos salários, nos últimos 14 anos, retirou do nosso trabalhador, em mais de 100%, o poder aquisitivo, aumentando assustadoramente os índices de mortalidade infantil, consequência natural da deficiência alimentar e da desassistência médica à família.

Nos Estados do Norte e do Nordeste, principalmente, os efeitos do irreal salário mínimo estão causando grande descontentamento social, já que aqueles poucos recursos nada representam como pagamento de 30 dias de trabalho sob sol e chuva, para um homem enfraquecido que ordeiramente se empenha para levar aos seus familiares o pão de cada dia.

A correção desse estado de coisas precisa ser feita urgentemente e de uma vez, a fim de evitar que homens pacíficos sejam levados à revolta e à prática de atos a que a fome pode levar um chefe de família.

Manifestamos, em nome desse povo sofrido, a esperança de que os homens que assumirão o Governo no próximo dia 15 venham a realizar uma política mais humana em relação aos trabalhadores, de modo que esses bravos lutadores e suas famílias tenham condições de viver como pessoa humana.

Concluindo, Sr. Presidente, peço a Deus que ilumine nossos governantes e que desde já se implante no Brasil uma política de extinção da miséria, de assistência social que justifique o sacrifício de nossos trabalhadores no trabalho diuturno que realizam em favor do nosso progresso.

O SR. PACHECO CHAVES (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em quatorze anos de quase total supressão das liberdades públicas, este País passou por uma experiência penosa, cujos resultados ainda são insuscetíveis de uma correta aferição.

Distorções de toda ordem se inseriram em nosso desenvolvimento econômico e social, em consequência das quais a distância entre ricos e pobres se ampliou de tal maneira que até mesmo figuras preeminentes do regime hoje reconhecem e proclamam a urgente necessidade de se introduzirem, no chamado "modelo econômico brasileiro", retificações indispensáveis a uma distribuição da renda global mais justa e humana.

Paralelamente às discrepâncias na divisão do "bolo", em que os 10% de ricos sempre levaram nitida vantagem, acentuaram-se os desníveis regionais, existindo áreas de nosso território em que as respectivas populações vivem em situação de indigência, insustentável a curto prazo.

A tutela exercida sobre a Nação era e ainda é justificada com o lema "Segurança e Desenvolvimento". Partia-se (e esta tese continua a ser sustentada pela esmagadora maioria dos beneficiários do Poder) do princípio segundo o qual era preciso produzir, gerar riqueza, formar um imenso "bolo" que, no futuro, seria equitativamente repartido, em benefício de todos os segmentos da sociedade.

O que todos deveriam aceitar, sob pena de sérias e perigosas represálias, era e é a infalibilidade dos homens que nos dirigem. A geração de riquezas, o alto desempenho da economia, a prosperidade do País deveriam ser alcançados a qualquer preço e sem quaisquer considerações aos sacrifícios impostos. Os assalariados, responsáveis em grande parte pela concretização desses postulados, que continuassem com salários baixos, sujeitos a progressivo aviltamento à medida que crescia a espiral inflacionária. Mais tarde, muito mais tarde, talvez, quando o "bolo" houvesse assumido proporções capazes de atender às exigências das diferentes classes e categorias profissionais, teríamos então oportunidade de fazer uma repartição em fatias que a todos beneficiassem de forma igualitária.

Ninguém poderia opor-se aos dogmas oficiais. Quem ousasse deles discordar, quem afirmasse que o crescimento econômico e o desenvolvimento social deveriam seguir *pari passu*, além de ver suas colocações completamente bloqueadas pela censura, ainda seria qualificado de mau brasileiro, de derrotista, de inconformado, de saudosista, de inimigo do Governo ou até mesmo de elemento a serviço de ideologias contrárias à nossa índole e à nossa formação cristã.

Com a liberação da imprensa escrita, alguma luz se fez no interior do Sistema e, para surpresa dos próprios elementos que o integram, verificou-se que se instalara, em virtude das inúmeras e insanáveis deformações, verdadeiro divórcio entre o Governo e o povo, entre o Estado e a Nação. A insatisfação se generalizara como decorrência da deterioração da qualidade de vida das camadas intermediárias e inferiores da sociedade. Uma onda de reclamações sacudiu os alicerces do regime que, compelido por fatores internos e externos, se viu obrigado a dar início a um processo de abertura gradual, com vista a manter-se no Poder por mais alguns anos, quando pelo menos teria condições e tempo de arrumar a casa, acabando em parte com a desordem em que esta mergulhara.

Alguns deles com longa e reconhecida experiência em defender, indistintamente, todos os Governos, vieram a campo para dizer que estamos no melhor dos mundos, que estamos progredindo a passos de gigante, que somos hoje uma potência emergente, como tal reconhecida aqui e no exterior, que o povo se encontra ao lado dos que detêm o Poder, embora leis casuísticas se suce-

dam, em avalanches, procurando impedir a livre manifestação do eleitorado.

Todas essas afirmações vão caindo por terra, como simples castelos de areia, quando confrontadas com a realidade.

Será necessário se adequar a propaganda política à realidade sócio-econômica do País. Que o Brasil cresce e desenvolve sua economia é indubitável, mas é necessário que esse crescimento se faça no sentido de se beneficiarem as grandes camadas carentes de nossa população e que diminuam as diferenças entre regiões e a remuneração por atividade. No momento em que se deseja enfatizar o desenvolvimento do setor agrícola, é necessário não ser esquecido o grande desnível de vida entre populações rurais e urbanas, responsável pelo êxodo dos campos, pelo enfraquecimento técnico e cultural da mão-de-obra rural e que trará grandes embaraços ao projeto governamental de basear o progresso econômico do Brasil no desenvolvimento do setor agrícola.

O SR. JOSÉ DE ASSIS (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, torna-se cada dia mais alarmante a ocorrência de acidentes de trânsito; aumenta incessantemente o número de desastres automobilísticos com vítimas fatais e feridos. As estatísticas crescem proporcionalmente à quantidade de veículos em tráfego e à quilometragem de rodovias em uso, tornando inadiável o exame do problema.

Creio ser dever de todo cidadão lutar pelo incremento das medidas de segurança rodoviária; tenho convicção de que esta Casa não se pode abster de participar deste esforço, cumprindo assim sua obrigação de pugnar pelo bem-estar das populações aqui representadas.

Orientado pelo preceito de bem servir, que move a atividade parlamentar, sinto-me na obrigação de trazer ao conhecimento dos nobres colegas considerações sobre a periculosidade da BR-153, no trecho que corta o perímetro urbano da Capital goiana.

A rodovia, ligação obrigatória entre Brasília e Goiânia, via Anápolis, e entre Goiânia e São Paulo, reveste-se de considerável valor como meio para o rápido escoamento da produção agropecuária que, originária do norte do Estado, demanda o Sul do País, além de ser utilizada por aqueles que, da Capital Federal e de Anápolis, se destinam às estâncias hidrominerais do oeste goiano.

Porém, por relevante que seja o serviço por ela prestado, cabe considerar que seu traçado, ao cruzar o perímetro urbano de Goiânia, encontra-se em situação anacrônica: não se admite hoje uma rodovia de tráfego intenso atravessar, como se fora simples avenida, uma cidade populosa.

Observa-se que a região leste da Capital goiana encontra um obstáculo físico na BR-153, que divide a área urbana da cidade, trazendo perigo a todos quantos precisam deslocar-se, atravessando-a. E não são poucos os habitantes da região leste: pode-se calcular em 40.000 o número de pessoas a arriscar-se a um acidente de graves consequências, quer atravessando a rodovia a pé, quer trafegando por ela em veículos de transporte individual ou coletivo, ao lado do pesado tráfego intermunicipal e interestadual.

Goiânia cresce e se desenvolve com rapidez, e o sentido do desenvolvimento é predominantemente para o sul. Novos loteamentos são criados e comercializados, fazendo prever que a população ameaçada pelo espectro de um acidente tende a aumentar.

Cumprido, pois, fazer de público veemente apelo ao ilustre Ministro dos Transportes, para, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, atender aos anseios da população de Goiânia, estudando a fundo a situação e projetando novo traçado para a BR-153, a fim de aumentar as condições de segurança, não só dos pedestres, mas também dos veículos que por ela trafegam, contribuindo para desafogá-la do tráfego municipal, que atrasa e conturba o importante movimento de cargas que dela se vale, movimento este que representa, em última análise, a própria vitalidade da economia do Estado de Goiás.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ALAÍR FERREIRA (ARENA — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabo de ler o documento publicado no "Jornal do Commercio" de ontem referente às sugestões da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro ao futuro Presidente da República, João Baptista Figueiredo.

Considerando sua oportunidade, e sobretudo por se tratar de documento que considere de grande valia, pois aborda os vários aspectos da real posição do Estado nos campos social e econômico, comento-o, para despertar sobre ele o interesse dos novos Deputados.

Considerações a respeito faremos em outra oportunidade, quando, então, focalizaremos também, em especial, o total aproveitamento do rio Paraíba — de vital importância para o nosso Estado — e a sofrida região norte fluminense, que está carecendo de ação e atenção especiais dos governos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renato Azeredo) — Passa-se ao Grande Expediente.

Tem a palavra o Sr. Modesto da Silveira.

O SR. MODESTO SILVEIRA (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, amanhã vai iniciar-se o quinto período de Governo excepcional das quatro estrelas: General Castello Branco, General Costa e Silva, General Médici, General Geisel e, agora, General Figueiredo.

Brasília já ostenta ares festivos, com milhares de jovens de todo o País financiados pelos cofres públicos para agitar bandeiras ao novo Presidente biónico, que tomará posse diante de dois outros Generais, também primeiros mandatários biónicos no Cone Sul, porque igualmente não eleitos pelos seus povos: o do Paraguai e o da Bolívia.

O quinto mandatário, em sua "Fala do Trono" certamente fará como os quatro anteriores: decantará as excelências do regime do 1.º de abril e prometerá, paternalisticamente, democracia e justiça social para o nosso povo — se ficar caladinho e subsserviente. Provavelmente atribuirá ao regime os sucessos que as estatísticas oficiais proclamam e culpará os árabes ou São Pedro pelos fracassos que as estatísticas não puderam ou não puderem esconder.

Onde quer que compareça o novo General, lá estarão os milhares de menores, trazidos do Oiapoque ao Chui, em sua inocente ilusão e boa fé, aplaudindo o novo General sem o esclarecimento de que estão sendo tangidos, enfeitados e policromados pelos cofres públicos, em ano de calamidade pública e de quase luto nacional. Não sei quantos milhões de cruzeiros foram gastos, mas sei que é um mau começo, que desperta desconfiança no novo período que se vai iniciar.

Como a última Mensagem presidencial, sua fala certamente também omitirá o retrocesso político, financeiro e social dos últimos 15 anos. Nada dirá dos direitos humanos violados, dos cassados, dos demitidos, humilhados, torturados, seqüestrados, desaparecidos, asilados, banidos e assassinados, sem nenhuma apuração, apesar das inúmeras denúncias concretas e tantas provas não ignoradas; da corrupção impune e sem par, que só coloca em risco quem tenta apontá-la; da subversão das instituições históricas, consubstanciada no fechamento do Congresso, no Pacote de Abril, nos executivos biónicos, desde os prefeitos até os presidentes, na censura, na vergonhosa comunicação secreta das prisões, na incomunicabilidade exagerada, na prisão arbitrária oficializada, na institucionalização sistemática, enfim, de um regime excepcional, que hipertrofia o Poder Executivo e atrofia os dois outros Poderes e não ousa fazer eleições diretas porque tem medo do plebiscito.

Mais ainda, não se dirá que o regime que se abateu sobre o nosso País sofismou com o binômio "Segurança e Desenvolvimento", sinônimo de repressão e exploração. A política de concentração de rendas acarretou uma superexploração dos operários, sobretudo em favor dos grupos transacionais, que vêm liquidando as iniciativas nacionais. Verdadeira alienação da riqueza e, indistintamente, da soberania nacional se faz por esse processo.

O capitalismo selvagem e predatório aqui aplicado chegou a tais abusos, que nem o manuseio das estatísticas oficiais consegue esconder a miserabilização da classe operária e a proletarização da classe média. A inflação só onera os que trabalham. Quem ousar afirmar que houve algum progresso social nestes últimos 15 anos, não precisa de ir ao Nordeste ou Norte, basta ir às redondezas do Rio — Macaé, Campos, Magé e Nova Iguaçu.

A política de restrição de crédito de pequenos e médios empresários não apenas causa falências, mas força sua entrega às multinacionais, estimula o imperialismo e liquida com os restos de base social com que contava o regime. A consequência política natural é o descrédito em todas as instituições históricas, que devem ser preservadas, mas que sofrem os desgastes da sustentação de um regime impopular e autocrático.

É preciso que se examinem, com atenção, os dados do DIEESE, que não foi matematicamente contestado, quando publicou a queda do poder aquisitivo do trabalhador, da ordem de 57% a partir de 1964. Tal confisco do trabalho humano se torna mais chocante quando se tem em conta que o aumento da produtividade do trabalhador foi superior a 100% no mesmo período, segundo os dados oficiais.

A própria Mensagem presidencial fala numa produção per capita de US\$ 1.650,00, mas, quando se calcula a receita per capita dos bairros operários, encontra-se pouco mais de 10% desta produção. A consequência social desse modelo é uma desastrosa queda da qualidade de vida, do nascimento à morte dos trabalhadores. Estes se arrastam em sua ciranda infernal de pobreza, que gera subnutrição, que gera subdesenvolvidos físicos e mentais, que gera incapazes nas escolas e ofícios, que gera doentes e revoltados, que gera crescentes taxas de criminalidade. Esse quadro só não pode gerar — e quanto mais se gastar para dizê-lo, menos gerará —

a tal "corrente do País que vai pra frente". Esta é uma nação que não poderá "ir pra frente", enquanto continuar o processo espoliativo a que está subjugada.

Enquanto tudo isso acontece, a Amazônia vai sendo entregue a grupos estrangeiros predatórios; os índios continuam perdendo suas terras, sua cultura e sofrendo genocídio; a Light é comprada no apagar das luzes; os flagelados das chuvas recebem Cr\$ 1,5 bilhões, enquanto o grupo Atalla é beneficiado com Cr\$ 6,5 bilhões; multinacionais isentas de impostos dilapidam nossas riquezas; leite, tomate e cebola vão para o lixo, enquanto crianças atingem a subnutrição absoluta e aumentam as taxas de mortalidade infantil.

As estatísticas servem para manuseios extremos, no sentido de esconder ou revelar o que se deseja, quando não adotam critérios sérios. Por isso é que existem graves contradições entre órgãos ligados ao próprio Governo, como o IBGE, a FGV, o MOBRAL e o PNAD etc. Um fato grave que as estatísticas oficiais não estão conseguindo esconder é que, enquanto aumentou a renda do 1% dos mais ricos, aumentou também a miséria dos 50% mais miseráveis.

Para manter a superexploração, quase todos os líderes autênticos dos trabalhadores foram perseguidos, presos, e suas entidades sofreram intervenção e são drasticamente controladas para que não lutem contra o arrocho salarial e outros direitos.

A exploração descontrolada dos trabalhadores e até da classe média compromete a estabilidade social e está levando ao desespero das greves, pretensamente ilegais, sem que se atente para a ilegalidade da fome e da miséria. Por isso, já agora surgem novos movimentos grevistas e reivindicatórios, plenamente justificados pelo estado de necessidade: é o caso dos professores do Estado do Rio de Janeiro, dos médicos, jornalistas, motoristas e empregados nas multinacionais do fumo também do Rio, bem como dos metalúrgicos de São Paulo.

Todo esse quadro de repressão e exploração só poderá ser resolvido com a redemocratização de nosso País. Com a participação não apenas do MDB, mas dos democratas de todos os setores, como a Igreja, os sindicatos, os militares, as associações de massa, os estudantes, os intelectuais, jornalistas e até membros da própria ARENA. A luta pelas liberdades democráticas deve unir todas as forças que anseiam pelo fim do regime de exceção e pela democracia. O direito de expressão, de organização da sociedade civil e da representação política, nascida de eleições livres e diretas, está na base do restabelecimento da democracia, que viabiliza a justiça social. A anistia ampla, geral e irrestrita, assim como a Constituinte livre e soberana, são os pré-requisitos de reconfraternização e progresso político, aspirados pela Nação brasileira. E não se diga que ainda é cedo, porque estamos esperando há 15 anos por essas promessas. Nunca houve um período ditatorial tão longo em nossa História.

Aumentam cada vez mais e se unificam os inúmeros movimentos de oposição; crescem as atividades políticas e os resultados eleitorais revelam que, com toda a máquina oficial e o poder de coação, o partido oficial foi derrotado nas urnas e só "vitorioso" pelas leis antidemocráticas do Sistema.

É dever de todos os democratas lutar não apenas em palavras, mas em atos, para unir, ampliar e fortalecer todas as correntes que se opõem ao Sistema. A mobilização e a organização são as premissas necessárias à participação popular, que reconduzirão o País à democracia.

O fortalecimento unitário das correntes democráticas pressupõe também a denúncia dos atos repressivos da ditadura, a manutenção das poucas conquistas já alcançadas, bem como a sua ampliação, não se deixando cair no canto de sereia dos atos de isolamento e divisionismo nem nas provocações que apenas ajudam o regime.

O Sr. Paulo Lustosa — Permita-me, nobre Deputado. A título de esclarecimento, gostaria que V. Ex.^a me informasse em que fonte se baseou para os cálculos, que fórmula foi utilizada e qual o período em que o aumento de produtividade de trabalho ocorreu em termos de 100%. Pelas informações de que disponho, essa não seria a estimativa real. Pode ser que, inclusive, em termos da metodologia utilizada para os cálculos, V. Ex.^a tenha chegado a essa conclusão. A segunda indagação relaciona-se com a elevação das taxas de mortalidade geral e infantil no País. As indicações que temos, a nível de IBGE e dados que conseguimos coletar — inclusive dos próprios relatórios do Banco Interamericano — mostram que essas taxas caíram. Por outro lado, apesar das perdas do poder de compra do salário, de 1974 para cá, segundo o DIEESE, houve uma elevação, embora não muito significativa. E isto em termos de salários reais, tanto para o maior salário mínimo como para o menor salário mínimo. Sobre esses três pontos eu gostaria de ter esclarecimentos adicionais, para poder, inclusive, posicionar minhas colocações com base nesses novos elementos. Agora, até que ponto o verificado aumento da taxa de emprego acima dos níveis de expansão da população economi-

camente ativa não representaria uma melhoria em termos de indicadores sociais? Será que isso efetivamente ocorreu? Os dados, tanto os do PNAD, como os do IBGE e da Lei dos 2/3, refletem esta informação, e os gastos sociais do Governo, na área de segmentos como educação, saúde pública, habitação, saneamento, aumentaram, de 1974 até agora, em mais de 100%. Em função dessas colocações, espero de V. Ex.^a os esclarecimentos, para que possamos manter uma discussão calcada em fontes idôneas. Acho que a compatibilização de dados, tanto da Oposição como do Partido da ARENA, permitiria, inclusive, tornar este debate bem mais objetivo e mais claro.

O SR. MODESTO SILVEIRA — Com enorme prazer respondi ao Deputado Paulo Lustosa. Quanto à primeira parte, para afirmar que houve aumento de produtividade, nós nos baseamos nas inúmeras afirmações, públicas e notórias, de integrantes do próprio Governo. Inclusive, há menos de 15 dias, uma das fontes mais abalizadas do Ministério da Fazenda informou que o aumento de produtividade foi além de 106% nos últimos 15 anos.

O Sr. Paulo Lustosa — Nobre Deputado, não conheço essa fonte. Se admitirmos como aumento de produtividade o crescimento da renda per capita, verificaremos que, de 1974 para cá, esse índice não ultrapassou 23%. Aceitando-se um nível igual de remuneração na distribuição funcional capital-trabalho, então o aumento teria sido 23%.

O SR. MODESTO SILVEIRA — Eu poderia aceitar tanto a minha, como a sua ou qualquer outra fonte. O fato é que, desde que tenha havido aumento da produtividade sob qualquer forma, seria justo que o salário do trabalhador acompanhasse esse aumento, seja ele de 106% ou de apenas 23%. E não houve essa correlação. Ao contrário — e aí volto a responder à segunda parte da sua pergunta — como o DIEESE informa em inúmeras estatísticas — e ainda agora prepara a nova, que acompanhamos — sobre vários períodos até o ano passado, houve uma queda do poder aquisitivo do trabalhador brasileiro. Tomando por base o coeficiente 100, de 1964 para cá a queda do poder aquisitivo foi da ordem de 57%. Se esses dados não estão corretos, coteje V. Ex.^a os dados oficiais do Governo com os do DIEESE, e comprovará qual deles está errado. V. Ex.^a afirma que houve um decréscimo na taxa de mortalidade infantil. Certamente V. Ex.^a utiliza os mesmos dados mencionados pelo Sr. Presidente da República em sua Mensagem a esta Casa. V. Ex.^a dizia que houve uma queda da mortalidade infantil na cidade de São Paulo, contradizendo os próprios informes oficiais do Governo daquele Estado, segundo os quais, depois de uma extraordinária elevação da mortalidade infantil em São Paulo, houve uma redução desde o ano atrasado até o começo deste ano, mas já se revelando sensível aumento daquele índice.

O Sr. Paulo Lustosa — Deputado Modesto Silveira, há um ligeiro equívoco de V. Ex.^a quanto a esse aspecto. Os próprios jornais de São Paulo comentaram que as taxas de mortalidade infantil vêm caindo. É uma estimativa preliminar, já que diagnósticos de levantamentos mais precisos foram feitos, para o ano de 1978, admitindo a possibilidade de pequenas alterações. Quanto aos dados do DIEESE, eu dizia que, desde 1959 até 1974, as várias políticas levaram — e aceitamos a ponderação — à perda do poder de compra dos salários. Isto ocorreu a partir de 1959 e não, especificamente, a partir de 1964. Eu gostaria de enfatizar que, de acordo com os dados do DIEESE, a partir de 1974 houve melhora no procedimento da correção salarial, inclusive com agregação...

O SR. MODESTO SILVEIRA — Sr. Deputado Paulo Lustosa, se eu lhe concedesse todos os 30 minutos do meu escasso tempo, não teria sequer condição de responder a V. Ex.^a Sei que V. Ex.^a utilizará os dados que possam favorecer o Governo, enquanto tento buscar a verdade nas inúmeras contradições do próprio poder. Apenas convido V. Ex.^a a trazer os dados em seu poder — e eu trarei os meus — relativos à mortalidade infantil, a fim de que possamos cotejá-los. Ouso afirmar, em contrapartida, que os dados de V. Ex.^a — oficiais, do Governo — se contradizem com os do Governo de São Paulo. Está havendo um aumento da taxa de mortalidade infantil.

O Sr. Paulo Lustosa — Não há nenhuma contradição, nobre Deputado.

O SR. MODESTO SILVEIRA — Concedo o aparte, com todo prazer, a meu eminente companheiro do MDB, Deputado Walter Silva.

O Sr. Walter Silva — Nobre Deputado Modesto Silveira, V. Ex.^a estreia nesta tribuna e o faz com a mesma capacidade que tem demonstrado na sua atuação profissional como advogado de todos aqueles que foram, neste País, perseguidos e torturados pela ditadura. V. Ex.^a estreia bem, porque está incomodando a ARENA, ao criticar os Governos da Revolução, que só trouxeram desgraça a este País. O balanço que V. Ex.^a faz do Governo Geisel e dos Governos anteriores, que são uma projeção do que será o futuro Governo Figueiredo, é perfeito. O nobre Deputado Paulo Lustosa, que aparteu V. Ex.^a, e que também está estreando nesta Casa, não teve oportunidade de ler os levantamentos que fizemos através de

CPIs, como a CPI sobre Política Salarial, onde a matéria foi exaustivamente estudada. O poder aquisitivo da moeda caiu a níveis baixíssimos, enquanto o nível de vida tem subido muito. Mas a ditadura não está acostumada a disputar eleições. Agora a ARENA acaba de rejeitar a Emenda Benevides, para afastar ainda mais a possibilidade de eleições diretas para Prefeitos, Governadores e Presidente da República. Como os detentores do Poder não disputam o voto do povo para chegar ao Poder, não conhecem a realidade do homem brasileiro. Nós, que aqui chegamos legitimamente, ungidos pelo voto popular, sabemos, melhor do que as estatísticas oficiais — manipuladas como foram pelo Sr. Delfim Netto, que volta agora para entregar a agricultura brasileira ao capital estrangeiro — o que é a miséria, a fome e o desespero de milhões de brasileiros.

O Sr. Marcelo Cerqueira — Permita-me, ilustre Deputado Modesto Silveira. Eu estava ouvindo os debates em torno dos dados oficiais sobre taxas de mortalidade, e me lembrava dos dados oficiais, desmentidos pelo próprio Governo, relativos à reposição salarial. Os números podem ser refutados, porque os próprios Governos que se sucedem os contestam. Mas eu gostaria de ver contestada a palavra de V. Ex.^a quanto aos desaparecimentos, aos assassinatos, às torturas, aos banimentos, porque é V. Ex.^a o maior advogado de presos políticos do País. Quando V. Ex.^a assoma à tribuna, com a autoridade de quinze anos dedicados à luta em defesa do perseguido político, pode fornecer, como testemunha, vítima e maior advogado de presos políticos do País, dados sobre a repressão violenta aqui verificada. Estes, os dados que eu gostaria de ver contestados, referentes a assassinatos, desaparecimentos, banimentos, cassações e torturas. Sobre o assunto V. Ex.^a pode dar seu testemunho, mas nenhum IBGE é capaz de emitir dados. (Palmas.)

O SR. MODESTO SILVEIRA — Agradeço aos oradores que me apartearam. Também entendi, desde logo, que se tenta sufocar esta tribuna, como se sufocou o País, com números falsos. Tentam desviar para um campo diverso um discurso que centraliza a defesa dos direitos humanos. O eminente Deputado Paulo Lustosa, mestre em Economia, tenta, evidentemente, valer-se também de elementos da estatística — com todo o respeito a S. Ex.^a — mas afastando-me da tese central do meu pronunciamento.

Prossigo, Sr. Presidente.

Os partidos políticos devem perder seu caráter elitista e paternalista, abrindo-se para a participação popular e democrática; os sindicatos e organizações estudantis devem continuar apartidários, mas devem tomar parte na política do seu País. As Forças Armadas, por sua destinação histórica e para preservação de sua própria integridade e respeitabilidade não devem ter funções policiais ou repressivas, sob pena de continuar o extremo desgaste que os DOI-CODI lhe impuseram junto à população civil.

A Igreja vem valorizando corretamente sua missão de promoção humana em todos os sentidos e, por isso, desempenha papel fundamentalmente positivo na unidade pela conquista da democracia e da justiça social.

A direção da ARENA diz-se defensora da democracia, mas impõe aos seus liderados uma postura de boicote às iniciativas do MDB que tentam devolver à Nação uma parte das eleições diretas, que lhe foram usurpadas. Mas uma minoria comprometida não conseguirá abafar os anseios nacionais por muito tempo. Os que não souberem entender a realidade dinâmica de cada momento serão por ela atropelados.

Concedo o aparte ao meu eminente Líder, Deputado Elquisson Soares.

O Sr. Elquisson Soares — Ilustre Deputado Modesto Silveira, a nós, que conhecemos V. Ex.^a há muito tempo, não causa surpresa o brilhante discurso que pronuncia, nem tampouco o fato de V. Ex.^a incomodar, com suas palavras, a bancada da ARENA. Afinal de contas, V. Ex.^a vem incomodando essa ditadura desde 1964, a partir do instante em que ela se instalou. Ouvindo atentamente o seu pronunciamento, relato fiel da realidade brasileira, gostaria apenas de solicitar a V. Ex.^a a inclusão de mais uma bandeira entre aquelas que levantou como prioritárias da Oposição, hoje, no País. O ilustre Deputado Marcelo Cerqueira veio a esta tribuna e acrescentou um adendo ao nosso argumento. A V. Ex.^a ninguém pode desmentir o fato, considerando-se o testemunho que V. Ex.^a deu nas prisões deste País — bem sei disso — das torturas havidas, dos assassinatos, das cassações, dos banimentos, de tudo, enfim, de ruim que o movimento de 64 trouxe para o povo brasileiro. Por isso mesmo é que pedimos a V. Ex.^a inclua, entre as bandeiras prioritárias do nosso partido, a criação, neste Parlamento, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apure todos os crimes cometidos contra os direitos humanos no País, para que a Oposição respalde na verdade tudo quanto disse e diz da tribuna e se faça ainda mais respeitada pela opinião pública nacional.

O SR. PRESIDENTE (Renato Azeredo) — Com a permissão do orador, quero lembrar que o tempo de S. Ex.^a está esgotado. Peco que conclua sua oração.

O Sr. Cantídio Sampaio — Lamento, porque eu iria pedir um aparte.

O SR. MODESTO SILVEIRA — Concluirei, Sr. Presidente, lamentando não poder conceder o aparte ao nobre Deputado Cantídio Sampaio. Não sei se minha inexperiência me informa mal, mas acredito que terei imenso prazer em conceder ao nobre Deputado um aparte quando aqui nos depararmos outra vez.

O Sr. Cantídio Sampaio — Não faltará oportunidade, Excelência.

O SR. MODESTO SILVEIRA — Encerrando, Sr. Presidente, agradeço aos nobres colegas os inúmeros apartes.

Na verdade, meu eminente Vice-Líder Elquisson Soares, tenho sido advogado, testemunha e vítima das inúmeras, milhares e centenas de milhares de violações dos direitos que se abateram sobre este País a partir de 1.º de abril de 1964. Ainda ontem pediam-nos fatos concretos. E se hoje alguém da ARENA pedir um fato concreto, eis aqui um advogado, testemunha e vítima, não vítima por suspeita de participação em qualquer ato contestatório ao Governo, mas por cometer a ousadia de defender aqueles que eram sequestrados, perseguidos, torturados, viados, empalados ou desaparecidos, deixando todas as pessoas no "talvez" e no "quem sabe". Mas a unidade a que me referi vai fazer com que todas essas correntes de oposição restabeleçam a democracia neste País, e em muito mais breve tempo do que muita gente pensa e anseia também. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. EDISON LOBAO (ARENA — MA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Presidente Ernesto Geisel demonstrou — no seu mandato de 5 anos — que é possível dignificar a causa pública e atender às reivindicações do povo, desde que sejam colocados a serviço da Nação o equilíbrio e a grandeza do estadista.

Homem de Estado voltado para a problemática de sua época e com uma formação cultural em que se juntam elementos científicos, clássicos e modernos, o Presidente Ernesto Geisel arrostou dificuldades para interpretar o quadro clínico da perturbada sociedade de nosso tempo, tanto assim que o seu acervo de sucessos políticos e administrativos converteu-se claramente num período de Governo operoso e fecundo. Um dos administradores mais sensíveis que a História Republicana de nosso País terá conhecido, o Presidente Geisel não encontrou no Brasil a figura simbólica de um barco sereno, pilotado em mares calmos. Houve, evidentemente, uma gama de questões que se antepuseram aos olhos do supremo mandatário, dele exigindo todo um contingente de imaginação e talento, para dominar os fantasmas da inflação e da recessão, dispostos a deitar as garras sobre o organismo social da Pátria.

Uma das expressões mais brilhantes das Forças Armadas, e caracterizando-se como um homem simples, um homem de classe média afinado com o nosso cotidiano social, Ernesto Geisel trouxe para a mais alta magistratura da Nação a simplicidade mística do patriota e a majestade tranqüila do estadista. E, por abster-me a um exame de exaltação pessoal, pretendo sobretudo examinar a personalidade humana desse inolvidável dirigente de massas, bem como a dimensão de sua obra de Governo, em todo o raio de sua abrangência.

Assumindo o Governo em 1974, não se definiu o seu mandato presidencial como ocorrência política isolada. Pois, na verdade, Geisel instalou-se na Presidência dentro de um diagnóstico internacional tempestuoso, quando as neves de uma guerra fria ameaçavam gripar os nervos da estrutura da paz relativa em que vivemos. Já havia, então, configurada, a recessão, como corolário das hábeis manobras do império do ouro negro.

Os patrimônios inexplorados de um país podem compor-lhe os orçamentos naturais e até colocá-lo no nível de uma nação de elite. Ocorre que no pragmatismo da linguagem de hoje, no conceito de riqueza entram apenas os valores de apropriação. Mas é inegável que as virtualidades prospectadas são também unidades desse mesmo universo de grandeza, a explicitar-se numa perspectiva de progresso para a Nação.

Neste quadro de verificações internas, o atual Governo estimulou e ativou as exportações de minérios, destacando-se os projetos do ferro de Carajás, de majestoso porte, e o de Trombetas, onde se escondem fantásticas reservas de bauxita.

Independentemente deste aspecto, vem sendo veemente o apoio do Governo Geisel às atividades metalúrgicas, em diferentes regiões do País. E no desafio genérico da industrialização, é marcante a ação presidencial.

A agropecuária, como atividade primacial de qualquer Estado — pois ali estão as aflitivas advertências da FAO — tem merecido prioritário tratamento, mediante concessões de crédito a fundo

perdido e a juros baixos, além de um inédito sistema de assistência ao homem do campo com indicações de incessante aperfeiçoamento. E se mais não se alcançou, foi por causa da ocorrência de fenômenos naturais incontornáveis. Aqui a seca, ali a geada, acolá as enchentes diluvianas. Apesar de tais tropeços, o nosso desempenho no setor foi dos mais esforçados e decisivos.

A propósito, cumpre evidenciar expressivo trecho da Mensagem do Presidente Ernesto Geisel, à página 27, encaminhada agora ao Congresso Nacional:

"Nos últimos cinco anos, o Brasil acumulou êxitos inegáveis, na execução de sua estratégia de desenvolvimento, seja na dimensão econômico-financeira, seja na social e na política, sem embargo da crise mundial e de ainda continuarmos apresentando desequilíbrios econômico-sociais.

Não seria ocioso lembrar que, ao iniciar-se o período do atual Governo, o mundo enfrentava os impactos da brusca elevação dos preços do petróleo e de outras matérias-primas essenciais, criando graves dificuldades para a economia internacional, particularmente para os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, importadores de petróleo.

A crise da economia internacional que irrompeu — cujos reflexos se prolongam até hoje — alcançou o Brasil em fase de rápido crescimento econômico, das mais brilhantes de sua história moderna.

Impunha-se a enfrentar os efeitos da recessão mundial definindo-se a política de desenvolvimento que representasse menores custos econômicos e sociais para o País, a curto, médio e longo prazos. Sua opção básica consistiu em adotar estratégia de desaceleração gradual da economia, em consciente dessintonia com a recessão e o desemprego em que mergulhavam os países mais ou menos desenvolvidos, dependentes do petróleo caro. Concomitantemente, procedeu-se a mudanças na estrutura da economia, com vistas a adaptá-la às novas realidades internacionais, dando-se prioridade, no processo de investimentos, à energia (petróleo, principalmente), à expansão e diversificação das exportações, à contenção e substituição de importações (sobretudo em insumos básicos e bens de capital). Manteve-se, ademais, o objetivo de consolidação, no País, do modelo econômico de inspiração neocapitalista, capaz de viabilizar o desenvolvimento da economia de mercado, de conferir ênfase à empresa privada nacional e de revelar grande e crescente preocupação com o desenvolvimento social.

Decorridos quase cinco anos, pode-se afirmar que os objetivos essenciais da estratégia adotada foram atingidos; e que eles eram os que melhor convinhavam ao País. A economia continuou crescendo, ainda que em ritmo menos intenso que o alcançado até 1973; evitou-se o desemprego, com suas indesejáveis sequelas sociais; procurou-se obter, gradativamente, o reequilíbrio da balança de pagamentos; e os efeitos da inflação sobre os salários foram neutralizados, logrando-se o aumento real do poder de compra. Mais importante, as modificações operadas na estrutura da economia encaminhará soluções duradouras para os desequilíbrios gerados no setor externo, principalmente pela elevação dos preços do petróleo. Os custos sociais inevitáveis da opção estratégica adotada — principalmente a expansão da dívida externa — foram, certamente, muito menores que os decorrentes de uma recessão e desemprego, de duração imprevisível."

O essencial é mencionar que as raízes filosóficas do regime revolucionário instaurado em 31 de março de 1964, nutriram-se nas tendências populares densamente reveladas durante reiteradas decepções de expressivas correntes da coletividade brasileira.

Sob o signo do anarquismo sindicalista — conspiração aberta da qual não participavam os trabalhadores, mas os agentes da desordem pública — desejava-se a qualquer preço a desnaturação da imagem constitucional. E estabelecido um plano inclinado, por esse perigoso declive político teriam de escorregar todas as esperanças da nação, enquanto pendiam sob extremo risco os institutos jurídicos consagrados pela civilização moderna, ao tempo em que a própria figura do Chefe de Estado da ordem social deposta expunha-se à fatalidade da autofagia política.

Havia, evidentemente, uma atmosfera nevoenta a cobrir a paisagem humana de uma pátria marcada por nitidas cicatrizes de refregas históricas recentes. O consenso nacional jamais optaria, em consulta plebiscitária aberta, por regimes marcadamente carismáticos, que se inclinasse à extrema esquerda ou à extrema direita, por recear, obviamente, a instalação de poderes caudilhescos, onde toda a Nação ficaria sob os pés do totalitarismo unipessoal.

É imprescindível, no entanto, ressaltar que o regime brasileiro, adotando medidas de exceção pouco duráveis, pretendeu, acima de tudo, salvar o destino da Nação do anarquismo delirante. Porque mais fácil seria restituí-la ao quadro da democracia de fundamentos cristãos, reclamado pelo povo.

Os que acusam a ação política federal — interposta entre 1964 e 1974 — omitem-se em admitir o risco iminente dos desastres sociais que se precipitariam sobre nós, verificadas as ameaças de estrangulamento físico e espiritual da Pátria que herdamos de centenários avoengos.

Temos a maior nação marítima do hemisfério sul e a mais gigantesca expressão continental do mundo tropical. Mas teria sido sempre custosa para nós a guarda de uma notável parte do mundo — quando estão abertos ciclos de especulações migratorias decorrentes dos fenômenos de superpopulações em áreas do globo, agravadas pela exasperação de insuportáveis tensões político-sociais. E é às nossas Forças Armadas que creditamos a missão grandiosa de assegurar a integridade deste colosso geográfico, cimentadas pelas energias que dimanam generosas da alma de nossas gerações.

O direito de oposição tem origens naturais, pois jamais governante algum alcançou o milagre do consenso absoluto. Nem Péricles, nem Júlio César, gênios de guerra e gênios de Estado, puderam erguer estruturas monolíticas, embora — em última análise — tenham deixado obras notáveis para a Humanidade.

Há de justificar-se que — dentro do hodierno diagnóstico sul-americano — uma revolução da pátria, com o aval das Forças Armadas, tenha-se proposto a promover uma cirurgia social destinada a recuperar o organismo combatido da Nação, reencaminhando-a a seu verdadeiro futuro.

O Sr. Fernando Lyra — Deputado Edison Lobão, o discurso que V. Ex.^a pronuncia, nesta tarde, já foi devidamente respondido pelo pronunciamento feito há pouco pelo nosso ilustre companheiro de bancada, Deputado Modesto da Silveira. Como se houvesse uma inversão, a resposta veio antes das afirmações. O discurso de V. Ex.^a louvando os 15 anos do golpe de 1964, principalmente a fase do Presidente Geisel, não nos surpreende. Como dizia há pouco, um nosso companheiro que aqui passava, V. Ex.^a lê o que escreveu durante todos esses anos, o que prova ser V. Ex.^a um homem coerente. Mas gostaria de deixar bem patenteado neste meu aparte, em nome da Liderança do MDB — e para que ficasse registrado nos Anais desta Casa — que, quando V. Ex.^a faz elogios à administração e à figura humana do General Ernesto Geisel, surge o nosso repúdio a tudo que de ruim foi feito nesses cinco anos, especialmente quanto ao que diz respeito à violação dos direitos humanos. Tudo isso, durante esses cinco anos, esta Oposição aqui contestou, para que tivéssemos a consciência tranqüila ao final deste Governo e pudéssemos dizer que cumprimos o nosso dever. Mas eu queria acrescentar que o Governo Geisel foi, talvez, depois de 1968, ou seja, depois da edição do AI-5, o que mais ofendeu, desprezou e feriu esta Casa, não somente esta Casa, mas todas as casas legislativas deste País. Aqui, foram cassados, neste período, os nossos companheiros Marcelo Gatto, Nadir Rossetti, Amauri Müller, Lyzâneas Maciel, Marcos Tito e Alencar Furtado. Na Assembleia Legislativa de São Paulo, foi cassado o grande companheiro Nelson Fabiano. Na Câmara Municipal de Porto Alegre tombaram Glênio Peres e Marcos Klassmann, Vereadores da Capital gaúcha. Mencionamos apenas as cassações dos companheiros do MDB, feitas pelas mãos do Presidente Ernesto Geisel. Repudiamos a violência, o arbítrio e a prepotência de S. Ex.^a ao cassar o mandato desses companheiros, aos quais temos a honra de poder, neste instante, prestar a nossa solidariedade, principalmente ao findar o Governo do Sr. Ernesto Geisel, que V. Ex.^a tanto elogia na tarde de hoje. Para não ficar somente no aspecto das cassações, quero dizer que esta Casa, desde 1968, nunca mais tinha sido fechada. Porém, pelas mãos e pela prepotência do General Ernesto Geisel foi editado o ato que levou esta Casa a um recesso que todo o País lembra com tristeza. Fechado o Congresso, S. Ex.^a, o Presidente Geisel, não teve nenhuma cerimônia de mostrar toda a sua prepotência ao editar o famigerado "pacote de abril". E o que havia dentro do "pacote"? Esta palavra pacote dá a impressão e o sentido bem diferente do que está dentro dele. Gostaria de lembrar muitas coisas tristes que ocorreram nesse Governo. Até fiz um lista: fechamento do Congresso, nomeação dos Governadores, criação da figura caricata do Senador "biónico", extensão para seis anos do mandato do Presidente da República, sublegenda para o Senado, mandato tampão para os Prefeitos, a lei Falcão etc. Tudo veio dentro do famigerado "pacote de abril", editado por este homem que V. Ex.^a tanto elogia como patriota e estadista. Não contente ainda, S. Ex.^a mandou para cá a Lei Antigreve, querendo colocar o poder reivindicatório como um subversivo. Entretanto, sabemos que o próprio Governo Geisel contestou os índices salariais do Governo anterior, quando realmente houve uma fraude nos índices de reajustes salariais dos operários, através da simulação "delfínica", em célebres medidas tomadas pelo Ministro da Fazenda.

O SR. EDISON LOBÃO — Peço a V. Ex.^a que me deixe continuar.

O Sr. Fernando Lyra — Até agora, referi-me, apenas, ao campo político. No campo administrativo, podíamos citar a falência...

O SR. EDISON LOBÃO — O companheiro de V. Ex.^a já citou tudo isso na tribuna.

O Sr. Fernando Lyra — Mas eu gostaria de citar no discurso de V. Ex.^a E um prazer apartear-lo.

O SR. EDISON LOBÃO — V. Ex.^a acaba de dizer que seu colega fez um discurso, ainda há pouco, sobre esse assunto.

O Sr. Fernando Lyra — O malogro da Ferrovia do Aço, os casos Lutfalla e Atalla, a falência fraudulenta das entidades financeiras, a corrupção desenfreada, as mordomias, o caso da Light. Tudo isso o País debita ao fracasso administrativo de S. Ex.^a, o Presidente Ernesto Geisel. Queria desculpar-me, Deputado Lobão, por haver-me alongado muito, mas o elogio que V. Ex.^a faz ao Presidente Geisel é tão extenso que por favor, meça o aparte razoável da Oposição. Queria deixar bem claro e bem consignado que, nesta hora, a Oposição, pela minha palavra, não sente saudades do Presidente Geisel, porque foi um arbitrário a serviço da prepotência. (Palmas.)

O SR. EDISON LOBÃO — Deputado Fernando Lyra, V. Ex.^a declarou que o seu colega de bancada se antecipou ao meu discurso, quase que numa premonição. Tudo acontece na bancada do MDB, até a premonição. V. Ex.^a começa por se referir ao golpe de 1964. Esse golpe de 1964 é o mesmo que o seu partido gostaria de ter dado. Entretanto, ele foi apoiado pela maioria da Nação brasileira e prestigiado pelas Forças Armadas. A Nação, sim, quase que totalmente mobilizada, deu o golpe a que V. Ex.^a alude. Referimo-nos ao golpe da democracia, porque ele evitou que as minorias tomassem este País de assalto e fizessem com que o Brasil abrisse falência. V. Ex.^a repudia os atos negativos da Revolução, e nós, da Maioria, também os reprovamos. Mas os fatos positivos foram de tal modo grandes e numerosos que suplantam os poucos atos negativos que, porventura, tenham ocorrido ao longo desses 15 anos de Revolução.

O Sr. Fernando Lyra — E o recesso do Congresso?

O SR. EDISON LOBÃO — O recesso de abril foi imposto praticamente por Vossas Excelências, da Oposição, que, pela intolância, se recusaram a votar a reforma do Poder Judiciário. O Presidente da República foi ao Supremo Tribunal Federal...

O Sr. Fernando Lyra — Mas que reforma?

O SR. EDISON LOBÃO — ... para propor a reforma do Poder Judiciário, logo depois elaborada pelo Governo e também pelo Supremo Tribunal Federal.

O Sr. Fernando Lyra — Qual foi a reforma?

O SR. EDISON LOBÃO — E Vossas Excelências, os patriotas, os democratas, recusaram-se a votá-la.

O Sr. Fernando Lyra — Reforma repudiada por toda a Nação brasileira.

O SR. EDISON LOBÃO — Então, colocado em recesso o Congresso, foi feita a reforma do Poder Judiciário.

O Sr. Fernando Lyra — E o "pacote"?

O SR. EDISON LOBÃO — O "pacote de abril" foi o prelúdio da abertura democrática em que nos encontramos, Sr. Deputado. Hoje, temos democracia neste País. E agradecemos a quem? A Vossas Excelências?

O Sr. Fernando Lyra — Democracia é nomeação, Deputado?

O SR. EDISON LOBÃO — Não. Nós agradecemos a democracia ao Presidente da República Ernesto Geisel.

Concedo um aparte ao Deputado Divaldo Suruagy.

O Sr. Juarez Batista — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O Sr. Divaldo Suruagy — Foi concedido um aparte a mim, primeiro.

O Sr. Juarez Batista — Perfeitamente.

O Sr. Divaldo Suruagy — O Deputado Fernando Lyra, uma das mais autênticas vozes da Oposição nesta Casa (Palmas), trouxe o repúdio, em nome do partido que dignifica, aos pontos de vista considerados negativos pela bancada da Oposição. Conscientes do princípio de equilíbrio que deve nortear a atividade do Parlamentar no Congresso Nacional, gostaríamos que S. Ex.^a, o nobre representante pernambucano, trouxesse o aplauso da sua bancada aos atos positivos, às grandes conquistas e às grandes vitórias conseguidas para o Brasil no Governo do Presidente Ernesto Geisel...

O Sr. Fernando Lyra — Concorde V. Ex.^a com cassações? Concorde com o "pacote"?

O Sr. Divaldo Suruagy — ... que extinguiu os atos revolucionários

O Sr. Fernando Lyra — Sim, depois de usá-los abusivamente.

O Sr. Divaldo Suruagy — ... o que naturalmente deve ser aplaudido por todo democrata.

O SR. EDISON LOBÃO — Sr. Presidente, eu concedi um aparte ao Deputado Divaldo Suruagy.

O Sr. Divaldo Suruagy — ... que desejava a extinção dos atos revolucionários. Consciente de que governo, a exemplo do que acontece com todos os atos inerentes à atividade humana, é um conjunto de erro e acertos, vamos cobrar.

O Sr. Fernando Lyra — Meu problema são os erros; os acertos, com a ARENA.

O Sr. Divaldo Suruagy — ... desse grande Deputado o equilíbrio necessário para aplaudir as grandes vitórias que o Presidente Ernesto Geisel trouxe ao Brasil nesse quinquênio administrativo. Conhecendo de perto o Deputado Fernando Lyra, como conheço, sei que S. Ex.^a terá a coragem de reconhecer de público as vitórias e as grandes realizações que o Governo Geisel proporcionou ao País. Por exemplo, há a extensão ao homem do campo da legislação trabalhista, fazendo com que a grande massa trabalhadora brasileira tenha direito de participar das conquistas de sua implantação. Há, ainda, a extensão aos septuagenários e aos inválidos dos benefícios da legislação trabalhista, a luta pela implantação das grandes hidrelétricas, que tem feito com que o Brasil diminua a sua dependência energética.

O Sr. Fernando Lyra — E aumenta a dependência econômica.

O Sr. Divaldo Suruagy — Ontem, ao discutir com um dos grandes líderes da Oposição, o Deputado Alberto Goldman, quando S. Ex.^a combatia a dívida externa brasileira, afirmei que está em jogo não a dívida e, sim, a aplicação dos recursos captados no exterior para consolidar e acelerar o desenvolvimento brasileiro. Também, ontem, presenciamos uma incongruência, que gostaria ficasse registrada em nosso aparte ao discurso que a nobre Deputada Lúcia Viveiros proferiu na tribuna desta Casa. Trata-se da crítica que o representante por São Paulo, o grande líder Deputado Alberto Goldman, fez ao Presidente Geisel, classificando como faraônicas as obras da Transamazônica e da Ferrovia do Aço. Enquanto isso, o Deputado Jerônimo Santana, de Rondônia, cobrava e reclamava a execução dessas mesmas obras, indispensáveis ao progresso e desenvolvimento da Amazônia. Observamos, daí, uma incongruência de pontos de vista dentro da bancada do MDB. Um Deputado emedebista de São Paulo considera faraônica uma obra na Amazônia e outros, emedebista de Rondônia, solicita e reclama que esta obra seja executada o mais rápido possível. (Palmas.)

O Sr. Juarez Batista — Essas obras não foram feitas, mas só iniciadas. A Transamazônica e a Ferrovia do Aço estão abandonadas. Representam um prejuízo à Nação. E o abandono em que a Nação se encontra? E o descaso administrativo que existe em Minas Gerais?

O Sr. Divaldo Suruagy — Deputado, queremos que a Oposição tenha a coragem de vir aqui ressaltar os aspectos positivos do Governo do Presidente Ernesto Geisel.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Solicito aos companheiros que encerrem o debate para manter a ordem.

O SR. EDISON LOBÃO — Muito obrigado, Deputado Divaldo Suruagy. V. Ex.^a me honra com o seu aparte e engrandece o discurso que estou proferindo neste momento.

O Sr. Fernando Lyra — Concede-me V. Ex.^a um aparte, já que fui citado?

O SR. EDISON LOBÃO — Concederei daqui a um minuto.

Já como Chefe da Casa Militar do saudoso Presidente Castello Branco, o General Ernesto Geisel constatou, no estilo político que aquele estadista instalara em plena abertura do novo regime, os irreversíveis propósitos de conduzir a Nação para os caminhos retilíneos de uma época reclamada pelo povo.

O Sr. Juarez Batista — Permite um aparte? Realmente, enquanto V. Ex.^a, Deputado Edison Lobão, nesta tarde destaca a grande obra do Governo Geisel, nós, da Oposição, às vezes somos criticados quando abordamos o problema institucional das cassações, do fechamento do Congresso Nacional. Mas considero que este Governo não soube ser humano, porque voltou as costas para os problemas brasileiros, principalmente para a questão do menor do nosso querido Brasil. Ficou constatado na CPI do Menor — cujo Relator pertencia ao partido de V. Ex.^a — que existem 25 milhões de menores abandonados. E me refiro apenas aos dados do ano de 1976. Assim, foi encaminhado ao Presidente Geisel, de imediato, projeto de apoio à criança abandonada brasileira. Desafio V. Ex.^a, como defensor do Governo Geisel nesta Casa, e re-

centemente, parece-me, nomeado, antes os serviços prestados como jornalista.

O SR. EDISON LOBÃO — Defensor com muita honra.

O Sr. Juarez Batista — ... a provar qualquer coisa que tenha sido feita nesse Governo em prol da criança brasileira, principalmente dos 25 milhões de brasileiros menores abandonados e que se transformarão no grande problema do Brasil de amanhã.

O SR. EDISON LOBÃO — Nobre Deputado, V. Ex.^a invoca dificuldades que possam ter ocorrido no Governo Geisel. Nenhum governante neste País olhou mais para as classes sociais e para as classes menos favorecidas do que o Presidente Geisel. As estatísticas demonstram isso todos os dias. Mas V. Ex.^{as}, com a monumental e bíblica má vontade que assiste a Oposição, não são capazes de reconhecer colossíssima nenhuma do atual Governo ou de qualquer dos Governos da Revolução. Mas há um dado. Antes da Revolução, o Brasil estava entre as 60 nações menos desenvolvidas do mundo. Hoje, o Brasil é a oitava maior nação do mundo. Decorreram apenas quinze anos depois da Revolução! E isso não se faz facilmente. Esses fatos só ocorrem com bons governantes.

O Sr. Carlos Sant'Ana — Nobre Deputado, quero salientar, rapidamente, alguns aspectos importantes no discurso de V. Ex.^a Em primeiro lugar, a imprensa nacional, através dos seus mais ilustres cronistas políticos, com frequência concorda com várias proposições apresentadas pelos Deputados da Oposição, mas também faz ao Presidente Geisel, no conjunto de toda a sua ação, a justiça a que S. Ex.^a faz jus, no sentido de se atingir a democracia plena. Ainda há pouco, os Deputados do MDB, advogando em causa própria, diziam-se vencedores nos pleitos em que concorreram. Se foi possível haver as eleições que os trouxeram até aqui, com a liberdade verificada, isto caracteriza um crédito específico dessa Presidência, que permitiu que as eleições assim pudessem ocorrer. Quando, nesta Casa, se ouve comentários os mais desairosos à própria pessoa do Presidente, quem se rejubila é o próprio regime democrático, pois vemos que esta Casa e esta tribuna são livres. A imprensa, hoje, é livre. Todos os atos de exceção foram revogados pelo Presidente, e, quando ainda há pouco um Deputado perguntava o que o Presidente fez pelo menor, eu indago se S. Ex.^a sabe o que é salário-educação II.

O SR. EDISON LOBÃO — Não sabe, Deputado.

O Sr. Carlos Sant'Ana — Não sabe, mas devia saber que houve dois grandes instantes em favor do menor. O primeiro, quando Castello Branco instituiu o salário-educação, que permitiu a construção de milhares e milhares de escolas para atendimento às crianças. Mas houve um outro instante, o da triplicação do seu valor, com o aumento das cotas estadual e federal para o benefício do menor, determinado no Governo Geisel, e que permitiu notável crescimento do número de escolas, o atendimento maciço à criança, a extensão da merenda escolar e do ensino pré-escolar. Todos esses fatos são forçosamente esquecidos, quando se quer fazer a pior das injustiças, que é a de negar ao homem aquilo a que ele faz jus. (Muito bem. Palmas.)

O SR. EDISON LOBÃO — Meu nobre colega, agradeço a V. Ex.^a o aparte que ilustra o meu discurso. A Oposição, quando reclama a falta de liberdade nesta Casa, parece até irônica. Pois não é precisamente aqui nesta tribuna que a Oposição tanto insulta o Governo? Onde, a falta de liberdade? Hoje a imprensa é livre, todos os dias diz tudo o que deseja. Onde, a falta de liberdade, repito? (Tumulto). Não foi S. Ex.^a, o Presidente Ernesto Geisel, quem suspendeu a censura, para que a Oposição pudesse dizer livremente tudo quanto lhe vem à cabeça?

O Sr. Waldir Walter — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO — Concedo o aparte a V. Ex.^a

O Sr. Waldir Walter — Deputado Edison Lobão, pelo que V. Ex.^a está dizendo, devem ser inverídicas as notícias de que o Ministro da Guerra está querendo processar a revista "Veja". Devem não ser verídicas também as notícias de que o jornal "Em Tempo" acaba de ter uma das suas edições apreendida pela Polícia Federal. Queria, porém, Deputado, reportar-me à resposta dada por V. Ex.^a ao aparte de um companheiro meu. V. Ex.^a disse que foi o MDB o culpado pelo fechamento do Congresso pelo Presidente Geisel, cujo Governo V. Ex.^a está exaltando. Acho que V. Ex.^a é muito coerente ao fazer essa afirmação. O próprio Presidente já havia dito que se havia instalado aqui uma ditadura da Minoria. Pois bem, sabem V. Ex.^a e a Nação inteira que, para tomar a sua decisão, o MDB realizou uma reunião em que discutiu o problema democraticamente e, democraticamente também, decidiu votar contra o projeto do Poder Executivo. O Congresso foi fechado não porque na época o MDB tivesse maioria. Foi fechado, porque o partido do Governo não conseguiu os 2/3 de votos necessários. Já que V. Ex.^a, como o Presidente Geisel, acusa o MDB de ser o culpado pelo fechamento do Congresso, gostaria que dissesse, claramente, no seu pronunciamento, que o MDB não tinha o direito de votar contra o Governo. Fazendo V. Ex.^a essa afirmação, o regime, assim como o Presidente que V. Ex.^a está elogiando, fica-

rão mais bem caracterizados perante a História. (Muito bem. Palmas.)

O SR. EDISON LOBÃO — Deputado Waldir Walter, o partido da Oposição tem o direito de votar contra o Governo — e isso ele tem feito em todas as oportunidades. Mas o partido da Oposição não tem o direito de votar contra leis que interessam ao País. Enquanto o partido se comportar no seu papel de fazer oposição, sim; mas quando atenta contra os interesses da maioria e as aspirações mais sentidas da Nação brasileira, a Oposição não está no seu direito. E o Presidente da República, invocando os instrumentos revolucionários, agiu com os poderes que tinha nas mãos. Em nenhum momento foi arbitrário, em nenhum momento o Presidente saiu fora da lei, sempre fez uso das leis de que dispunha. Ou V. Ex.^{as} queriam que o Presidente da República, governando num regime revolucionário, não se utilizasse das leis revolucionárias?

Continuo, Sr. Presidente.

Empossado, o Presidente Geisel, a 15 de março de 1974, não relutou o estadista que agora deixa o Poder em pôr à prova o seu espírito público. E foi assim que S. Ex.^a deu tranqüilo desdobramento à obra governamental.

Com a própria imagem da Pátria refletida na elevação de suas idéias, S. Ex.^a jamais perdeu altitude, manifestando a potencialidade cívica que a Providência lhe concedeu como privilegiado dote natural.

Procuro evitar a evocação do brilho de homens públicos do passado, como também os do ciclo da Revolução de 1964. Mas, por amor à verdade, destaco a personalidade do Presidente, cujo mandato agora expira, por ter estado o talento do homem público polivalente — que revelou a mais profunda compreensão diante das crianças, das pessoas idosas, dos indígenas, dos desajustados sociais assim genericamente conhecidos, ou dos problemas infra-estruturais imprescindíveis ao equilíbrio sócio-sanitário das populações urbanas ou rurais. E não se exprime em simples quimera a afirmação de que S. Ex.^a atendeu a todos os vetores da administração do Estado, equacionando e resolvendo problemas imemoriais, com a determinação e a tempera raras dos estadistas.

Cuidando do País, dentro e fora de suas fronteiras o Presidente Ernesto Geisel manteve uma Nação equilibrada, sob o exercício de sua augusta autoridade, conquanto obrigado a acionar os instrumentos de exceção mais amiúde do que o foram no período governamental anterior ao seu, sempre fiel a sua férrea convicção de que sem ordem desmancham-se todos os propósitos de construção e de progresso.

Assegurado esse pressuposto, pôde pôr-se em ação na tarefa de reduzir as taxas de distorção prevalentes em meio às disparidades regionais nacionais, visando ao estabelecimento de um campo sócio-econômico tanto quanto possível igualitário. Assim procedendo, tornou-se um onipresente, fosse qual fosse a área geopolítica que lhe convocasse a atenção. E onde chegasse, o estadista-viajante confundia-se com a massa humana, num esforço atento, destinado a captar os mais diversificados apelos da alma nacional. Pela acuidade na análise de problemas sócio-econômicos, ou pela abnegação na prospeção dos enseios populares mais profundos, o General Ernesto Geisel — nestes proveitosos giros domésticos — familiarizou-se com a Nação, a ponto de saber, sem estafa de imaginação, a exata posição do Brasil como sociedade política que experimenta os surtos naturais da crise desenvolvimentista.

O mecanismo das relações exteriores foi manipulado com tranqüilo senso de equilíbrio. E enquanto insistiu em assegurar a incolumidade da linha clássica da diplomacia de Rio Branco, inspirada no respeito à figura geográfica e política dos Estados vizinhos ou não, tratou o ilustre Chefe de Estado de ajustar a Nação aos parâmetros do mundo moderno, pois está na filosofia do comportamento internacional o próprio respiradouro das vocações democráticas que emergem em todas as nações.

Não apenas acolhendo Chefes de Estados Estrangeiros, como visitando países da América Latina, da Ásia e da Europa, o preclaro governante manteve um traco de permanente coerência na ação. E tudo isso na busca de condições mais afirmativas para o entendimento ou o diálogo, entre nações fracas e nações ricas, numa hora estrategicamente própria para que se desse celeridade a uma política mais agressiva sobre o mercado mundial, com o revigoramento do sistema de trocas.

E há ainda um aspecto a considerar: o Brasil passou a merecer, depois da dinâmica diplomática de Geisel, a reverência dos círculos culturais, econômicos e políticos do mundo inteiro.

Há um sereno comedimento definindo este Governo que compreende o período 1974/1979: o de dosar as medidas de ação sócio-política de modo a que nada, fora dos lineamentos previstos possa alterar o ritmo normal do comportamento brasileiro.

Depois de receber o Poder das mãos do então Presidente Emílio Garrastazu Médici e ao presidir logo a 19 de março de 1974 a

primeira reunião de seu Ministério o novo Presidente externou a indefectível diretriz que "na ampla complexidade da problemática nacional não cabe atribuição que seja estritamente da responsabilidade única e total de determinado Ministério". Dispôs a seguir que "toda a ação do Governo é hoje necessariamente integrada, em face das repercussões inevitáveis de dependência, mais ou menos estreita, entre os vários setores em que, através de planos, programas e projetos, se desdobra a multiforme atividade — a gerencial, promotora ou simplesmente incentivadora — do Governo".

Referindo-se à ação pessoal dos auxiliares de primeiro escalão, e a de seu governo que se instalava, ressaltou o Presidente Geisel que na escolha dos nomes que compunham a sua equipe de Governo levou especialmente em conta o elevado potencial de cada um, para o trabalho em grupo, e esperava não se ter enganado. Adiante, sublinhou que o seu Governo recebeu "valiosa herança dos Governos da Revolução, os quais (então), nesses últimos dez anos, conseguiram alçar o Brasil à posição de destaque no quadro das novas potências emergentes: com um mercado interno que se situa entre os dez maiores do mundo ocidental e um Produto Interno Bruto (aquele ano) da ordem de sessenta e seis bilhões de dólares". Asseverou mais adiante que "a grande expansão e diversificação de nosso setor externo, realizadas nesses dez anos, levou o comércio exterior do Brasil ao valor de doze bilhões de dólares em 1973, o que possibilita ao País enfrentar confiantemente os desafios mais sérios do futuro".

Desde que se estabeleceu o clima mundial de recessão econômica, com a crise do petróleo, o Governo brasileiro teve de traçar regras táticas de autodefesa, com o objetivo de, senão deter, pelo menos abrandar os brutais efeitos da crise que ameaçava arruinar as estruturas econômicas nacionais, mesmo a de países monetariamente mais fortes do Globo.

Diante de questão de tal dimensão, e observando uma superior linha de ação, S. Ex.^a exortou os seus irmãos brasileiros a uma aliança de sacrifícios e renúncia, pois somente assim seria possível conjurar, ainda que parcialmente, a crise petrolífera deflagrada.

A mesma hora em que adotava medidas tendentes a promover a ascensão de índices de energia hidráulica como alternativa rápida para um quadro circunstancial difícil, o Presidente Ernesto Geisel — após estudos cautelosos — determinava à Pasta das Minas e Energia que a PETROBRAS celebrasse contratos de risco com empresas estrangeiras para a prospecção e exploração do petróleo, uma vez preservada a soberania nacional.

O relevante é notar que, com as dificuldades financeiras advindas do colapso do petróleo, originário da OPEP, o Governo Geisel — colocando em vigor linhas econômicas emergenciais — não atingiu ou prejudicou o desdobramento dos grandes projetos nacionais. Tampouco foram as classes trabalhadoras diretamente debilitadas pelos danos que a espiral inflacionária pode gerar.

Vale mencionar, a propósito, a implantação, no Governo Geisel, do Ministério da Previdência e Assistência Social, como instrumento de Governo destinado a proporcionar atendimento em níveis satisfatórios à massa de segurados.

A Central de Medicamentos, conjugada com a Legião Brasileira de Assistência, tem prestado, de sua parte, sensível colaboração à família obreira, sobressaindo — no âmbito da recreação — inúmeros centros educacionais urbanos.

Numa das raras vocações de humanista — porque esta é uma condição intrínseca ao seu caráter — o Presidente Geisel sempre se preocupou em que o povo não fosse sobretaxado, com a consequente diluição fácil de seu poder aquisitivo. Com a preocupação de tal realidade, S. Ex.^a foi levado, em várias oportunidades, a determinar medidas pertinentes a desafogar os menos favorecidos nas declarações do Imposto de Renda, compensando-as com majorações dos índices do tributo devido pelas classes de maiores posses. É claro que tais providências geram descontentamento, mesmo entre os que são partidários teóricos de uma redistribuição de renda mais feita aos princípios de equanimidade social.

Tive o cuidado de coligir dados relativos à redução da pobreza absoluta, seja na faixa rural, seja na parte urbana, no decurso do Governo Geisel.

Registre-se, a propósito, que, já na segunda metade do Governo Médici, em 1972, até o mandato de Geisel, em 1976, elevou-se de 11,3% para 13,4% a participação dos 50% mais pobres na renda nacional, caindo a participação dos 10% mais ricos, de 52,6%, para 50,4%. Captados esses efeitos, operou-se uma visível reversão dos dados da massa concentrada de renda.

No conjunto panorâmico, as verdades estatísticas cedem lugar a uma realidade que, mais do que nunca, se expressa em realidade substantiva, diante de cuja monumentalidade política se detêm os historiadores para analisar e concluir que o escasso mandato de um quinquênio apresenta a enorme elasticidade de um ciclo governamental das mais frutíferas labutas, em que o próprio Presi-

dente deixou, certamente, de ter a concepção de que não seria, teoricamente, o mais qualificado servidor da República, mas um grande operário nacional, o trabalhador — maior da Pátria, o artifice mais alto da Nação a converter o Brasil em tenda onde passou a moldar uma nova posteridade, com as substâncias reais extraídas da dignidade e da esperança do ventre brasileiro.

Estou certo — é necessário que faça a afirmação desta tribuna — de que o Presidente Ernesto Geisel não gostaria de ter governado sem oposição. Pois o seu espírito liberal, dado a conhecer em tantas circunstâncias, comprovou-se como exemplo na hora em que determinou, por ato legal, a abolição das faculdades de exceção, isto quando S. Ex.^a continuava no exercício pleno do Poder, a 1.º de janeiro deste ano. E poderia o primeiro mandatário do País dispor dessa faculdade legal até a transmissão do Poder ao seu legítimo sucessor. Mas S. Ex.^a renunciou, espontaneamente, aos instrumentos extraordinários, para comprovar que é, e como deve ser, um simples Presidente, dentro de um quadro político que lhe permite essa condição ideal.

Jornalista afeito às lides mais ásperas, habituado a divergir e a concordar, tive oportunidade de analisar a passagem, pela minha visão, de uma película da vida republicana que vem, virtualmente, desde o Governo Kubitschek até o Governo Geisel. Testemunhei a evolução de um longa metragem apaixonadamente montado pela História, em que aparecem os vales escavados e os verges floridos, ou as montanhas despidas pelas charnecas, ou mesmo as serras formosas bordadas de vegetação fascinante. Tudo isso parece que compunha uma visão realista das cenas políticas brasileiras, diretamente subordinadas aos movimentos pendulares do relógio da história da humanidade. Não esconde a convicção de que nenhuma nação pode reter-se entre muralhas de uma solidão interna, pois há os fluxos e os refluxos de manifestações episódicas externas com os dirigentes de nações — em extensas gradações políticas — inspirando esforços de uma ação evolutiva, digladiando-se com os impasses de natureza vária. E quem, porventura, poderia ignorar a vigência das eternas erosões sociais, que mudam nações, ou fazem com que umas devam outras, ou sejam todas mutiladas por forças das aniquilações domésticas, tantas vezes pressionadas por fatores externos ainda não claramente diagnosticados?

Quem, desta forma, não haveria de creditar à filosofia da Revolução de 1964 o milagre de manter a integridade física e espiritual deste colosso continental, ao saber-se que somos um dos maiores e um dos mais fecundos países da terra? Também não é facilmente decifrável o quadro da fenomenologia internacional, para deduzir-se que um titular de império ou titular de república pode controlar a sua nação, mas nem sempre pode deter a possível fúria de procelas alienígenas, senão torná-las menos danosas, até que elas se desfaçam em seus tufões, ou em suas intromissões insólitas.

Quantas vezes, a propósito, o Presidente Ernesto Geisel teve de portar-se como um guerreiro, ao salvaguardar a Pátria, e a honra do regime das intervenções insidiosas, quando até se tentou oprimir a nossa índole, com o fim de sabotar nossa grandeza tecnológica ascensional!

Deploravelmente, setores de oposição entenderam a doutrina nacional de segurança como artilharia tendente a perpetuar governos. Fogem, no entanto, ao exame das alternativas, para compreender que, sem aparelhos defensivos, poderia a República naufragar, com a morte civil da Nação.

É inegável que, nos dias atuais, nenhum líder político, como Juscelino Kubitschek, poderia usar dos mesmos critérios de vida e de ação, sem a visão realista de que há um terrorismo internacional agudo e operativo a infiltrar-se em todas as áreas do Globo, pois a cabeça de um dirigente nacional sempre estaria exposta a prêmio, já que não subsiste dúvida de que desceram sobre o mundo as nuvens do passionalismo. Sabe-se agora que a aldeia global de que tanto se fala não é a da concórdia, mas a aldeia global dos sequestros, das bombas, dos assassinios cruéis e dos cárceres privados infames.

Os limites de um país, segundo os protocolos internacionais, são invioláveis. Nem o espaço terrestre, nem o espaço marítimo, nem o espaço aéreo podem ser vulnerados. Que patrimônio soberano, todavia, deixaria de ser fatalmente penetrado ou invadido, se às vezes o teorismo da lei não atendesse dos imperativos de uma situação circunstancial superior e desafiadora?

Mas, não é sob a invocação de segurança nacional que deixaremos de reconhecer e exaltar a existência, entre os homens públicos, dos que despertam a mística popular. Pois há cidadãos de Estado dotados de tão forte poder espiritual, que sensibilizam as massas e lhes merecem culto e reverência quase sagrados.

Lenine, direto responsável pela empresa ideológica de Karl Marx, foi um centro de delírios das massas soviéticas. Hitler e Mussolini também, em suas faixas. Churchill, De Gaulle, Roosevelt, Salazar, Getúlio, Perón, Kennedy, Juscelino ou Jânio apresentaram igualmente altíssimos índices de mobilização de massas, em

diferentes proporções. Admita-se, entretanto, que a índole hipersensível dos corpos sociais sempre foi altamente imantável. É imperioso, a este respeito, que saibamos interpretar os campos controversos do universo social e entender que o comunismo leninista, o nazismo hitlerista, o fascismo mussolinista ou o democratismo kennedista eram doutrinas substancialmente de massas, embora os regimes de Lenine, de Hitler ou de Mussolini corporifiquem férreas ditaduras e o regime de Kennedy exprima uma doce democracia.

Ocorre que o carisma nem sempre mistifica apenas o político em sua mesa de governo ou no parlamento congressual. Pois John Travolta, ou antes, Sinatra ou os Beatles não são políticos mas carismáticos da dança ou da voz. E os povos do mundo os aplaudem na mesma medida como ignoram os mestres Sabin ou Zerbini.

Ao final de tudo isso, deve subsistir a convicção de que a História fará a revisão dos homens e dos seus legados morais. Por isso é que nos propomos a tratar de política e a render um preito da mais merecida justiça a Ernesto Geisel, o estadista humano, compreensivo, enérgico, cauteloso, conciliador e nobre, que nem mesmo por razão de Estado despiu sua obra dos melhores propósitos, porque para S. Ex.^a a honra é a matéria-prima mais valiosa com que edificar as ações humanas.

Democrata por natureza e por destino, foi, no exercício da Presidência da República, um dos mais lúcidos civilistas que a Nação brasileira conheceu.

Ao passar por uma academia militar onde se destacou como aluno distinto e patriota brioso, S. Ex.^a soube devidamente que os postos de supervisão nacional são essencialmente civis. E, nesta condição, o Presidente Ernesto Geisel dignificou a República.

Geisel sempre foi um democrata, sem que a ele impressionasse, como em tantos falsos defensores desse regime, a simples configuração sonora do vocábulo. Por isso mesmo, ao ingressar na Presidência da República, mostrou-se determinado a restabelecer a normalidade democrática, sem perder de vista, todavia, a necessidade imperiosa de manter o País a salvo das agressões de todas as formas e origens. Por isso é que vemos hoje um exemplo admirável de planejamento e de coerência cristalizado na Nação. Pois foi em março de 1974 que S. Ex.^a anunciou que "os instrumentos excepcionais só permanecerão em vigor até que se vejam superados pela imaginação política criadora, capaz de instituir, quando for oportuno, salvaguardas eficazes e remédios prontos e realmente eficientes dentro do contexto constitucional".

O Presidente não tinha a pretensão de governar sozinho a política nacional, nem de ser um solitário nas decisões fundamentais que haveria de tomar no campo institucional. Por isso requisiu a imaginação criadora dos políticos — neles entendidos os correligionários e os adversários. Como essa colaboração por parte do MDB tivesse adormecido pelos caminhos do tempo, partiu com a ajuda apenas da ARENA e dos juristas de boa vontade à procura das soluções que conviessem ao Brasil de hoje, desenvolvido e respeitado, mas ainda às voltas com o fantasma da desordem.

Eis porque decidiu o Presidente armar sua própria estratégia, de modo que finalmente fosse possível substituir as leis de exceção por instrumentos com os quais possa o País defender-se nos instantes dramáticos de sua vida. Assim, as salvaguardas de que falava em 1974 ainda eram as soluções criativas de 1978, porque abrir não bastava. Era preciso abrir com segurança.

A revogação do art. 185 da Constituição, aquele que mantinha na perpetuidade das punições revolucionárias todos os brasileiros que houvessem sido cassados pelo Presidente da República, com base em Atos Institucionais, foi uma decisão de evidente anistia política.

A suspensão da censura à imprensa, primeiro grande passo na rota da descompressão do regime, produziu desde logo imensos resultados, porque foi a partir daí que a Nação passou a conhecer-se a si mesma mais amplamente. Mazelas que sempre ocorrem à sombra de todos os governos puderam, por esse meio, ser identificadas e extirpadas.

O restabelecimento dos predicamentos da Magistratura foi outra atitude de descompressão do regime.

Apesar disso, a distensão política chegou a parecer aos brasileiros obra intangível. Mas a Geisel, não. Assim, do mesmo modo que Juscelino Kubitschek passou à História como Presidente da Democracia, Geisel seguramente será homenageado como o estadista enérgico da distensão, para que seu sucessor possa, finalmente, consolidar o regime no qual gostam os brasileiros de viver.

Odylo Costa, filho, jornalista e escritor notável, dispôs-se a traçar o perfil humano e a missão histórica do Presidente Ernesto Geisel, através de um trabalho em série que já começou a publicar no **Correio Braziliense**. Diz Odylo que duas figuras militares, a seu ver, definem o contraste fundamental na emergência do autoritarismo para a normalidade na história republicana do Brasil: Flo-

riano e Geisel. Mostrando então as similitudes entre um e outro, aduz:

"Geisel não negaceia. Mesmo quando recua, ele o faz tacticamente, sem perder de vista o fim a que visa: a restauração do Estado de Direito, a extinção do autoritarismo esclarecido, a instauração de um convívio democrático, sem que isso signifique a volta a um passado de deterioração autoridade em que a Nação podia perecer ou, pelo menos, dividir-se na contestação armada."

Odylo Costa, filho, revela então o que ouvira de um dos Ministros de Geisel, segundo o qual uma de suas cogitações foi um candidato civil. "Mas nenhum encontrou que tivesse, entre seus pares, e na parte atuante da opinião nacional, a unanimidade do consenso que cercara Prudente de Moraes, quando foi eleito".

Acrescenta o grande jornalista, examinando mais a fundo a personalidade dos dois Presidentes: "Ao que era, em Floriano, dissimulação e malícia, o temperamento de Geisel opõe lealdade e firmeza".

A conclusão desta sua primeira parte do trabalho merece ser destacada, conquanto deva ser transcrita nos Anais desta Casa a íntegra de seu magnífico esforço de pesquisa e de avaliação comparativa:

"Na figura de Geisel fundem-se a memória ilustre de Prudente de Moraes e a firmeza, a malícia, a presença, a sabedoria de ação do grupo que, em torno de Glicério e com o apoio de Bernardino de Campos e Afonso Pena, encaminhou a sucessão de Floriano em 1894. Só o tempo dirá — se é que dirá — a parte que tiveram seus companheiros, a começar por Golbery do Couto e Silva, nessa grande tarefa, seu grande projeto político. Mas, a Nação, apenas e simplesmente comparando as liberdades públicas e as instituições jurídicas no dia da sua posse e agora que ele deixa o Poder, reconhecer-lhe-á na fisionomia, mais envelhecida e onde por vezes transparece o amargor da injustiça, os traços do seu grande servidor, transfigurados pela idéia de missão e pela consciência da missão cumprida."

O ingente trabalho desenvolvido no sentido de que fosse o País, em seu Governo, redemocratizado, está provado nas frequentes gestões que imaginou e presidiu. Porque, na verdade, deixaria, frustrado, a Chefia da Nação, se não tivesse ensinado as medidas tendentes à abertura democrática, sendo essencial considerar que S. Ex.^a, poucos meses antes, presidiu um pleito parlamentar com a mais limpa isenção, determinando que o direito ao sufrágio universal fosse livremente exercido com a prévia garantia de que os seus resultados, quaisquer que fossem, seriam devidamente reconhecidos. E na verdade o foram.

Empenhando-se em formar uma estrutura política plenamente ajustada à nova fase brasileira, o General Ernesto Geisel convocou o Senador Petrólio Portela a colaborar com o seu Governo, por reconhecer nesse prócer parlamentar qualidades excepcionais de líder. E indicou o seu nome para a Presidência do Senado. Ao mesmo ensejo, pesados e avaliados os atributos cívicos de operosos correligionários, indicou o Deputado Marco Maciel para a Presidência da Câmara dos Deputados; o Senador Eurico Rezende para a Liderança da Maioria do Senado, e o Deputado Francelino Pereira para a Presidência Nacional da ARENA. O Deputado José Bonifácio continuaria a prestar os seus serviços na Liderança da Maioria na Câmara Federal.

Com estas providências estava armado o esquema estratégico do Governo Geisel. Daí por diante, diversas foram as tentativas articuladas nos bastidores políticos por forças não identificadas, com o fito de tumultuar o processo de normalização política da República. Na verdade, houve graves dificuldades a superar, pois a administração do Presidente Geisel tinha os seus flancos ameaçados. De um lado, a extrema direita, egoísta e ambiciosa; do outro, a extrema esquerda, perigosa e sedenta. É como se forças implacáveis, bifurcadas em suas diferenciações ideológicas, ousassem arrastar a Nação para os precipícios abismais da ilegalidade e do caos.

Limitando-se — desde que isto fosse necessário — a mandar contestar as blasfêmias políticas, e primando por manter os jornais abertos e livres, não acionou S. Ex.^a nenhuma usina de terror, nem foi exercitada qualquer máquina da opressão.

E por mais que lhe tenham os adversários atribuído alguma tendência para o monólogo, nunca houve, na História, estadista mais dado ao diálogo, como um verdadeiro cidadão gregário. E embora aparentemente introspectivo, espraia-se em Geisel uma natureza humana de grandes latitudes.

Todos os políticos, intelectuais, empresários e homens do povo que tiveram a honra de privar de sua intimidade, ou de conhecê-lo mais detidamente, dele terão recolhido a impressão do grande cidadão-soldado, que governou a República e defendeu, a todo custo, os brios e os direitos fundamentais de sua gente.

Com a linhagem dos homens de coração nobre, com a composição dos condutores de massas, homem de formação irrepreensível, Geisel entende que o dever de governar, na sua extensa complexidade, é simples. Por isso, o sacrifício para ele é mero acessório.

A esta altura, eu incorreria em imperdoável injustiça se negligenciasse uma menção muito especial à figura da Senhora Lucy Geisel, esposa dedicada, participante e infatigável. A primeira dama, alto padrão de religião e virtude, devemos levar as nossas flores, as rosas da gratidão brasileira, pela extrema lealdade e pela superior compreensão demonstradas nas horas amargas que viveu ao lado do esposo-estadista. Agora, numa cidade serrana, na altruísta dignidade de quem, com inefável dedicação, soube cumprir os seus deveres, Dona Lucy pode perguntar ao esposo: Por que o Brasil e você triunfaram? E Dona Lucy responderá pelo próprio marido: é porque Deus estava conosco.

Gaucho de Bento Gonçalves, nascido a 3 de agosto de 1908, as origens sagradas que lhe tonificaram o espírito fizeram do menino dos pampas um homem público cuja grandeza é celebrada por todas as regiões brasileiras, pois em cada uma delas deixa um pedaço de sua alma e, até por isso, receberá, a seu tempo, a merecida homenagem da História.

Percorrendo o País nas várias direções, e da Nação ouvindo todos os apelos, formou uma agenda de governo, ordenadamente cumprida. E se a perfeição é intangível, pelo menos o Presidente Ernesto Geisel — com a colaboração permanente de seus Ministros — conclui por saber que governou bem a Pátria durante todos os dias de exaustivo mandato.

Ao traçar o perfil do homem-governante, sobram-me razões para definir a postura do Presidente que, no prazo regular, deixa o Palácio da Alvorada.

Jornalista afeito às lides cotidianas, da observação e da crítica, aplaudi a escolha de S. Ex.^a para a suprema magistratura da República.

Acompanhei-lhe todos os atos e decisões. E na hora da formulação da minha homenagem ao grande brasileiro, tenho a consciência de que S. Ex.^a é, hoje, uma figura definitivamente reclamada pela História.

Homem, assim, atinge o meridiano da glória. É válido, pois, crer no juízo de Deus e na posteridade. Porque o nome de Ernesto Geisel vencerá a voragem do tempo, permanecendo para sempre na estima e na gratidão do povo do Brasil. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Renato Azeredo, 29-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Está findo o tempo destinado ao Expediente.

Vai-se passar à Ordem do Dia.

Comparecem mais os Senhores:

Joel Lima
Nabor Júnior

Acre

Aluizio Bezerra — MDB.

Amazonas

Joel Fernandes — ARENA; Mário Frota — MDB; Rafael Faraço — ARENA.

Pará

Antonio Amaral — ARENA; Jader Barbalho — MDB; Manoel Ribeiro — ARENA; Sebastião Andrade — ARENA.

Maranhão

Edson Vidigal — ARENA; João Alberto — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Nagib Haickel — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Victor Trovão — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Carlos Augusto — ARENA; Correia Lima — ARENA; Joel Ribeiro — ARENA; Ludgero Raulino — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA.

Ceará

Claudino Sales — ARENA; Cláudio Philomeno — ARENA; Iranildo Pereira — MDB; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA.

Rio Grande do Norte

Pedro Lucéna — MDB; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Joacil Pereira — ARENA; Marcondes Gadelha — MDB; Octacílio Queiroz — MDB.

Pernambuco

Carlos Wilson — ARENA; Cristina Tavares — MDB; Fernando Lyra — MDB; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Nilson Gibson — ARENA; Oswaldo Coelho — ARENA; Pedro Corrêa — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Geraldo Bulhões — ARENA; José Costa — MDB; Mendonça Neto — MDB.

Sergipe

Francisco Rollemberg — ARENA; Tertuliano Azevedo — MDB.

Bahia

Djalma Bessa — ARENA; Elquisson Soares — MDB; Henrique Brito — ARENA; Honorato Vianna — ARENA; Horácio Matos — ARENA; João Durval — ARENA; José Amorim — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Rogério Rego — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Roque Aras — MDB; Ubaldo Dantas — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Belmiro Teixeira — ARENA; Feu Rosa — ARENA; Max Mauro — MDB; Walter de Prá — ARENA.

Rio de Janeiro

Amâncio de Azevedo — MDB; Celso Peçanha — MDB; Daniel Silva — MDB; Delio dos Santos — MDB; Edison Khair — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Florim Coutinho — MDB; Hydel Freitas — ARENA; Joel Vivas — MDB; JG de Araújo Jorge — MDB; Jorge Gama — MDB; José Frejat — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowel Leite de Castro — MDB; Marcello Cerqueira — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Márcio Macedo — MDB; Miro Teixeira — MDB; Oswaldo Lima — MDB; Paulo Rattes — MDB; Pedro Faria — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB.

Minas Gerais

Antônio Dias — ARENA; Bias Fortes — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Carlos Eloy — ARENA; Edgar Amorim — MDB; Genival Tourinho — MDB; Gerardo Renault — ARENA; Hélio Garcia — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; João Herculino — MDB; Jorge Ferraz — MDB; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Júnia Marise — MDB; Leopoldo Bessone — MDB; Magalhães Pinto — ARENA; Melo Freire — ARENA; Navarro Vieira Filho — ARENA; Nogueira de Rezende — ARENA; Pimenta da Veiga — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Rosemburgo Romano — MDB; Silvio Abreu Junior — MDB; Telêmaco Pompei — ARENA.

São Paulo

Adhemar de Barros Filho — ARENA; A. H. Cunha Bueno — ARENA; Ailton Sandoval — MDB; Athié Coury — MDB; Baldacci Filho — ARENA; Benedito Marcílio — MDB; Caio Pompeu — ARENA; Cardoso Alves — MDB; Cardoso de Almeida — ARENA; Castro Coimbra — MDB; Del Bosco Amaral — MDB; Flávio Chaves — MDB; Francisco Leão — MDB; Francisco Rossi — ARENA; Glória Junior — ARENA; Horácio Ortiz — MDB; João Arruda — MDB; Jorge Paulo — MDB; Mário Hato — MDB; Octacílio de Almeida — MDB; Octávio Torrecilla — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Ralph Biasi — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB.

Goiás

Brasílio Caiado — ARENA; Francisco Castro — ARENA; Genésio de Barros — ARENA; Hélio Levy — ARENA; Jamel Cecílio — ARENA; José Freire — MDB; Paulo Borges — MDB.

Mato Grosso

Bento Lobo — ARENA; Cristino Cortes — ARENA; Gilson Barros — MDB; Júlio Campos — ARENA.

Mato Grosso do Sul

Antônio Carlos — MDB; Leite Schimidt — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adolpho Franco — ARENA; Adriano Valente — ARENA; Alvaro Dias — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Antonio Annibelli — MDB; Antonio Mazurek — ARENA; Antonio Ueno — ARENA; Arnaldo Busato — ARENA; Borges da Silveira — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Ernesto Dall'Oglio — MDB; Heitor Alencar Furtado — MDB; Hermes Macedo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo

Conti — ARENA; Mauricio Fruet — MDB; Norton Macedo — ARENA; Osvaldo Macedo — MDB; Pedro Sampaio — ARENA; Reinhold Stephanes — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; João Linhares — ARENA; Juarez Furtado — MDB.

Rio Grande do Sul

Alexandre Machado — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloar Guazzelli — MDB; Eloy Lenzi — MDB; Emidio Perondi — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Harry Sauer — MDB; Hugo Mardini — ARENA; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Júlio Costamilan — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Rosa Flores — MDB; Waldir Walter — MDB.

Amapá

Paulo Guerra — ARENA.

Roraima

Júlio Martins — ARENA.

VI — ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — A lista de presença acusa o comparecimento de 285 Srs. Deputados.

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

O SR. AIRTON SANDOVAL — Proposta de Emenda à Constituição que restabelece eleições diretas e livres em todos os níveis.

O SR. GERSON CAMATA — Projeto de lei que dispõe sobre a fixação de consumo médio de gasolina para a fabricação de veículos.

O SR. PEIXOTO FILHO — Projeto de lei que revoga do Decreto-lei n.º 1.273, de 29 de maio de 1973, excluindo da relação dos municípios declarados áreas de interesse da segurança nacional o Município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.

— Projeto de lei que revoga o Decreto-lei n.º 672, de 3 de julho de 1969, excluindo da relação dos municípios declarados áreas de interesse da segurança nacional o Município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

— Projeto de lei que revoga o inciso VIII do art. 1.º da Lei n.º 5.449, de 4 de junho de 1968, excluindo da relação dos municípios declarados áreas de interesse da segurança nacional o Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

O SR. OCTAVIO TORRECILLA — Projeto de lei complementar que modifica a redação do art. 33 da Lei n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966, vedando que seja atualizado em importância superior ao da correção monetária o valor dos imóveis, para efeitos de cálculos de Imposto Predial e Territorial Urbano.

— Projeto de lei que torna obrigatória a instalação de dispositivo de proteção à ictiofauna em usinas hidrelétricas.

— Projeto de lei que dispõe sobre o exercício da profissão de carteiro.

O SR. ÍTALO CONTI — Projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a devolver troféus de guerra ao Paraguai.

O SR. ROQUE ARAS — Projeto de lei que modifica o § 2.º do art. 832 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), para o fim de mandar aplicar o princípio da sucumbência ao processo judicial trabalhista, no caso que especifica.

O SR. CARLOS SANTOS — Projeto de lei que exclui o Município de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, do inciso VII, do art. 1.º, da Lei n.º 5.449, de 4 de junho de 1968, que declara de interesse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1.º, alínea b, da Constituição, os municípios ali especificados.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Projeto de lei que dá nova redação à Lei n.º 5.357, de 17 de novembro de 1967, que estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lançarem detritos ou óleo em águas brasileiras.

O SR. FERNANDO COELHO — Projeto de lei que altera a redação dos arts. 76 e 81, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, para acrescentar no cálculo do salário mínimo a contribuição devida pelo trabalhador à Previdência Social.

O SR. JORGE GAMA — Projeto de lei que determina que os supermercados e estabelecimentos congêneres indiquem, nas mercadorias que comercializam, as datas de remarcações de preços.

O SR. JORGE ARBAGE — Projeto de lei que modifica a redação de dispositivos da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

O SR. ADHEMAR GHISI — Projeto de lei que dispõe sobre o revestimento de tijolos de diatomito nas edificações que especifica.

— Projeto de lei que estende ao filho inválido, de qualquer idade, do trabalhador aposentado, o benefício do salário-família concedido pela Lei n.º 5.559, de 11 de dezembro de 1968.

— Projeto de lei que torna obrigatória a execução do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino no País.

— Projeto de lei que incumbe ao Banco do Brasil S.A. de conceder financiamento às prefeituras municipais, para aquisição de máquinas e implementos rodoviários mediante garantia do Fundo de Participação dos Municípios.

— Projeto de lei que dá ao título de eleitor validade como prova de identidade para todos os efeitos legais.

Projeto de lei que isenta as entidades sindicais de trabalhadores da contribuição como empregadoras ao INPS.

— Projeto de lei que cria o Fundo Financeiro destinado a custear projetos de florestamento e reflorestamento das terras dos pequenos e médios produtores rurais.

— Projeto de lei que estende aos motoristas de ambulância o direito às vantagens da aposentadoria especial, prevista na legislação vigente.

— Projeto de lei que altera a redação do art. 301 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

A SRA. LYGIA LESSA BASTOS — Proposta de Emenda à Constituição que altera o § 2.º do art. 102 da Constituição Federal, que dispõe sobre os proventos da inatividade.

O SR. DASO COIMBRA — Projeto de lei que obriga o plantio de árvores nativas e frutíferas nos projetos de florestamento e reflorestamento.

O SR. ELOY LENZI — Projeto de lei que modifica o traçado da Rodovia BR-481, do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei n.º 5.917, de 10 de setembro de 1973.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Vai-se passar à votação da matéria que está sobre a Mesa e a constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 125-B, DE 1978

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru sobre a Instalação e Funcionamento, na Cidade de São Paulo, de um Escritório da Mineradora Peru Comercial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o texto do Acordo Celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, sobre a Instalação e Funcionamento, na Cidade de São Paulo, de um Escritório da Mineradora Peru Comercial.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Comissão de Redação, 14 de março de 1979. — **Airon Rios**, Presidente — **Djalma Bessa**, Relator — **Daso Coimbra** — **Cantídio Sampaio**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Os Srs. que a aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI N.º 1.470-E, DE 1973

Estabelece prazo às entidades públicas e particulares para fornecer aos beneficiários comprovantes de rendimentos, para fins de imposto de renda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As pessoas físicas ou as jurídicas de direito público ou privado, que estão obrigadas a fornecer aos contribuintes do imposto de renda documentos necessários a instruir declarações de rendimento, deverão fazê-lo, imprerivelmente, até 15 dias antes da data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal do

Ministério da Fazenda para a entrega de declaração de rendimentos dos contribuintes com imposto a pagar e com direito a restituição.

Art. 2.º As infrações apuradas pela fiscalização serão punidas com multas fixadas pelo art. 448 do Regulamento para a Cobrança e Fiscalização do Imposto de Renda vigente.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Comissão de Redação, 14 de março de 1979. — **Airon Rios**, Presidente — **Walter Silva**, Relator — **Cantídio Sampaio** — **Djalma Bessa**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Os Srs. que a aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Vai à Sanção.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI N.º 2.150-B, DE 1976

Dá nova redação ao "caput" do art. 843 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O caput do art. 843 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 843. Na audiência de julgamento deverão estar presentes o reclamante e o reclamado, independentemente do comparecimento de seus representantes, salvo nos casos de Reclamatórias Plúrimas ou Ações de Cumprimento, quando os empregados poderão fazer-se representar pelo Sindicato de sua categoria."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Comissão de Redação, 14 de março de 1979. — **Airon Rios**, Presidente — **Djalma Bessa**, Relator — **Daso Coimbra** — **Cantídio Sampaio**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Os Srs. que a aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI N.º 2.509-B, DE 1976

Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É acrescentado ao art. 132, da Consolidação das Leis do Trabalho, o seguinte § 3.º:

"Art. 132.

§ 1.º

§ 2.º

§ 3.º Ao empregado é facultado faltar ao trabalho no dia de seu aniversário, sem qualquer prejuízo de natureza salarial, permitindo o desconto da jornada respectiva no período de férias."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Comissão de Redação, 14 de março de 1979. — **Airon Rios**, Presidente — **Djalma Bessa**, Relator — **Daso Coimbra** — **Cantídio Sampaio**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Os Srs. que a aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Há sobre a mesa e vou submeter a votos a seguinte

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI N.º 4.957-B, DE 1978

Autoriza a realização de estudos geológicos e topográficos pelas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, para implantação de instalações de transmissão em tensão nominal igual ou superior a 230 KV.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Para o estabelecimento de instalações de transmissão de energia elétrica, em tensão nominal igual ou superior a 230 KV, poderá ser concedida autorização de estudos às concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, sendo-lhes reconhecido o direito às servidões necessárias à elaboração dos respectivos projetos.

Art. 2.º Os proprietários ou possuidores dos terrenos, onde devam ser efetuados os estudos referidos no artigo anterior, não obrigados a permitir, às autorizadas, a realização dos levantamentos topográficos e geológicos necessários à elaboração dos projetos, inclusive o estabelecimento de acampamentos provisórios para o pessoal técnico e operários, respondendo as concessionárias pelos danos que causarem.

Art. 3.º A autorização objeto desta lei será concedida pelo Ministro das Minas e Energia.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Comissão de Redação, 14 de março de 1979. — **Airon Rios**, Presidente — **Djalma Bessa**, Relator — **Daso Coimbra** — **Cantídio Sampaio**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Os Srs. que a aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Vai ao Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.ª, nos termos do Regimento Interno, constituição de Comissão Externa a fim de representar a Câmara na posse do Governador Tarcisio Buriti, no Governo da Paraíba.

Brasília, 14 de março de 1979. — **Joacil Pereira**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Os Srs. que o aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Designo, para comporem a Comissão Externa, os Srs. Joacil Pereira, Ademar Pereira e Antônio Gomes.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte

REQUERIMENTO

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.ª, nos termos do Regimento Interno, que, no próximo dia 15, a Câmara dos Deputados não realize a sua sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 14 de março de 1979. — **Marcelo Linhares**.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Os Srs. que o aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Nabor Júnior, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Homero Santos, 1º-Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) —

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 140-A, de 1978, que aprova o texto do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, celebrado em Brasília a 18 de maio de 1978; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela aprovação. Relator: Sr. Bias Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Vou submeter a votos o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 140-A, DE 1978

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o texto do Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau, celebrado em Brasília a 18 de maio de 1978.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Os Srs. que o aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Vai à Redação Final.

TRATADO DE AMIZADE, COOPERAÇÃO E COMÉRCIO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

Os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Guiné-Bissau,

INSPIRADOS pelo propósito de afirmar, em solene documento, os fraternos laços de amizade entre o Brasil e a Guiné-Bissau, que se fundamentam em profundas afinidades históricas, culturais e étnicas,

BASEADOS nos princípios do respeito à soberania, da autodeterminação dos povos, da não-ingerência nos assuntos internos e da igualdade jurídica dos Estados e da igualdade entre as pessoas, sem distinção de raça, sexo ou credo,

TENDO PRESENTE que os objetivos e tarefas decorrentes do estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional tornam cada vez mais urgente e necessário incrementar e tornar mais operativa a mútua colaboração entre os países em desenvolvimento, em todos os planos,

CERTOS DE QUE, para a realização plena dos princípios enunciados e para o desenvolvimento integral e autônomo dos dois países, seria importante estabelecer mecanismos que tornassem ainda mais concretos e efetivos os laços que unem o Brasil e a Guiné-Bissau,

TENDO EM VISTA o bom êxito dos programas de cooperação entre os dois países, desenvolvidos no âmbito do Memorandum de Entendimento, assinado entre as delegações do Brasil e da Guiné-Bissau, em 21 de junho de 1976, na cidade de Bissau,

DECIDIDOS a desenvolver e ampliar essa cooperação, com o objetivo de incrementar as relações políticas, econômicas, comerciais, culturais e científicas entre os dois países,

RESOLVEM celebrar o seguinte Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio:

Artigo I

As Partes Contratantes convêm em cooperar e trocar informações sobre assuntos de interesse comum, bilaterais ou multilaterais.

Artigo II

A cooperação e a troca de informações a que se refere o Artigo I processar-se-ão por via diplomática ou através da Comissão Mista de Coordenação Brasil-Guiné-Bissau, instituída pelo presente instrumento em seu Artigo III.

Artigo III

Fica instituída a Comissão Mista de Coordenação Brasil-Guiné-Bissau que terá por finalidade fortalecer a cooperação entre os dois países, analisar os assuntos de interesse comum e propor aos respectivos Governos as medidas que julgar pertinentes.

Parágrafo 1.º — A Comissão será composta de uma seção de cada Parte.

Parágrafo 2.º — O regulamento da Comissão será redigido pela própria Comissão e aprovado pelos dois Governos por troca de Notas.

Artigo IV

O Brasil e a Guiné-Bissau empenharão os máximos esforços para lograr a progressiva ampliação e diversificação do intercâmbio comercial, mediante a utilização adequada das oportunidades que se apresentarem. Nesse sentido, as Partes Contratantes dispõem-se a conceder todas as facilidades legais para eliminar entraves ao comércio entre os dois países, levados em consideração compromissos internacionais assumidos anteriormente, de âmbito bilateral, regional ou multilateral.

Artigo V

A fim de dar cumprimento ao disposto no Artigo IV, as Partes Contratantes convêm em negociar um acordo de comércio.

Artigo VI

A fim de cooperar com os planos de desenvolvimento da Guiné-Bissau, o Governo da República Federativa do Brasil estudará as possibilidades de estender à Guiné-Bissau linhas de crédito para importação de produtos brasileiros. As condições de crédito, bem como as formas e prazos de pagamento, serão objeto de acordos especiais a celebrar entre as Partes Contratantes.

Artigo VII

A fim de promover o comércio recíproco, Brasil e Guiné-Bissau estudarão, conjuntamente, medidas necessárias ao incremento das comunicações e dos transportes entre os dois países.

Artigo VIII

As Partes Contratantes estimularão, dentro de um quadro de co-participação, e de conformidade com suas respectivas legislações nacionais, os investimentos destinados a impulsionar a cooperação econômica mútua, tanto no setor público quanto no setor privado, inclusive mediante a celebração de acordos de complementação industrial e a criação de empresas binacionais.

Artigo IX

As Partes Contratantes analisarão formas eficazes de ampliar a cooperação bilateral nos campos da educação, ciência e cultura.

Artigo X

As Partes Contratantes, reconhecendo as vantagens recíprocas de uma cooperação científica e técnica ampla e bem ordenada, comprometem-se a estimulá-la pelos meios adequados. Para tanto, as Partes Contratantes convêm em negociar um acordo básico de cooperação científica e técnica, com o objetivo de ativar a realização conjunta ou coordenada de programas de pesquisas e desenvolvimento, a criação e operação de instituições de pesquisa ou centro de aperfeiçoamento e produção experimental e a organização de seminários e conferências, intercâmbio de informações e documentação e estabelecimento de meios destinados à sua difusão.

Artigo XI

Além dos instrumentos internacionais previstos no presente Tratado e dentro do espírito que o informa, as Partes Contratantes celebrarão, sempre que as circunstâncias aconselharem, protocolos adicionais ou outro tipo de atos internacionais sobre todos os assuntos de interesse comum.

Artigo XII

O presente Tratado entrará em vigor na data da troca dos Instrumentos de Ratificação e terá vigência até seis meses após eventual denúncia por qualquer das Partes Contratantes.

O presente Tratado é assinado em dois exemplares originais, em português, sendo ambos igualmente autênticos.

Feito na cidade de Brasília, aos dezoito dias do mês de maio de 1978.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: **Antonio F. Azeredo da Silveira**.

Pelo Governo da República da Guiné-Bissau: **Victor Saúde Maria**.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) —

Discussão única da emenda do Senado ao Projeto de Lei n.º 1.679-D, de 1973, "que declara Antônio Carlos Gomes Patrono da Música no Brasil"; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e da Comissão de Educação e Cultura, pela rejeição. Relator: Sr. Gomes da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — O Senado Federal, ao apreciar o projeto, ofereceu ao mesmo e vou submeter a votos a seguinte

EMENDA:

No art. 1.º do Projeto, onde se lê:

"É Antônio Carlos Gomes"

Leia-se:

"É Carlos Gomes"

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Os Srs. que a aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Rejeitada.

O Projeto vai à Sanção.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Nos termos do inciso IV do art. 10 do Regimento Interno, concedo a palavra ao Sr. Florim Coutinho, na qualidade de Líder do Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, eminentes colegas, continua sobremaneira aflitiva a situação dos lavradores posseiros e residentes em terras da antiga Fazenda Capivari, do Município de Duque Caxias, como dos lavradores da fazenda Campos Novos em Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro.

Já subimos a esta augusta tribuna do povo brasileiro, com instante apelo sobre o assunto, dirigido ao Presidente da República, mas, até o presente momento, nenhuma solução foi encontrada para resgate do preocupante problema.

Os humildes trabalhadores rurais ocupantes dessas terras — e as vêm fazendo produzir incessantemente concorrendo para a diminuição dos preços dos cereais e dos produtos hortifrutigrangeiros — tiveram seus direitos de posse amparados pela política agrária nacional, vigente nos idos da década de 50.

Em abril de 1963, o Presidente da República, no uso de atribuições que lhe eram conferidas pela Constituição, por motivos "de utilidade pública e interesse social" (art. 87, I), decretou a desapropriação de diversas áreas de terras, entre as quais as da Fazenda Capivari (Decreto n.º 51.905, de 19-4-63).

Quatro meses após, ratificando o ato anterior e declarando de urgência a mencionada desapropriação, o Presidente da República baixou o Decreto n.º 52.320 (em 2-8-63), e reconhecendo oficialmente a excepcional gravidade da situação social existente naquelas terras, retificou a metragem da área — que do Decreto precedente constara como sendo de 1.258.400 m² — para fixá-la, então exatamente, em 12.584.000 m².

Pelo diploma legal anterior (Decreto n.º 51.905, de 19-4-63), já a SUPRA — Superintendência da Reforma Agrária, ficara autorizada a promover a efetiva desapropriação decretada, ou seja, a atuar o comando contido no aludido decreto presidencial.

Em 30 de novembro de 1964, Sr. Presidente, foi editada a Lei n.º 4.504 — instituidora do Estatuto da Terra — que extinguiu a SUPRA, revogou a Lei Delegada n.º 11, de 1962, e criou o IBRA — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Este ficara subordinado diretamente à Presidência da República — observem Vossas Excelências a relevância conferida ao Instituto — e como sucessor da SUPRA, tinha como finalidade precípua realizar as desapropriações por utilidade pública e interesse social. E lhe competia coordenar, controlar e orientar os assuntos atinentes à Política Agrária e da Terra, com os atos submetidos à aprovação do Presidente da República, desejoso este de levar à pacificação proprietários e trabalhadores rurais.

Cumprindo as expressas determinações dos sobremencionados decretos, uma vez que estava iniciado o processo expropriatório, os lavradores ocupantes da Fazenda Capivari chegaram até a fazer o depósito prévio exigido para a fixada indenização, no valor arbitrado de Cr\$ 375.076,30.

Consoante prevê a lei pertinente, Sr. Presidente, o depósito prévio indenizatório é calculado tendo por base o valor cadastral do imóvel para fins de lançamento do imposto territorial. E, quando não tenha havido atualização, seu valor fica a critério do juiz expropriante.

Como sabem Vossas Excelências, o decreto expropriatório, expedido pelo Presidente da República, consubstancia ato discricionário insuscetível de revisão.

Confirma esse entendimento a jurisprudência pacífica e remansosa de nossos tribunais:

"O ato pelo qual o Poder Público desapropria um imóvel para fins de utilidade pública é discricionário, não podendo sequer sofrer revisão por parte do Poder Judiciário."

(T.J. de SP — Ap. Cível n.º 204.582, de 2-6-72 — Rel.: Des. Andrade Junqueira.)

Agora passem Vossas Excelências, *in casu* da Fazenda Capivari, *sponte propria*, o então IBRA decidiu que não se tratava ali de "utilidade pública e interesse social" e, solitariamente sem apoio legal, insurgindo-se contra o mandamento embutido nos apontados decretos, excluiu da desapropriação cerca de 50% da área delimitada.

Como nulo foi esse ato do IBRA, no tocante aos metros quadrados que retirou da área delimitada e ratificada nos decretos há pouco citados, os prejudicados recorreram à Justiça.

Em nenhum artigo, parágrafo ou inciso do Regulamento do IBRA, hoje INCRA, existe qualquer atribuição inscrita dando ao

órgão permissão para usurpar competência do Presidente da República, admitindo sequer pudesse deturpar, adulterar ou alterar determinação expressamente declarada em decreto promulgado pela autoridade suprema do País.

Porque nulo foi o ato do então IBRA, nula ficou a parte da escritura de 16-4-66, do 20.º Ofício de Notas do antigo Estado da Guanabara, referente aos metros quadrados excluídos da gleba em questão, e nenhum de todos os pretensos direitos alegados pelos antigos proprietários, com abroquelamento no ato nulo do IBRA, que jamais poderia gerar qualquer direito. *Ex nihilo, nihilo*.

O que pretendia o Presidente da República àquela época, o que hoje desejamos todos nós é que se deixem em paz os que trabalham a terra, fazendo-a produzir.

Os que mourejam no campo lá devem continuar, sob as bênçãos dos céus, lavrando a terra para que a fome não venha lavar nas cidades.

Na aludida ação, a tramitar na Justiça Federal, em nosso Estado, os réus são: um abastado e poderoso comerciante, um engenheiro-arquiteto de largos recursos e um potentado advogado!

Do lado dos autores da ação, confiamos, piamente, que se perfila a Justiça!

A FETAG — RJ — Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, por seu Presidente e seu Secretário, acaba de nos encaminhar solicitação no sentido de voltarmos ao assunto — como acabamos de fazê-lo — para manter-nos a martelar a bigorna enquanto está em brasa. E não somente dos lavradores da Fazenda Capivari, mas também dos que se encontram na mesma aflitiva situação: os trabalhadores e proprietários de terras na Fazenda Campos Novos, no Município de Cabo Frio, também no Estado do Rio de Janeiro.

Os posseiros de glebas de terras na Fazenda Campos Novos, Sr. Presidente, que do mesmo modo as adquiriram e as vêm fazendo produzir, compraram-nas com embasamento nos mesmos diplomas legais acima citados.

No entanto, enquanto aguardam a decisão da Justiça, ordeiramente e sempre sem interrupção de suas sacrificantes atividades desenvolvidas na lavoura, são vítimas dos pretensos donos, o que agrava sobremodo o conflito social ali em ebulição.

A Federação, Srs. Deputados, nos pede empenhadamente providências urgentes que possam pôr termo ao pânico ora angustianando os posseiros daquelas fazendas. Essa tradicional entidade de classe do meio rural, que tão relevantes serviços tem prestado à coletividade obreira do campo, em nosso Estado, já se dirigiu a diversas autoridades, na área estadual e na federal, na tentativa de lograr solução para esses inquietantes problemas. Os dos posseiros da Fazenda Campos Novos são os mesmos dos ocupantes das terras da Fazenda Capivari.

Essas vítimas de autoridades do antigo IBRA, que dos atuais dirigentes do INCRA igualmente não vêm recebendo um tratamento justo, circunscrito aos dispositivos legais que presidem a matéria, cansaram de esperar solução daquele órgão, restando-lhes o apelo que ora reproduzem a este representante daquela Unidade da Federação.

Os ocupantes de Campos Novos, Sr. Presidente, conforme contamos desta tribuna à última vez que ferimos o assunto, nos últimos meses do ano de 1978, até tiros já levaram dos pretensos donos daquela fazenda, que os queriam ver dali expulsos. Mas esses lavradores são bravos e irão resistir, até que o Governo Federal compareça no Estado em socorro dos mesmos.

Voltamos, pois, a encarecer do Presidente da República que ordene o reexame do assunto, mandando devolver aos proprietários das aludidas terras da Fazenda Capivari e da Fazenda Campos Novos as terras que a eles legitimamente pertencem, antes que a Justiça Federal venha a decidir a causa em tela, reconhecendo os direitos autênticos dos aludidos lavradores.

Era o que trazíamos hoje, Sr. Presidente, para ficar constando dos Anais da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) —

Discussão única do Projeto de Lei Complementar n.º 102-A, de 1976, que dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, das Comissões de Trabalho e Legislação Social e de Finanças, pela aprovação. (Do Sr. Álvaro Dias.) — Relatores: Srs. Erasmo Martins Pedro e Pedro Carolo.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Há sobre a mesa e vou submeter a votos o seguinte

REQUERIMENTO

Sr. Presidente,

Nos termos regimentais, requero a V. Ex.^a o adiamento da discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 102-A/76, por 10 Sessões.

Sala das Sessões, 14 de março de 1979. — **Marcionides Gadelha.**

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Os Srs. que o aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Aprovado.

Em consequência, o projeto sai da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) —

Discussão única do Projeto de Lei n.º 3.253-A, de 1976, que introduz alterações na Lei Orgânica da Previdência Social, dispondo sobre a eliminação de períodos de carência para segurados que reingressarem na Previdência Social; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; da Comissão de Trabalho e Legislação Social, pela aprovação; e da Comissão de Finanças, pela aprovação, com Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Vai-se passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Tem a palavra o Sr. Cantídio Sampaio, para encaminhar a votação.

O SR. CANTÍDIO SAMPAIO (ARENA — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente o projeto em exame pretende acrescentar inciso ao § 2.º do art. 64, da Lei n.º 3.807, de 26-8-1960, na redação dada pela Lei n.º 5.890, de 8-6-1973, com a finalidade de eliminar o período de carência para ex-segurados que, tendo vertido 36 ou mais prestações consecutivas, desejem reingressar no regime.

Como se sabe, o seguro privado exige, normalmente, o exame de saúde prévio; além disso, o valor do prêmio varia em função da idade. Essas providências visam a preservar o equilíbrio econômico-financeiro da entidade seguradora.

Já no Seguro Social não é feita a exigência do exame médico que selecionaria o contingente de segurados em condições normais de riscos; tampouco o fator idade influi no valor da contribuição, que corresponde sempre a uma taxa fixa sobre a remuneração efetivamente percebida. Torna-se, pois, necessário suprir a ausência dessas medidas acautelatórias mediante a adoção de um instrumento de seleção de riscos: daí o estabelecimento do chamado "período de carência".

Com efeito, a exigibilidade do cumprimento do período de carência impede que somente ante a iminência do sinistro do interessado busque a proteção previdenciária, contribuindo, outrossim, para a formação de reservas técnicas, indispensáveis ao bom funcionamento do sistema. Assim sendo, não só se integra harmonicamente no mecanismo da Previdência Social — que é um método de economia coletiva a ser empregado no amparo dos realmente carentes — como também ao próprio conceito de "previdência" no seu sentido mais corrente.

A proposição, entretanto, pretende alcançar aqueles que, tendo sido segurados do sistema em alguma época anterior, durante 3 anos, voltem a ingressar na Previdência Social.

Apesar do relevo dado na justificação ao fato de já ter havido cumprimento do período de carência, essa circunstância não constitui suporte social, econômico ou jurídico para a pretendida recuperação instantânea da cobertura anterior. Até porque durante esse período, e mais os chamados "de graça", previstos no art. 8.º da LOPS, permaneceu garantida, ainda que, em potencial, toda a proteção do regime previdenciário, por conseguinte, as contribuições correspondentes produziram os efeitos devidos.

Ademais, o art. 9.º, §§ 1.º e 2.º, da LOPS faculta a manutenção da qualidade de segurado ao que deixa de exercer atividade abrangida pelo seu regime, desde que passe a efetuar em dobro o pagamento da contribuição que lhe cabe. Em consequência, seus direitos podem-se manter íntegros, desde que tome as necessárias iniciativas nesse sentido; não o fazendo, logicamente esses direitos caducam, não podendo as contribuições porventura vertidas produzir quaisquer efeitos futuros.

Assim sendo, além de tecnicamente contra-indicada, a proposição contém, em última análise, incentivo à inércia do ex-segurado, com isso trazendo desestímulo à grande massa de contribuintes que, apesar de dificuldades e transtornos ocasionados,

por exemplo, por mudança de atividade, reveses comerciais, desemprego etc., se empenha no pagamento de suas obrigações previdenciárias, a fim de manter o respectivo vínculo.

Ante o exposto, opina-se pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — A Comissão de Finanças, ao apreciar o projeto, ofereceu ao mesmo e vou submeter a votos o seguinte

SUBSTITUTIVO

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O § 3.º do art. 24 da Consolidação das Leis da Previdência Social, expedida pelo Decreto n.º 77 077, de 24 de janeiro de 1976, fica acrescido de mais uma letra, com a seguinte redação:

"Art. 24.

§ 1.º

§ 2.º

§ 2.º Independem de período de carência:

a)

b)

c)

d) a concessão de benefício ao segurado obrigatório que, ao filiar-se novamente ao regime desta Consolidação, tenha efetuado o pagamento de, no mínimo, 36 (trinta e seis) contribuições consecutivas."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Os Srs. que o aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Vou submeter a votos o seguinte:

PROJETO N.º 3.253-A, DE 1976

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O § 2.º do art. 64 da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação dada pela Lei n.º 5.890, de 8 de junho de 1973, fica acrescido de mais um inciso, com a seguinte redação:

"Art. 64.

§ 1.º

§ 2.º Independem de carência.

I —

II —

III — A concessão de benefício ao segurado obrigatório que, ao reingressar no regime desta lei, tenha efetuado o pagamento de, no mínimo, 36 contribuições.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Os Srs. que o aprovam queiram ficar como estão. (Pausa.)

Rejeitado.

Vai ao Arquivo.

VII — O SR. PRESIDENTE (Homero Santos) — Vai-se passar ao período destinado às Comunicações Parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Elquisson Soares.

O SR. ELQUISSON SOARES (MDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, todo o País sabe que o BNH transformou-se num instrumento de privilégios de imobiliárias e de grupos econômicos fortes, todos eles inseridos no contexto administrativo do País, isto é, grupos econômicos consorciados com aqueles que dominam, hoje, o poder político. Cidades como São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro tornaram-se invioláveis à habitação, em razão do comportamento governamental, que, tendo criado o BNH, sob a capa de transformar aquela entidade pública num instrumento em benefício do operariado, da classe trabalhadora brasileira, em verdade construiu um banco financiador, sim, de grupos economicamente fortes e dominadores, de tal modo que a classe trabalhadora passou a constituir-se em viga de sustentação dos grupos econômicos poderosos do País, na medida em que o dinheiro do trabalhador é administrado pelo BNH, que sustenta a construção civil neste País.

Mas o pior, Sr. Presidente, é que, além da deformação sofrida pelo BNH, atentados contra o patrimônio nacional, crimes contra

o patrimônio cultural do País vêm sendo cometidos a todo instante por essas imobiliárias, por esses grupos, com a conivência de órgãos governamentais. Já os cariocas dizem que não é mais possível viver no Rio de Janeiro, enquanto São Paulo, todo o País sabe, e os paulistas o proclamam, a cidade, em razão de poluição de toda ordem e, sobretudo, da sua desfiguração pela construção civil, pela ganância do lucro imobiliário, também se tornou inabitável. Belo horizonte é outro exemplo. E todas as Capitais, todas as grandes cidades deste País vão sofrendo essa deformação, mas principalmente, vai sendo sacrificada cada vez mais, em razão do comportamento do Governo, a classe trabalhadora, que tem seu dinheiro financiando apartamentos luxuosos e mansões para a classe rica deste País.

Sr. Presidente Srs. Deputados, faço este preâmbulo para mostrar que o meu Estado não é evidentemente uma ilha, não constitui um oásis nesta caminhada de crimes que são perpetrados a todo instante contra os interesses do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados sacrificada e humilhada Unidade da ex-federação, o Estado da Bahia, ao longo desses 15 anos de desmandos, uma vez submetido aos caprichos do golpe de estado de 1964, é, hoje, um corpo dilacerado.

Muitas fortunas surgiram, como que por encanto, nesses três lustros, aos som da cantilena revolucionária. Os mais destacados representantes da "nova ordem" foram "admitidos" nos mais diversos ramos de atividade, onde nunca, em tempo algum, haviam militado, círculos fechados que sempre foram, mas cujas portas se abriram em razão da influência do poder e, desse modo, foram criando os novos "consórcios" à expensas do dinheiro público.

A velha cidade de Salvador, a encantadora cidade de Salvador de tantas belezas, apesar da intensa propaganda feita a preço de ouro, foi desfigurada, liquidada, arrasada pelo concluído governo/imobiliárias, sendo mais grave o fato de terem usado o dinheiro do trabalhador brasileiro, o dinheiro do FGTS, administrado pelo funesto BNH, para perpetrarem tão hediondo crime contra o patrimônio cultural do Brasil.

Ainda, agora, Srs. Deputados, a euforia registrada nos meios empresariais da construção civil da Bahia não causa espanto, tem fundamento. Afinal, o contentamento advém do fato de serem o interventor indicado, bem como o seu vice, proprietários de empresas imobiliárias, que, certamente, irão "ajudar" os seus pares na desenfrada especulação imobiliária e na crescente deformação de nossa cidade, com a construção dos já famosos e malfadados "espigões", que a cada dia mais desfiguram e comprometem a paisagem urbana da Capital baiana.

A ganância do lucro fácil, em que pese às constantes queixas dos homens da construção civil, que se consideram os "sacrificados" e mesmo os "primos-pobres do sistema", não tem limite. Dizem-se prejudicados pelo Sistema Financeiro de Habitação, cuja função de proporcionar a aquisição de casa própria à classe trabalhadora foi completamente desvirtuada, como, aliás, se desvirtuou tudo neste País depois de 1964. Queixam-se do limite do financiamento individual, fixado em 3.500 UPs, que geram uma prestação só acessível a poucos privilegiados. Os códigos e posturas municipais têm sido constantemente desrespeitados, gerando verdadeiros monstros de concreto armado, a exemplo do conjunto Júlio César, na Pituba, e dos Apolo e Marte, no Corredor da Vitória; prometem proliferar. A administração municipal se tem mostrado incapaz de suportar as pressões de grupos poderosos, sempre cedendo aos interesses mais aviltantes. E o exemplo sempre vem de cima.

É nos gabinetes dos Prefeitos e Governadores que são tomadas as decisões quando se trata de burlar o que preservam as leis e posturas pertinentes. E essa conduta tem de ser coonestada por auxiliares de escalões inferiores, a fim de manterem seus cargos ou funções e é repetida, em dose mais tímida, pelos membros dos referidos escalões, seguindo o exemplo de seus chefes.

A cidade de Salvador está cheia de exemplos. O loteamento Jardim Apipema, com ruas estreitíssimas, concebido para construção de prédios de um único pavimento, está cheio de "espigões" por todos os lados. Pessoas que ali construíram suas residências, confiantes em que a ocupação da área continuaria como prevista, já não sabem o que fazer, pois as ruas já não dão espaço para movimentação de veículos e nem mesmo de gente.

A futura administração municipal, por certo, não fugirá à regra e a sede do lucro não pode esperar. Há até construção de grandes edifícios nas proximidades de prédios tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional, como é o caso da que se pretende executar nas imediações de Igreja da Graça — a mais antiga de Salvador — que já se encontra com projeto em andamento nos órgãos competentes da Prefeitura, depois de, por mecanismos de pressão e injunções políticas as mais diversas, conseguir o beneplácito do IPHAN, que nesses casos, além da Prefeitura, deve pronunciar-se.

Várias empresas se interessaram em adquirir a casa do ex-Deputado Paulo Nunes, nas imediações da referida Igreja, para ali construir edifícios de apartamentos. Todos foram informados da impossibilidade de conseguir o seu intento, pelo próprio IPHAN, devido à vizinhança com o monumento tombado.

Já senhora do poder e da influência que o mesmo proporciona, a Construtora Santa Helena, que tem o futuro interventor nomeado como principal sócio, e também, sócio e testa-de-ferro especialista nesse tipo de negócio o Sr. Félix Mendonça, conseguiu dobrar os representantes do IPHAN, alcançando o seu intento de obter licença para construir o seu "espigão" no mesmo local antes negado a outros, em obediência a determinações legais.

O Sr. Félix Mendonça, considerado "eminência parda", interventor que tem assento às reuniões do futuro secretariado, com poderes de designar auxiliares do primeiro e segundo escalões e vetar outros — por certo só não compoendo formalmente o Governo por não recomendar o seu passado à frente da Prefeitura de Itabuna — promete dar muito trabalho, com suas negociatas, ao povo baiano. Seguindo o exemplo dos mais poderosos, outro grupo local, desta vez ligado à atividade bancária, já adquiriu a casa pertencente à família Tarquinio, também nas imediações da Igreja da Graça, para ali construir a sua agência e, por certo, acima dela alguns apartamentos para diluir o custo do terreno. Com esses exemplos, Senhores, que já se tornou assunto proibido em todos os jornais do Estado da Bahia, podemos antever o que espera a nossa cidade na Administração que se aproxima. Não é possível que se deixe perpetuar tal crime contra o nosso patrimônio. Se não dermos um basta desde já nessa prática desonesta, por certo irão matar o que resta da nossa cidade enquanto os homens das imobiliárias permanecerem no poder.

O IPHAN, que forneceu parecer contrário à pretensão de outros grupos imobiliários, não permitindo, naquele local, a construção de qualquer edifício com mais de 3 andares, cedendo às pressões do novo interventor da Bahia modificou o seu ponto de vista anterior, pois, mediante o sofisma de uma e exigência de recuo, autorizou a Imobiliária Santa Helena a construir dois blocos de 18 andares cada.

Com isso, claro, vão desfigurar a paisagem da Graça, onde foi edificada a mais antiga Igreja do Brasil. Demonstrou também, e de forma indelével, o quanto pode o tráfico de influência no atual regime, onde o interesse pelo lucro macula a administração pública e desmoraliza órgãos tão caros à vida cultural do País, como é o caso do IPHAN.

Evidentemente, Srs. Deputados, não é isolado o caso da Bahia. Essa prática se estende a todas as Unidades da Federação. Os homens do Poder inescrupulosamente se colocaram a serviço de grupos econômicos, embora eles próprios não compoem tais grupos. Trata-se de pessoas badaladas por certos setores como fortes, como as mais capazes de incentivar determinadas práticas exatamente pela proximidade com o Poder Central, como é o caso do principal proprietário da Imobiliária Santa Helena, na Bahia, interventor nomeado para o Estado, dito e reconhecido por esses setores como figura que detém parcela do poder neste País, hoje, pela amizade pessoal com o General João Baptista Figueiredo.

Resta saber, Srs. Deputados, que País é este, em que as pessoas incumbidas de administrar e de gerir os interesses do povo são exatamente aquelas que se colocam contra o interesse popular, são exatamente aquelas que burlam as leis, são exatamente aquelas que conchavam os bastidores, nos gabinetes, recebendo comissões, advogando interesses escusos, ludibriando a opinião pública, transformando-se, portanto, em canais por onde passam todos os atos de corrupção praticados em todos os escalões da administração pública.

É evidente que o Poder Público federal, sobretudo esta Casa do povo, não se pode omitir de apreciar denúncias como esta. É importante que se averigüe, junto ao IPHAN, quantos casos dessa natureza se registram ali dentro. Afinal de contas, o IPHAN existe para preservar o patrimônio cultural do País e não para advogar interesses dos governantes, ainda que sejam os mais poderosos. É importante que esta Casa leve em consideração fatos desta natureza, porque eles dão uma demonstração cabal, são um retrato vivo e muito colorido do comportamento dessas figuras que ocupam hoje o espaço maior, reservado aos comentaristas políticos neste País, mas que, nos seus gabinetes, tendo sob o seu comando a administração de Unidades importantes da Federação, como é o caso do meu Estado, a Bahia, agem desta maneira. Gostaria que não aparecesse, amanhã, um desmentido formal do Sr. Antônio Carlos Magalhães: "não é verdadeira a denúncia do Deputado". É importante que se pesquise dentro dos órgãos da Prefeitura de Salvador, porque lá está um parecer do representante do IPHAN na Bahia, contrário à edificação de blocos de apartamentos com mais de três andares junto a aqueles monumentos tombados, que são, na verdade, a memória da Nação. Basta dizer aos Senhores que a Igreja da Graça é nada mais nada menos do que o mais antigo monumento religioso do País, a primeira igreja construída no

Brasil. Ora vejamos: de um lado, o Banco Econômico, o poderoso grupo econômico chefiado pelo Ministro da Indústria e do Comércio, que é um dos seus proprietários, o seu principal acionista; de outro, agora a imobiliária Santa Helena, de propriedade do Sr. Antônio Carlos Magalhães. Pois bem, os dois vão construir blocos de 18 andares, matando a paisagem do Largo da Graça, matando a imagem do passado deste País, escondendo a Igreja da Graça debaixo dos seus arranha-céus, de seus "espigões". Diga-se de passagem que, por ironia, um jornal baiano noticiou esses fatos em entrevista que demos há pouco tempo em nosso Estado, mas, em seguida, o chamado hoje "Vice-Rei do Nordeste", o Sr. Antônio Carlos Magalhães, teria chamado os responsáveis pelo jornal ao seu gabinete, impedindo-os de veicular qualquer notícia dessa natureza no Estado, sob pena de os jornais não receberem mais publicidade oficial. Srs. Deputados, se é grave a situação da classe trabalhadora neste País — quem pode negá-lo? — é em razão do comportamento dos governantes, é em razão do comportamento daqueles que são escolhidos para gerir os interesses do povo por este País afora, porque eles se valem dos recursos do BNH para financiar não apenas apartamentos luxuosos, mas também construções que, além de causarem prejuízo à bolsa do povo, porque são casas de ricos financiadas com o dinheiro do trabalhador, apagam a memória nacional, não respeitam o patrimônio cultural deste País. Vale dizer que a ganância imobiliária, o apego ao lucro, o comportamento dessa gente está acima, hoje, da nossa cultura, da preservação do nosso patrimônio. É preciso, portanto, que vezes se levantem contra isso, que haja denúncias. Não podemos medir no tempo quanto vai durar ainda esse período de desmandos no País, mas é fundamental que pelo menos denunciemos para que esses governantes tenham um mínimo de escrúpulo e, ainda que façam fortunas à custa do poder, à custa do dinheiro público, ainda que venham a gerir mal, como têm gerido, os interesses do povo, pelo menos preservem o mínimo da memória nacional, para que a posteridade possa saber o que o passado fez efetivamente neste País, o que, na verdade, foi construído por todos, de Pedro Álvares Cabral até João Goulart, porque costumam dizer os poderosos de hoje que o Brasil surgiu em 1964, o que não apoiamos, embora não possamos negar que pelo menos o Brasil corrupto, o Brasil violentamente corrupto nasceu efetivamente após o golpe de 64.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. VILELA DE MAGALHÃES (ARENA — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, amanhã deverá deixar o Governo do Estado do Paraná o Sr. Jaime Canet Júnior, e achamos importante que esta Casa, que atualmente fala quase que exclusivamente em termos políticos, aprecie também a ação daqueles que, no interior do Brasil, procuram trabalhar para o bem-estar da nossa população. A propósito da administração do Sr. Jaime Canet Júnior, tenho em mãos um artigo do jornalista Hélio Fernandes, publicado ontem na "Tribuna da Imprensa", que diz o seguinte:

"No momento em que está deixando o governo do Paraná, o Sr. Jaime Canet merece um título e uma referência elogiosa, de quem jamais o viu, de quem não o conhece, de quem nunca falou com ele, em suma, deste repórter. E a classificação e a referência são estas: Jaime Canet foi o melhor dos governadores indiretos, foi o mais digno, foi o mais correto e o de melhor desempenho humano e administrativo.

Voltado para a realização, preocupado em administrar e em sentir as necessidades do seu povo, o empresário Jaime Canet sai do governo engrandecido, aplaudido, podendo andar na rua de peito aberto e de cabeça erguida, pois quem cumpre o seu dever não teme coisa alguma, e muito menos o povo que sabe avaliar e recompensar com o que tem de mais precioso, que é o carinho e a manifestação pessoal.

Jaime Canet foi de longe o melhor governador de Estado desta última safra de indiretos e, por causa disso, sai com a satisfação do dever cumprido, sem sofreguidão de ir buscar posições mais altas no plano federal ou no próprio plano estadual, deixa o governo apenas com um propósito: voltar à sua vida normal e se preparar para disputar o governo do Paraná em 1982, agora em eleições diretas, testando o seu prestígio e a força da sua realização junto ao próprio povo que ele serviu apaixonadamente. Fora disso, Jaime Canet não quer mais nada, não pediu nada, não disputou nada. Ficou tranquilo no seu cargo até o último dia, sem participar do entrevisto espantoso que foi (e é sempre) a formação de um novo governo."

Não poderíamos deixar de registrar, Srs. Deputados, o desempenho de Canet Júnior à frente do Governo do Estado. Citarei aqui alguns dados que chegam até a causar admiração em termos de realizações.

Em 1975, quando assumiu o Governo do Estado, a rede de estradas pavimentadas no Paraná era de 3.146 quilômetros, dos

quais 1.021 de rodovias estaduais. Menos de 4% das estradas eram pavimentadas e só 93 dos 288 municípios tinham acesso por estrada asfaltada.

As exigências de mais transporte decorriam principalmente do crescimento da produção agrícola que se elevou de 11 milhões de toneladas, em 1965, para 16 milhões, em 1974, considerando apenas os 12 principais produtos.

De março de 1975 a março de 1979 fizemos 4.116 quilômetros de rodovias pavimentadas, já entregues aos usuários, inclusive 191,8 quilômetros de rodovias federais construídas pelo DER. Outros 1.293,5 quilômetros não concluídos até esta data vão ser liberados ao tráfego nos próximos 18 meses.

Vejam V. Ex.^{as} mais um dado importante: contra os 93 municípios servidos pelo asfalto de 1974, temos hoje 238. Mais 22 ligações ficarão prontas nos próximos meses, totalizando 260 municípios que se beneficiam da malha de estradas pavimentadas, dentre os 290 existentes no Paraná. Portanto, apenas 24 municípios não estarão servidos por rodovias pavimentadas.

Este trabalho de pavimentação de rodovias merece ser visto pelos outros Estados. Este é o maior programa rodoviário da história do Brasil, pois não buscou apenas as cidades, os grandes centros. A economia paranaense e a grande parte da economia dos Estados brasileiros agrícolas não basta a execução das linhas-troncos. Um exemplo: a Ferrovia do Aço por si só desempenhará a tarefa de escoar o produto. No Paraná, é preciso buscar a produção palmo a palmo em todos os cantos do Estado. Foi implantada uma rede de rodovias pavimentadas alimentadoras vicinais que chega até o campo. Hoje, o agricultor paranaense não precisa preocupar-se com o escoamento de safra. Li nos jornais, há dias, que Goiás deverá aumentar assustadoramente a sua produção e não terá como escoá-la por falta do meio rodoviário imprescindível. No Paraná foi desenvolvido um programa de rodovias alimentadoras com novos métodos de pavimentação, com metodologia nacional, com técnicos brasileiros, procurando abandonar os métodos tradicionais, que visavam somente às obras sumtuosas, às rodovias-troncos, aos grandes trevos, monumentais à vista de turistas mas que o homem do campo normalmente marginalizado, estava cansado e quase desistindo de permanecer junto aos núcleos menores do Estado. Além de permitir o escoamento da produção de todos os municípios do Estado do Paraná, esta rede pavimentada ainda tem o grande mérito de fixar o homem no interior, evitando o seu êxodo para os centros, para formação das megalópoles.

A extraordinária tarefa do Governador Canet Júnior — diga-se de passagem, não temos procuração para tecer qualquer comentário sobre a sua atuação, mas é de justiça fazer esta preleção — mereceu o reconhecimento da própria oposição do Paraná.

Em 15 de março de 1975, apenas 6 aeroportos eram pavimentados, dos quais grande parte era construída pelo Governo Federal. Hoje, temos 22 aeroportos pavimentados, isto é, foram construídos mais 16.

O consumo de energia elétrica individual cresceu à razão de 16% ao ano. O número de ligações industriais, comerciais e residenciais elevou-se de 576 mil, em 1974, para 850 mil, em 1978.

Foram integrados ao sistema de distribuição de energia, entre 1974 e 1978, 139 distritos e povoados. Isso eleva para 843 o total de comunidades servidas com eletricidade.

A eletricidade está chegando ao campo, onde foi construída uma rede de 4.400 quilômetros e foram ligadas 20.722 propriedades rurais ao sistema existente.

Com a entrada em operação da Usina de Foz do Areia, o Paraná deixará de comprar energia para abastecer suas cidades e áreas rurais. O início da operação está previsto para o segundo semestre do próximo ano, quando começará a fornecer 1.255 MW.

Se, no início de 1975, apenas 44 cidades eram beneficiadas pelo sistema de Discagem Direta à Distância, agora 139 cidades estão integradas ao DDD.

O aumento do número de terminais foi grande: de 75.745, em 1975, para 230.178, em 1979.

Foram ainda implantadas redes de microondas de 1.800 canais nos trechos de Foz do Iguaçu—Cascavel—Curitiba e Maringá—Londrina—Santo Antônio da Platina.

A Companhia Paranaense de Silos e Armazéns teve a capacidade de armazenagem ampliada de 186 mil para 440 mil toneladas.

Isto ocorreu em todos os setores, mas muito particularmente na educação, onde, de 1975 para cá, o Estado, com apoio do FAS, construiu 1.600 prédios escolares.

Eles representam 6.106 novas salas de aula e vagas para 600 mil alunos.

Para o atendimento de crianças excepcionais foram treinados 1.109 professores.

Para fomento do esporte foram construídas 340 canchas de esportes em 274 municípios.

No setor de saúde pública foram construídas 87 obras totalizando uma área de 29.853 metros quadrados.

O número de unidades sanitárias cresceu de 280, em 1974, para 455, em 1978 — um acréscimo de 63%.

Um grande esforço do Governo foi dirigido para o programa de saneamento básico.

Em 1975, a rede de água atendia 1.055.720 habitantes em 209 localidades, sendo 87 operadas pela SANEPAR. Hoje, 2.379.050 paranaenses servem-se de água em 242 sedes municipais (e 27 distritos). Destes, 155 sistemas são atendidos pelo Governo.

A rede de distribuição de água tratada tinha 3.500 quilômetros em 1975. Hoje tem uma extensão de 9.244 quilômetros, o que representa um acréscimo de 164%.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupamos, pois, esta tribuna para fazer justiça a um homem que se preocupou única e exclusivamente com o bem-estar do seu povo. Pouco tempo tinha para frequentar Brasília, para vir até aqui decidir em termos de política nacional, porque se dedicava exclusivamente ao seu trabalho.

No jornal *Tribuna da Imprensa*, edição de ontem, o jornalista Hélio Fernandes publicou um artigo em que considera Canet Júnior o melhor dos Governadores do Brasil, em termos de trabalho. De acordo com uma pesquisa efetuada em âmbito nacional, há poucos meses, 87% da opinião pública considera Canet Júnior um bom ou um ótimo Governador. Queremos, pois, ressaltar a admirável administração de S. Ex.^a, exemplo para tantos que desejam bem a esta Nação.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Vilela de Magalhães, o Sr. Homero Santos, 1º-Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Epitácio Cafeteira, 2º-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Epitácio Cafeteira) — Tem a palavra o Sr. Audálio Dantas.

O SR. AUDÁLIO DANTAS (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, considero meu dever trazer ao conhecimento desta Casa fato da mais absoluta gravidade.

Neste momento, 16 presos políticos de São Paulo encontram-se em greve de fome.

Motiva essa atitude a suspensão, pelos Srs. Juizes Auditores, das visitas de quaisquer pessoas que não sejam parentes consanguíneos ou cônjuges. Além disso, as visitas só podem ser feitas mediante prévia solicitação, que, evidentemente, pode ser negada.

Há 96 horas, dezesseis seres humanos não se alimentam, numa atitude extrema que coloca em risco as suas vidas. Em face da gravidade da situação, uma comissão de Parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro, atendendo à solicitação do Comitê Brasileiro pela Anistia/São Paulo, integrado por cinco Parlamentares, entre os quais o Deputado Alberto Goldman, Vice-Lider do MDB nesta Casa, e este Deputado, tentou mediação junto aos Srs. Juizes Auditores da 2.^a Circunscrição Judiciária Militar.

Apesar de sua intransigência em não atender às reivindicações dos presos sob sua responsabilidade, o Juiz Auditor da 1.^a Auditoria, Dr. José Paulo Paiva, atendeu à petição dos Parlamentares, autorizando-os a visitar quatro dos presos.

O mesmo não aconteceu com o Sr. Auditor da 2.^a Auditoria, Dr. Nelson da Silva Machado Guimarães, que despachou negando autorização para a visita, afirmando, entre outras coisas, não poder reconhecer nos membros da comissão a condição de mediadores.

Considera S. Ex.^a que a mediação, no caso, seria a interferência de um Poder — o Legislativo — em questão afeta exclusivamente ao Judiciário.

Com todo o respeito que devotamos à Justiça e pela convicção que temos de que os poderes da República devem cada vez mais afirmar-se em suas prerrogativas, consideramos que nossa missão era unicamente a de encontrar solução para uma situação de extrema gravidade, como se caracteriza uma greve de fome.

Considera ainda S. Ex.^a, em seu despacho, que as visitas autorizadas são exclusivamente aquelas que se enquadram no regulamento carcerário.

O fato, Sr. Presidente e Srs. Deputados — é isto que os presos políticos reclamam — é que as visitas de não-parentes vinham sendo permitidas há cerca de 7 anos, tornando-se, portanto,

uma praxe, que, agora rompida, retira-lhes o que se pode considerar um direito adquirido.

Refere-se ainda o Sr. Juiz Auditor da 2.^a Auditoria ao fato de que, em função da liberalidade anterior, comissões e grupos representativos de diversos setores da sociedade faziam visitas que ele considera afrontosas ao Judiciário, "indo prestar solidariedade política, com vasta exploração publicitária, aos autores de verdadeiros crimes, e não de delitos de opinião; na verdade, estão a fazer, indiretamente, apologia do crime e dos seus autores, o que também é crime".

Considero, Sr. Presidente, que tal colocação pode dar margem a uma interpretação errônea, ou seja, que a comissão de Parlamentares estaria, ao pretender visitar presos políticos, fazendo "apologia do crime".

Neste momento em que se anuncia com tanta insistência a existência de um clima de abertura política, é de se estranhar que se criem situações que só podem levar à intolerância e à radicalização.

Acima de tudo, Sr. Presidente, creio deva estar a vida de 16 seres humanos em greve de fome.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Audálio Dantas, o Sr. Epitácio Cafeteira, 2º-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Daso Coimbra, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Daso Coimbra) — Tem a palavra o Sr. Anísio de Sousa.

O SR. ANÍSIO DE SOUZA (ARENA — GO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, meu particular amigo, nobre Deputado Daso Coimbra, há dias que vimos desejando uma oportunidade para nos dirigir a este Plenário e ao nosso povo.

Gostaria que, no desenrolar de nossas asseverações, pudéssemos aparteados ser. Entretanto, o Regimento Interno não o permite. Sentir-nos-íamos satisfeitos, na vez primeira em que aqui passamos, se recebéssemos apartes ao contradição do desfecho de um discurso proferido pelo nobre Deputado Elquisson Soares. Em sua peroração, feita em expediente em que não são permitidos apartes, registrou S. Ex.^a nos Anais desta Casa a acusação de que ocorreu em março de 1964 o nascedouro da corrupção neste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é da filosofia e da cumeleira da História Universal que enquanto o homem for homem e o mundo for mundo corrupção haverá. Se corrupções existem a partir de 1964 para cá, corrupções localizadas ou não, sempre denunciadas, nem sempre provadas, corrupções sempre existiram através da História, mas em doses mínimas. Porém, foi necessário que uma revolução se fizesse exatamente para coibir a corrupção que antes de 1964 campeava neste País. Não somente a corrupção, mas paralelamente a ela também a subversão, o caos e a baderna.

O nobre Deputado pela Bahia, dotado de inteligência rara, embora possuindo princípios de igualdade, fraternidade e liberdade, cometeu uma injustiça na véspera da solenidade de posse, que se fará realizar neste plenário — o que há de mais puro, de mais santo, de mais sagrado, nesta Nação — do nosso futuro Presidente João Baptista Figueiredo, sucessor do grande e inolvidável Presidente Ernesto Geisel (palmas), o Presidente da liberdade, o Presidente da igualdade, o Presidente da fraternidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta tarde, estou sendo prestigiado pelo nosso grande Líder Cantídio Sampaio e pelos Deputados Genésio de Barros, da bancada goiana, e Hugo Mardini, do Rio Grande do Sul. Assistem-nos S. Ex.^{as} na certeza de que este País hoje goza de normalidade democrática, visto que Parlamentares do MDB podem dizer livremente até que ditadura neste País existe. Isso se dá porque tolerância está havendo tanto aqui dentro quanto lá fora.

Sr. Presidente, os abusos da Oposição já estão chegando a ponto de preocupar todas as forças vivas nacionais. Não só os homens de imprensa, não só as classes produtoras, não só os sindicatos, não só os estudantes, mas também a classe política por inteiro já está assustada, porque não é somente a ARENA a responsável pela conduta deste País à normalidade democrática. (Muito bem! Palmas.)

O MDB, Sr. Presidente, é um filho ingrato desta Nação (Muito bem! Palmas) pois, qual a ARENA, foi criado pela Revolução, na gestão do ilustre Presidente Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Nos dias difíceis da História desta Nação, a ARENA, neste plenário, na imprensa, nas ruas, trabalha para garantir o progresso e a estabilidade do processo revolucionário, enquanto o MDB nos insulta. O MDB nos insulta, nos encurrala e "faz média" com o eleitorado, com o estudante, com o sindicato, com os trabalhadores e com a imprensa. Dizem que os nossos votos são oriundos de irresponsáveis, da preguiça e da corrupção. Não, Sr.

Presidente; não. Srs. Deputados. Os nossos votos têm a mesma origem que os das oposições. O nosso voto tem o mesmo valor — como bem o disse o nosso nobre Líder Cantídio Sampaio — e a mesma soberania popular.

Nobres colegas, temos sofrido pichações. Temos sido agredidos. E, até por estratégia, não recuamos. Esperamos, apenas, o momento oportuno para agradecer o Presidente Geisel, ao Presidente Figueiredo e aos poderes constituídos o oferecimento da abertura.

Mas o que quer a Oposição é "fazer média" a nossa custa. Não fomos nós que provocamos o surgimento dos atos institucionais. Eles vieram não por culpa nossa, mas alheios à nossa vontade também. Sentimos muito quando os cataclismos sobrepujaram sentimentos de família, da Pátria e de todos nós. Nós não somos culpados. Porém, na hora da queda do AI-5, somente a ARENA ficou neste plenário. O MDB se pôs na corrida chamada "cívica", corrida que a História há de registrar, para vergonha daqueles que seguem a Oposição.

Atos assim, nobres colegas, não engrandecem ninguém. É uma tristeza para a Nação sentir-se acuada no momento de abertura, de pujança, de crença, quando a honestidade dos homens puros é denegrida, daquela tribuna, pelos nossos adversários, como se não tivéssemos responsabilidade.

Ora, já apelidaram nossos Governadores, uns de vice-reis, outros de nem reis nem vices, outros que nem acontecem nem existem.

Mas a verdade é que este País sofreu uma queima de etapas na sua História. Quem conhece filosofia ou sociologia, quem gosta de medir a sociedade na sua temporalidade sociométrica, poderá verificar que, desde o descobrimento até 1964, o Brasil realmente progrediu, evoluiu. De 1964 para cá, muitas coisas boas, grandiosas, honrosas ocorreram, pois dignificam um povo, enaltecem uma nação e nomeiam um continente: dão ao Atlântico o direito de ter suas águas mais limpidas, e ao Pacífico o direito de chegar até os Andes, exatamente porque temos o direito de ser brasileiros admirados e respeitados.

Ora, Sr. Presidente, é com a prática, com o estudo, com a paciência, com o respeito, com a tolerância que podemos atingir o degrau da forma, da reforma e, acima de tudo, do espírito do homem. O que não é possível é agredir o homem materialmente.

A abertura dada por Geisel, e aconselhada por Figueiredo, permitida e trabalhada pela nobre Liderança do meu partido, abertura que veio, talvez, com o sacrifício de muitos companheiros nossos, já começa a ser balanceada pelo movimento dos sindicatos e pelas agitações sociais. No Rio, na Bahia, em Brasília, em Goiânia, enfim, no Brasil inteiro, as agitações já começam. Agora mesmo, em São Paulo — o orador que nos antecedeu afirmou isto — dezesseis presos estão querendo imitar Ghandi, passando fome e sede. Ouvi de um amigo meu a afirmativa de que quem se propõe a sofrer fome e a passar sede na realidade tem muitas calorias no seu corpo. Deve estar gordo, por ter-se alimentado demais. Esses presos, ao receberem a visita do Arcebispo de São Paulo, fizeram-lhe a seguinte reclamação: "Não, Excelência, o nosso protesto é simples" — e está aqui publicado em jornal de hoje —; "eles não estão permitindo que recebamos mais os nossos amigos".

Por ironia, já se faz greve até porque não se recebe amigos. Se já não se recebem mais os amigos, fazem-se protestos e greve. E tudo isso ocorre exatamente num momento delicado, numa hora de seriedade, em que cada cidadão deve estar cômico de sua responsabilidade e conscientizado de seu papel.

Sérios somos todos, porque aqui nos encontramos. Com um mínimo de inteligência, supomo-nos preparados para o trabalho da Pátria, para a grandeza do templo de Rui, para a maravilhosidade dos templos de Nabuco, para a beleza dos templos de José de Alencar, para a beleza deste ambiente de Patrocínio, para a beleza deste mesmo ambiente que recebeu D. Pedro II, para este ambiente que ouviu falar de Tiradentes, para este ambiente que ouviu falar de Spartacus. Entretanto, este mesmo ambiente que já ouviu tantas verdades está se cansando de ouvir tantas mentiras e tantos insultos.

É preciso que haja um diálogo mais de prece e que a convulsão social não seja tangida por homens que ganham da Pátria para incitá-la. A segurança de uma nação não depende só das Forças Armadas, mas dos homens sérios desta Pátria.

É preciso que nos conscientizemos de que, se existe fome, existe plano de governo para a produção. Mas é preciso incentivar o trabalho.

Realmente, é necessário que Governo e Oposição deem as mãos, sem ataques repentinos ou insultos.

O que está faltando neste País, realmente, é um pouco mais de crença, de esperança e de fé no trabalho. Mas Governo sério e honrado nós temos. O Presidente Geisel deixará a Presidência

da República amanhã, no momento exato de passar o Governo ao eminente Presidente eleito João Baptista Figueiredo.

A Nação teve à frente do Governo um homem sério. (Palmas.)

O SR. NIVALDO KRUGER (MDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, era minha intenção assomar a esta tribuna para fazer algumas colocações, a bem da verdade, a respeito do pronunciamento feito pelo Deputado Vilela de Magalhães sobre o quadro paradisíaco por ele pintado no Estado do Paraná. Farei essa apreciação, não sem antes — uma vez que não me foi possível apartear o orador que se encontrava naquela tribuna, falando pela Aliança Renovadora Nacional — chamar a atenção desta Casa para a responsabilidade que S. Ex.^a quer imputar à Oposição pela situação em que se encontra o País, o que nenhum homem de bem, nenhum homem de responsabilidade pode aceitar.

Não foi o MDB que ditou, no País, a política salarial que levou os operários brasileiros à miséria; não foi o MDB que ditou, no País, a falência da pequena e da média empresa brasileira, por um modelo adotado que levou à desnacionalização da empresa nacional e à falência a pequena e média empresas, ocasionando o mais grave e o mais sério problema social; não foi o MDB que gerou, no bojo da Nação, a deficiência social, alimentar, educacional, material, de 12 milhões dos 23 milhões de jovens brasileiros. Foi o modelo econômico adotado pelo Governo que S. Ex.^a nesse instante elogia, saudá e bajula. Não, Sr. Deputado, não foi o MDB que fechou o Congresso Nacional em abril, não foi o MDB que ditou o Pacote de Abril, não foi o MDB que lançou a vergonha do Senador "biónico", não é o MDB que vem nomeando governadores insensíveis à realidade dos Estados. Insensibilidade, Srs. Deputados, que faz com que se apresente à Nação uma realidade deformada, oriunda de uma concepção que não retrata o anseio do brasileiro.

Há poucos instantes ouvimos, daquela tribuna, um dos que laudam os Governadores nomeados. Era um representante do Paraná. Disse S. Ex.^a que no Paraná se fizeram tantos mil quilômetros de estradas. É verdade, foram feitos. Que lá estão sendo construídas tantas usinas. É verdade, estão sendo construídas. Porque a voz da Oposição, para ter mérito, é preciso que reconheça os pontos positivos. Palmas. Mas S. Ex.^a omite a grande realidade. E eu o compreendo, porque é uma questão de concepção, a concepção dos homens do poder, das realizações materiais, suntuosas e grandiosas, onde se gasta, de forma esbanjadora, o dinheiro suado vindo do esforço da Nação brasileira. Mas isto não me satisfaz. Por que, senhores? Porque no Paraná, onde tantas e tão grandiosas obras foram anunciadas e realizadas, o homem — objetivo maior de qualquer Governo que se preze e entenda a Nação — na região sul do Estado tem renda per capita inferior à renda média nacional. Então, o Governo do Paraná, por maiores obras que tenha realizado, fracassou redondamente, porque não atendeu ao homem que vive ali, no solo daquela região tão fértil.

Fracassou e fracassa redondamente o Governo que apresenta aos olhos da Nação grandiosas obras, grandiosas estruturas de cimento sobre as quais passam os carros de uma minoria insignificante que detém riqueza neste País. Mas o grande povo, a grande massa operária, a classe média, assiste à margem esse carnaval de gastos e de despesas. Assim, no Paraná, o paraíso tem outras cores.

O Paraná, por exemplo, é constituído de 300 Municípios. Entretanto, 95% dos recursos do IPTU foram aplicados exclusivamente em Curitiba, num ato de injustiça oriundo do planejamento do Estado. E isto vem ocorrendo em todos os Estados brasileiros. Grande parte dos recursos do povo se destina exclusivamente a beneficiar os moradores, os usuários das grandes Capitais. Dai por que o interior se estiola, enfraquece. Dai por que a região de onde provém a riqueza para custear a economia estadual padece horrores, na deficiência das obras fundamentais, tão fundamentais quanto a segurança, por exemplo, que no Estado do Paraná é um fracasso total.

Esqueceu S. Ex.^a de lembrar outro aspecto profundamente importante: enquanto se fabricou essa estrutura material, opressora até, o homem paranaense, em mais de um milhão, se coloca na posição da indigência, constituindo um imenso contingente de bóias-frias. Seria justo que enaltecêssemos as obras materiais e esquecêssemos o homem? Enaltecem os grandes projetos materiais aqueles que falam pelo partido da Situação e acusam o MDB por falar sobre os problemas do homem, do povo. Seria isto demagogia? Não. Isto é atentar para a realidade nacional. Isto é levantar o problema, para que a Nação não se omita ante um fato social terrível. De que adiantam viadutos belíssimos? Há os olhos que ficarão vespigos; há o gosto que se deturpou de ver a fria matéria amontoadá, pedra sobre pedra, satisfazendo-se com as cifras apresentadas dos gastos públicos. Não. Nós olhamos para o povo, para as favelas das cidades, para aqueles que foram marginalizados por um processo de concentração de riqueza, milhares e milhares. São famílias providas do campo, por lá não terem mais condições, uma vez que a concepção de vida agrária é toda fun-

dada na empresa, mas não no apoio à vida do pequeno proprietário, que vem para a cidade constituir um marginal, com todas as consequências deste terrível gigantismo dos grandes centros urbanos, tão incentivado por uma política de concentração de renda, que o MDB combate.

No meu Estado, o Paraná, tão altamente elogiado há poucos instantes por suas obras materiais, saibam V. Ex.^{as} e a Nação que em 1977 faliram 350 empresas. E em 1978? Setecentas e cinquenta empresas. Então, os efeitos sociais do Governo foram negativos e não nos podemos deixar iludir com um rótulo que apresenta uma situação completamente irreal. Não discutimos os pontos aqui colocados como enaltecimentos. Foram eles realizados. O discutível é a conceituação.

Vejam V. Ex.^{as} que, enquanto levantaram toneladas e toneladas de ferro e cimento, o que foi feito com a saúde do Paraná? Quantas cidades foram saneadas? Quantas obras de esgoto? Uma ou duas apenas, num fracasso total da política de saneamento do Estado. E haverá algo mais importante do que a saúde de um povo? Haverá algo mais importante para um programa de governo do que preparar a infra-estrutura que dá condições de vida, de saúde e de bem-estar a uma cidade?

E a educação? Milhares de crianças dispõem de salas de aula, como aqui foi dito, mas não dispõem de aulas, pelo fato de os professores não se sujeitarem ao regime de seus vencimentos, inferiores aos que são pagos às domésticas e aos trabalhadores manuais. Ai está uma contestação, pautada na realidade e feita, com sinceridade, por um brasileiro que vive no Paraná, que não aceita essa conceituação de Governo, partindo de obras materiais e esquecendo-se do homem.

A Igreja do Paraná, reunida há poucos dias, ao analisar a situação do Estado, declarava à imprensa estadual que o salário médio do paranaense deveria ser, hoje, 5 mil e 500 cruzeiros e que, no entanto, o seu ganho médio é inferior ao salário mínimo, levando-o à condição por mim denunciada no início do meu pronunciamento. Isso fez com que no Paraná, Estado conhecido como o mais fértil desta Nação, cuja agricultura contribui com 20% para a renda nacional, nas exportações, enquanto a de todo o Brasil, com 80%, ali, exatamente ali, o nível médio de renda fosse inferior à média nacional e à da Região Sul do Brasil. Por quê? Porque o Governo do meu Estado se esqueceu de promover o homem, de prepará-lo.

No interior, os pólos de desenvolvimento foram esquecidos. Toda a riqueza foi concentrada na cidade de Curitiba. O desenvolvimento estadual, que poderia ser diversificado, foi centralizado, injustamente, na Capital do Estado, enquanto os Municípios que para isso contribuem, dilapidam a sua economia e vêem evadir-se a sua poupança, fazendo a pobreza do interior do Estado e a grandeza do grande centro, Curitiba.

Concluo, Sr. Presidente, com esta colocação, que reflete o conceito do MDB sobre desenvolvimento. Não vale, para nós, apresentar somente obras materiais; não vale apresentar um crescimento econômico puro e simples, com dados frios dos números ou da imobilidade da pedra, do cimento e do aço. O que vale, para nós, emedebistas, é a melhoria da qualidade de vida, principalmente da classe média, do assalariado, do homem que trabalha, do povo do interior brasileiro. (Muito bem! Palmas.)

O SR. STOESSEL DOURADO (ARENA — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eminentes Srs. Deputados, era meu propósito ocupar esta tribuna somente quando, passadas algumas sessões, pudesse, em mais alguns dias, haurir as luzes de tantos eminentes Srs. Deputados que pontificam nesta Casa. Todavia, fui instado a pedir hoje a palavra, infelizmente, para refutar, a última hora, acusações que poderia considerar levianas de um eminente Deputado do MDB que, oriundo do meu Estado e ex-colega na Assembleia Legislativa da Bahia, é sobejamente conhecido meu não só pelo brilho invulgar da sua inteligência como, sobretudo, pela sua maneira de, muitas vezes assacar contra a honra alheia, *data venia*, inverdades, sem se preocupar em comprovar os fatos nem com os malefícios que as suas declarações podem causar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de tecer as considerações que me trouxeram a tribuna, quero definir-me já que é a primeira vez que tenho a honra de fazer um pronunciamento neste Parlamento. Sou liberal democrata, como tantos o foram nesta Câmara, ou como quem mais o foi. Adepto das aberturas democráticas, do pluripartidarismo (Muito bem! Palmas), adepto, portanto, do restabelecimento pleno da democracia neste País, não posso concordar, porém em nome do mandato que honrosamente exerceo nesta Casa, com que só os eminentes Srs. Deputados do MDB sejam os donos da verdade, os arautos da defesa dos interesses nacionais. Não, Sr. Presidente. É preciso se acentuar aqui que, se patriotas são os ilustres Deputados da Oposição, também o somos nós, da ARENA, pois, tanto quanto eles, nos interessamos pelos destinos do nosso País, ciosos dos compromissos para com o povo brasileiro.

Por esta razão é que, ocupando hoje a tribuna, quero dizer que, na verdade, os preclaros representantes oposicionistas estão longe de ser os donos da verdade. E não o são, Sr. Presidente. Citarei pequenos exemplos para que V. Ex.^{as}, caros colegas, e toda a Nação, tomem conhecimento e julguem. Na Bahia, há bem pouco tempo, no transcorrer da campanha eleitoral, assistimos a uma talvez das mais proeminentes figuras do Movimento Democrático Brasileiro, Deputado Francisco Pinto, aparecer perante a opinião pública, em retratos colados nos muros — comprovação da farta propaganda que ostentou durante sua campanha política — usando boina tipo Che Guevara, barba à la Fidel Castro, túnica de Mao-Tse-Tung, como que para inculcar, na mente do eleitorado incauto e desprevenido, ser ele, Deputado Francisco Pinto, mais um messias, um desses falsos profetas que infestam o País.

Esta a realidade dos fatos Srs. Deputados. Tomei conhecimento, estarecido, de que não houve campanha eleitoral na Bahia mais ostensiva e exuberante do que a realizada pelo Movimento Democrático Brasileiro. Por exemplo, a campanha do Deputado Marcelo Cordeiro, talento exuberante que honra com a sua presença este Parlamento, foi uma das mais ostensivas e caras. E preciso dizer isso, a fim de que este Parlamento tome conhecimento. Não sei quanto S. Ex.^a gastou, quem contribuiu para a sua campanha, nem quais as tipografias que se puseram a serviço do brilhante candidato. O certo, porém, é que nenhum candidato da ARENA ostentou igual propaganda. Esta verdade precisava chegar ao conhecimento desta Casa, para que fique claro que nem sempre eles são os donos da verdade e para refutar, como o faço agora, as assacadihas do Deputado Elquisson Soares.

S. Ex.^a afirmou ser a Construtora Santa Helena propriedade do Governador Antônio Carlos Magalhães. Quero dizer a V. Ex.^{as}, que o nobre Deputado incorreu num lamentável equivoco. O Governador Antônio Carlos Magalhães não faz parte dessa empresa. Na verdade, quem dela faz parte é seu filho, Luis Eduardo Magalhães; e o Sr. Félix Mendonça, o outro sócio da Construtora Santa Helena, é pessoa da melhor estirpe moral, empresário que desfruta do maior conceito na Bahia. Será que construir prédios ou edifícios de apartamentos pode ser considerado como ato de corrupção?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos em pleno regime de abertura. Portanto, cabe a cada um dos Parlamentares nesta Casa, qualquer que seja sua agremiação partidária, qualquer que seja a corrente filosófica ou ideológica que defenda, construir para facilitar essa abertura política. No entanto, o que eminentes próceres do MDB entendem por abertura é a possibilidade de assomarem a esta tribuna — que, *data venia*, sob certos aspectos, deveria ser mais preservada — para assacar contra a honra alheia.

O Deputado Elquisson Soares referiu-se a eminentes homens públicos, sobretudo ao futuro Governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, afirmando que S. Ex.^a integrava uma empresa — na verdade, não a integra. Portanto, toda a sua acusação se fundou apenas na sua imaginação fértil, não devendo merecer o acatamento e a consideração dos eminentes Srs. Deputados. Mas esta Casa já deve estar acostumada a este tipo de oposição. Há bem pouco tempo assistíamos ao Deputado Francisco Pinto investir contra a dignidade e a honra de um futuro Ministro de Estado, o ex-Embaixador do Brasil na França. No entanto, quando instado a confirmar o fato que publicamente havia divulgado, não teve ele condições de sequer declinar o número da conta bancária onde escandalosamente afirmara estarem sendo depositados os recursos da corrupção. Fatos como este servem para descredenciar o mandato parlamentar.

Sr. Presidente, ao refutar as declarações do eminente Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro, longe de mim querer traçar os rumos que devem ser seguidos pela ilustre Oposição. Sei dos valores que pontificam na sua grei, sei das lúcidas inteligências que abriga. Apenas o que modestamente gostaria de dizer neste instante a S. Ex.^{as} é que utilizem o brilho de suas inteligências para favorecer a abertura democrática que desponha, para ajudar a quantos democratas existam nesta Casa a elaborar, todos juntos, um novo modelo brasileiro, fundado nos postulados democráticos que todos almejamos. Não seja a honra alheia repasto de quem quer que seja; não sirva a dignidade alheia de instrumento para se buscar a popularidade. Não, Srs. Deputados, não seja esse o caminho. Esta é uma Casa a que todos nós nos devemos honrar de pertencer, ciosos das responsabilidades de cada qual para com o futuro deste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não me devo alongar a respeito do tema. O Governador Antônio Carlos Magalhães não pertence à empresa a que se referiu o Deputado Elquisson Soares. É, portanto, infundada a sua acusação; é, portanto, leviana a assacadiha. No mais, temos a honra de participar do Congresso Nacional, que, muito embora não se nos afigure como o Congresso da contestação, também não será o Congresso do amém.

Parabenizo os Srs. Deputados da Oposição pela sua tarefa fiscalizadora e patriótica, mas faço um apelo a S. Exas.: facilitem, com o culto à verdade, com o respeito à honra alheia, o trabalho da abertura democrática neste País. (Palmas.)

O SR. MARCELO CORDEIRO (MDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre cada um dos discursos pronunciados pelos Deputados da ARENA que nos antecederam podíamos aqui fazer uma análise que nos permitisse estabelecer a seriedade dos debates, a coerência das idéias e a lucidez dos espíritos. (Muito bem!) Contudo, julgo-me obrigado não a responder propriamente, mas a comentar algumas das afirmações do ilustre Deputado Stoessel Dourado.

O nobre Deputado Elquisson Soares, Vice-Líder do nosso Partido, assomou à tribuna para fazer uma das mais graves e sérias denúncias que já tivemos oportunidade de ouvir nesta Legislatura ainda iniciante. Aqui foi dito, em numerosas oportunidades, por Líderes, Vice-Líderes e Deputados da ARENA, que o MDB se acostumou a denunciar sem os fatos, que o MDB se acostumou a dizer coisas que não podia comprovar.

O Deputado Elquisson Soares veio à tribuna, apresentou fatos. Coube ao Deputado Stoessel Dourado confirmá-los. Comprovou-os quando disse que o proprietário da empresa Santa Helena é filho do Governador Antônio Carlos Magalhães — filho pródigo, dos mais aquinhoados, pois de sua prole foi o escolhido para receber 126 mil votos da imposição, do arbitrio, do medo, da intolerância e da prepotência emanada das eleições indiretas; sete mil votos da capital, onde se diz ser o Governador nomeado uma liderança efetiva; cento e vinte mil e tantos no interior — um interior desprotegido, aviltado, amedrontado, do homem rude, pobre, miserável e faminto, que recebeu sobre as suas costas, vergadas pela fome, o tácio das imposições, da tortura mental e política, que vem sendo a grande ameaça em nosso Estado, entronizados na figura do Governador nomeado: ou vota, ou o Município — dependente, carente — não receberá as obrigações do Estado; ou vota, ou a fiscalização tributária colocará na falência os comerciantes; ou vota, ou se submete, ou se agacha, ou o Governo do Estado lançará sobre o povo das cidades desprotegidas do interior a sua ira terrível de duende do mal. E, assim, Sr. Presidente, o filho pródigo, Deputado Estadual, testa-de-ferro de uma empresa imobiliária. Mas vou completar as denúncias do Deputado Elquisson Soares: o Sr. Antônio Carlos Magalhães foi Prefeito de Salvador, e, como costuma agir, fez o seu sucessor à sua imagem e semelhança, fê-lo a sua continuação e, principalmente, o seu anteparo, porque a Oposição, oprimida, não podia, evidentemente, naquele momento — há cerca de oito anos — fazer as denúncias das suas mazelas à frente da Prefeitura de Salvador. Somente após o último pleito, de 1976, quando a Oposição foi vitoriosa em Salvador, fomos revisar a atuação daquele Prefeito. E pasmem, Srs. Deputados: Salvador era a cidade que mais possuía terras públicas e bens dominiais, por força mesmo do sistema colonial, de terras de sesmarias privadas, doadas aos donatários da Capitania da Bahia de todos os Santos pela Coroa portuguesa. Encarregaram-se o alcaide e seu sucessor de doar 60% das terras públicas do município, com a finalidade exclusiva de, retirando do município suas terras públicas, impedir que tivesse a municipalidade força para executar uma política contra a especulação imobiliária e que o município tivesse autonomia suficiente para conduzir a expansão imobiliária, dessa forma assegurando os interesses privados da devastadora especulação imobiliária, cúmplice e parceira do Sistema Financeiro de Habitação; para devastar a cidade, destruir seu patrimônio ecológico, ameaçar seu patrimônio histórico e, finalmente, permitir que Salvador se tornasse o que é hoje: uma cidade onde proliferam as invasões, onde se multiplicam a miséria, as populações subnormais.

Assistimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por força dessa política nefasta, a nossa cidade se transformar num centro urbano inchado de pobres e miseráveis sem habitação, sem saúde, sem forma alguma de assegurar-lhes a sobrevivência, limite extremo do ser humano. O que assistimos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nessa Bahia desamparada, nessa pobre e triste Bahia de Gregório de Matos — oh! quão dessemelhante! — são os conluios políticos para a manutenção dos privilégios e das desordens. Assistimos, há oito anos, as lideranças arenistas mais importantes — a do então interventor nomeado e a do Sr. Juracy Magalhães — digladiarem-se em vergonhoso espetáculo público, em que não faltaram, de ambos os lados, os xingamentos, os achincalhes, os desrespeitos à consciência democrática, civilizada e esclarecida do nosso Estado. Ladrão, corrupto, traficante de influências — foi esta a terminologia e a retórica que colocou, de um lado, o Sr. Antônio Carlos Magalhães e, do outro, o Sr. Juracy Magalhães, um a acusar o outro, um a considerar o outro vinculado a interesses escusos, como textualmente está nos jornais da Bahia.

Sr. Presidente, os que se chamavam de ladrões ontem, os que ontem se acusavam de corrupção, de desmandos, de subserviência, de desatenção aos interesses do Estado e da Nação, hoje se unem,

juntam-se para repartir o poder, com as ofertas magnânimas da prodigalidade do rei" instalado no Palácio do Planalto. Graças à prodigalidade do "pacote de abril", graças ao fato de que o poder foi assaltado para que se pudessem constituir os Ali-Babá e os 40 ladrões do tesouro do povo, Sr. Presidente, é que o conluio se fez. E a isto chamaram pacificação, em que um era interventor nomeado, o outro, Vice-Governador "biónico", do grupo do Sr. Luiz Vianna, o outro, Senador "biónico", e ao mais pobre, ao mais coitado, o Sr. Lomanto Júnior, foi dado o destino terrível de enfrentar o povo. Aliás, ele não teve de enfrentar o povo. Nós, os representantes da Oposição, tivemos de fazer uma campanha eleitoral de sandálias, peregrinando contra toda a sorte de ameaças, contra os sortilégios do Governo; nós tivemos, Sr. Presidente, de enfrentar os delegados municipais e nomeações da Secretaria de Educação. Só no Município de Salvador, nos últimos 20 dias de administração do então Prefeito, foram feitas 906 nomeações. Tivemos de enfrentar a desgraça da Lei Falcão, de nos submeter a sermos igualados por baixo a todos aqueles que tinham o pleito eleitoral apenas como um jogo de pôquer, onde ganhava quem tinha na mão o cacife do dinheiro, que podia comprar os votos nos redutos eleitorais, que podia humilhar o homem do interior, necessitado e desprotegido, que podia, por força de ter o poder ou dele ser próximo, buscar na necessidade do nosso homem do campo abandonado o voto que o homem esclarecido da cidade certamente lhe negaria, como lhe negou.

Nós não podemos ser chamados de políticos ricos. Fizemos propaganda sim, Sr. Presidente, e Deus sabe o sacrifício dessa propaganda. Fizemos cartazes e os colocamos nas paredes, desafiando o Tribunal Regional Eleitoral, porque a ARENA não precisava disso: tinha os votos comprados, os votos do arbitrio e do medo. Fizemos manifestos ao nosso povo e os imprimimos para que fosse possível saltar os bloqueados caminhos de uma eleição falsificada pelo instrumento de arbitrio, que pesava sobre nossas cabeças como uma espada de Dâmocles. Nós tivemos, sim, Sr. Presidente, que amealhar recursos com os estudantes, os trabalhadores, os intelectuais, os professores, os homens libertos, os que não pode o poder corromper. Nós, sim, Sr. Presidente, tivemos que investir em nossa campanha muito menos dinheiro, mas, muito mais, a confiança abalada, porque o nosso povo não tinha mais confiança em ninguém, nem podia ter, enganado como sempre, escusado de participar da vida pública, portanto, convivendo com a mentira. Era preciso que tivéssemos meios para levar-lhe a verdade e não titubeamos em procurá-los.

Dizer-se que uma das figuras mais ilustres pela sua coragem, pela desenvoltura do seu comportamento na vida pública, pela serenidade, pela lealdade à causa do povo, como o Deputado Francisco Pinto, apresentou-se com barba de Fidel Castro, com gorro de Che Guevara, com túnica de Mao-Tsé-tung e até desconhecer a história recente do movimento comunista, pois a túnica de Mao-Tsé-tung não pode conviver com a barba de Fidel Castro quando a China está invadindo o Vietnã, com os protestos de Cuba. Fazer esta afirmativa é desconhecer as divergências internacionais.

Na verdade, Sr. Presidente, ali estava a barba de Francisco Pinto, a dele, a que todo ser humano tem direito a ter e que os bancos da tortura certamente ansiavam arrancar, como arrancaram unhas, como deram choques elétricos, como vilipendiaram a pessoa humana. Vilipendiou-se a pessoa humana também quando não se reconhece o direito que ela tem de vestir-se, de portar-se como bem lhe aprouver. Isto é o mínimo que se pode exigir da pessoa humana: o respeito à sua pessoa física, até porque esta é intransferível e imutável, a menos que na figura física se apliquem os golpes medonhos dos porões e dos subterrâneos da repressão política.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo, tal pai, tal filho. E pobre Bahia, onde será construído, Deputado Hélio Duque, da bancada do Paraná, nascido na cidade de Salvador, junto à Igreja da Graça — imagine, a Igreja de Catarina Paraguaçu, a primeira da Bahia, onde estão os restos mortais do início do Brasil — mais um espigão para satisfazer o lucro insaciável da especulação, o lucro insaciável do poder corrompido, unido, vinculado indissociavelmente a este capitalismo voraz e devastador.

Era o que tinha a dizer. (Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. FRANCISCO BENJAMIN (ARENA — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente Srs. Deputados, sem dúvida os imprevistos parlamentares nos conduzem às vezes por caminhos que não aqueles que nos havíamos traçado. Não estava, evidentemente, disposto a assomar agora à tribuna desta Casa, porque como homem que aqui chegou recentemente desejava ouvir mais os meus pares, sentir mais a opinião dos companheiros para, dentro do espírito democrático que inspira esta Casa, poder modestamente emitir a minha opinião a respeito de questões fundamentais do meu País. Mas senti-me como que convocado para falar pela Bahia, para falar por uma Bahia que despontou no cenário nacional a despeito

das controvérsias, a Bahia, Sr. Presidente que se divide na história do seu desenvolvimento em antes e depois de 1964. Refiro-me à excepcional condição que alcançou o meu Estado, a minha terra, depois da Revolução de 1964 (**muito bem! Palmas**). aquela Bahia pedinte, aquela Bahia que vivia implorando até mesmo a presença de seus homens nos postos políticos e representativos da Nação.

Aquela Bahia do Império, prestigiada, aquela Bahia da Primeira República veio a ter inspirações novas, prestígio político, reconhecimento até do saber intelectual dos seus homens a partir de 1964. Foi assim que ao Supremo Tribunal Federal inteligências baianas aportaram, como Aliomar Baleeiro e Adalício Nogueira. Foi pelas mãos de uma nova fase, Sr. Presidente, que a Bahia veio a ter políticos novos, cientes do seu dever, que passaram a desfaldar as bandeiras de desenvolvimento do nosso Estado. Dizer aqui: "Que pobre Bahia", Sr. Presidente, é um direito de quem o disse, mas lhe nego o direito de afirmar que Antônio Carlos Magalhães tenha sido um Prefeito que dilapidou aquela terra. (**Palmas**.) E digo isto, Sr. Presidente, com a autoridade de quem dele divergiu fundamentalmente, de quem lhe fez oposição, quando Governador.

A Bahia há de reconhecer que o que este homem fez na Prefeitura de Salvador, transformou radicalmente a velha metrópole do nosso País. Antônio Carlos Magalhães é um político atuante, um homem de definições, mas, evidentemente, em política não se pode agradar a gregos e troianos, e nem sempre concordamos integralmente com todos os seus pontos de vista. Mas o que Antônio Carlos Magalhães significou como homem de administração para a cidade de Salvador não pode ser contestado por nenhum baiano de boa vontade e de consciência. Foi realmente uma era de transformação e de modificação da cidade.

Quando digo isso, e a Oposição se inquieta, é porque ela haverá de se inquietar mesmo, porque nós, do Governo, haveremos de tirar todas as bandeiras da Oposição porque as bandeiras que a Oposição pode desfaldar na cidade são as do Governo e de Antônio Carlos Magalhães. Digo-o com veemência, porque se fez injustiça, aquela injustiça que eu mesmo, divergindo dele, não cometeria. Conheço o temperamento, conheço o roubo de Antônio Carlos Magalhães, mas incontestavelmente ele representa, no meu Estado, uma nova voz política que surge também em defesa do Nordeste. Antônio Carlos Magalhães constitui-se na grande esperança dos políticos da região, e cabe-nos aqui unir forças, reunir a compreensão dos companheiros do Movimento Democrático Brasileiro e da Aliança Renovadora Nacional a fim de que o Nordeste, com tantos problemas e amplamente sofrido nas suas estruturas econômicas e sociais, possa ter um destino diferente. Por isso que, ao invés de estarmos aqui dividindo e semeando a discórdia, devemos dar-nos as mãos para construirmos, com Antônio Carlos Magalhães, uma política nova, arejada, democrática e de aspecto eminentemente regional.

Sr. Presidente falo assim a uma cidade que também foi aqui agredida. Por que falar-se como falou o eminente e sobre colega do MDB, Deputado Marcelo Cordeiro, da angústia e da situação de dificuldades de uma grande metrópole? Quem não sabe que hoje as grandes cidades, por força mesmo de uma política errada do desenvolvimento nacional, a estimular o êxodo rural para as grandes concentrações urbanas, não contam com um administrador ou com uma administração que possa dar vazão ao fluxo permanente de crescimento habitacional, que determina condições mais modernas, mas que nem sempre são as que mais satisfazem a população?

Salvador e o Estado da Bahia, a Bahia que foi reverenciada, não se podem queixar, pois a Bahia tem o Pólo Petroquímico, realização do Governo Geisel; a Bahia tem hoje o desenvolvimento do seu complexo de exploração mineral. E vejamos Vossas Excelências, quando o cobre estava nas mãos de um grupo particular, este mesmo Governo, reconhecendo o interesse nacional, transferiu-o para o controle do Estado, mas nenhuma voz aqui se levantou para aplaudir essa atitude séria do Governo, protegendo as riquezas minerais, retirando-as do controle de grupos particulares à mercê dos quais se encontravam, numa exploração quase secular. E tudo isso se nega, e tudo isso se desdiz? Não, Sr. Presidente, o objetivo não é agredir o administrador; o objetivo não é salpicar lama sobre Antônio Carlos Magalhães. O objetivo é retirar de nós, que fazemos política naquele Estado, as condições reais de participação na vida política do nosso Estado. Na Bahia ninguém tem vergonha de ser ARENA. Na Bahia ninguém tem vergonha de defender os resultados positivos do seu Governo. (**Palmas**.) Na Bahia ninguém poderá ter vergonha de se dizer político, porque ela é hoje, um Estado de otimismo, progresso, desenvolvimento. (**Muito bem!**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, perdoem-me a manifestação que faço, desprovida, sem dúvida alguma, de uma conceituação maior como eu desejaria apresentar sobre temas tão apaixonantes da vida do nosso País, e que têm recebido tanto destaque e cuidado na apreciação dos ilustres membros da Oposição nesta Casa. Isto eu me permitirei fazer em outra oportunidade. O que eu desejaria

deixar consignado aqui, neste instante, é que a Bahia não teme a Bahia não deve. A Bahia aqui se posta, consciente de sua posição histórica, porque ela é, na conjuntura que a Revolução de 1964 propiciou, um Estado altamente beneficiado. Poderemos aspirar a grandes benefícios ainda, mas não podemos deixar de fazer justiça, dizendo que ela, hoje, apresenta-se quase como a São Paulo do Nordeste (**muito bem!**) pela sua evolução, pelo seu progresso e pelo entusiasmo dos seus homens. Ouviremos, Sr. Presidente, os pronunciamentos as vezes corretos de homens que fazem oposição nesta Casa, e procuraremos entendê-los. Mas não haveremos nunca de permitir que se ponha aqui uma intimidação aos membros da ARENA para que não venham à tribuna defender sua posição, seus companheiros, seus Estados e o País. (**Muito bem! Muito bem! Palmas**.)

O SR. JOSÉ FREJAT (MDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, inaugura-se amanhã mais um governo da Revolução, mais um governo escolhido e designado para dirigir o País, agora não mais por cinco anos, porém, por seis, por deliberação unipessoal do Sr. Presidente da República.

Desde o início do Movimento de março de 1964, os Generais que se vêm sucedendo na Chefia do Governo fazem as mais calorosas promessas de redemocratização, porque o Movimento de março, dizem eles, foi feito para acabar com a corrupção e impedir a derrocada da democracia. E o que se vê? Vê-se que acabaram com a democracia e institucionalizaram a corrupção. Aqueles que têm dirigido este País, quando candidatos, faziam as mais solenes promessas de redemocratização. Ainda me recordo do discurso do Presidente Médici, falando em construção da democracia, tijolo sobre tijolo. Lembramos, depois, o discurso do Presidente Geisel, ao tomar posse, falando no restabelecimento da democracia em nosso País. No entanto todos faltaram com a sua palavra, todos usaram do regime de exceção para golpear o povo brasileiro, para golpear a Oposição, para anular a manifestação popular. Negaram ao povo o direito de eleger os seus dirigentes, negaram ao povo o direito de eleger seus Governadores, negaram ao povo o direito de eleger os seus prefeitos, negaram ao povo o direito de ler livros, de importar livros, de ler jornais, porque tudo estava sob o guante da censura. Frigiram a segurança nacional como prioridade em neste País, uma segurança nacional modelada para a defesa dos grandes interesses dos dirigentes deste País; uma segurança nacional para garantir os privilégios das empresas nacionais; uma segurança nacional para assegurar o loteamento da Amazônia; uma segurança nacional para garantir os capitais estrangeiros; uma segurança nacional para garantir o arbítrio de uma legislação de privilégios, de privilégios em todos os sentidos, seja das empresas internacionais, em detrimento do empresariado nacional, seja da educação, seja do imposto de renda. Tudo é privilégio, porque hoje o imposto de renda é pago pelo assalariado, enquanto as grandes empresas lançam todas as suas despesas, inclusive as domésticas, como as provenientes de empregados domésticos, dos seus automóveis, dos iates, das viagens e banquetes e dos filhos, enquanto o assalariado não pode sequer deduzir as realizadas com a educação dos seus filhos, porque superiores ao montante que o Governo permite. Vemos hoje o trabalhador que ganha até 20 salários descontar 8% para o INPS. Enquanto isso, aquele que recebe 200 mil cruzeiros só sofre o desconto de 8% sobre os 20 salários, não sobre o total da remuneração. Isto mostra que o pequeno está, proporcionalmente, a pagar mais que o grande.

Agora mesmo o Governo, com as suas leis de exceção, usando do arbítrio legislativo, quer compelir o povo brasileiro a socorrer os flagelados, quando sabemos que o Governo fez obras suntuosas sem nenhum planejamento. E aí está a prova cabal, apenas com a subida das águas do rio São Francisco as cidades estão sendo inundadas, está havendo a destruição de todas as obras que o Governo fez sem preparo e sem previsão, que foram feitas apenas para aparecer nos relatórios.

A dívida externa do nosso País, que já vai a mais de 40 bilhões de dólares, será paga — pretende o Governo — com a venda da Floresta Amazônica. Temos, naquele santuário amazônico, uma dívida para com o Brasil e o mundo no resguardo da sobrevivência dos nossos pósteros. O povo brasileiro está ameaçado de ver a floresta amazônica se transformar num novo deserto, como já está sendo evidenciado no Nordeste brasileiro. Uma multinacional está instalada na Amazônia com o beneplácito e a proteção do Governo, e muito bem protegida, como já foi amplamente divulgado.

O Governo está com a faca e o queijo na mão, com uma legislação extraordinária, uma legislação de exceção, e os problemas do Brasil agravados. Por quê? Porque este Governo não está voltado para os problemas brasileiros. O Governo, em 15 anos de regime ditatorial, discricionário, podendo fazer leis, como fez, podendo fechar o Congresso, como aconteceu, podendo cassar mandatos, podendo fazer prisões ilegais, não conseguiu resolver os problemas do Brasil, está a serviço de grupos privilegiados, de grupos minoritários que dominam a nossa terra. E o que vemos no Estado do Rio de Janeiro? Temos problemas de educação naquele Estado, eis que há déficit de vagas nas escolas primárias, fato que obriga

a Secretaria Estadual de Educação a promover os alunos da primeira para a segunda série do 1.º grau, independentemente das notas, a fim de possibilitar o ingresso de novos alunos. E o Governo permite o aumento do número de favelados no Rio de Janeiro. Numa população de cinco milhões de habitantes, quase dois milhões, aproximadamente 30% da população, são constituídos de favelados, dentre os quais mais de 600 mil são crianças abaixo de 14 anos.

Sr. Presidente, no Governo do Rio de Janeiro vemos a especulação imobiliária desenfreada, um Prefeito violando a legislação para permitir uma construção ao lado do Parque Lage, que é um próprio nacional tombado. Vemos que a especulação imobiliária em todo o Brasil está sendo considerada prioritária por este Governo. E assim, passados 15 anos de regime discriminatório, nós, da Oposição, quando pedimos democracia, somos considerados subversivos; quando pedimos Constituinte, somos considerados subversivos; quando pedimos anistia, somos considerados subversivos; quando pedimos a volta ao regime democrático e a implantação da democracia em nossa terra, somos considerados subversivos. E o Governo, que fecha o Congresso, se diz democrático. E o Governo, que cassa cidadãos, se diz democrático. E o Governo, que prende ilegalmente e mantém os brasileiros no exílio sem passaporte, é considerado democrático.

Companheiros deste Congresso que se inicia, é realmente a subversão da ordem, a subversão das palavras. Sr. Presidente, tenho esperanças de que com este Congresso seja realmente restabelecida a democracia em nossa terra.

O SR. CARLOS SANT'ANNA (ARENA — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quis o destino que fosse a minha voz a última a se pronunciar na Câmara antes do término do Governo do Presidente Geisel. E mais uma vez, desfaldando ainda aquela bandeira que em aparte a um colega referi na sessão passada, devo acentuar que em nenhum outro período houve tantas esperanças de ver a Nação brasileira alcançando redemocratização plena. Todos nós estamos imbuídos desse desejo ao iniciar-se o Governo do Presidente Figueiredo. E é de justiça que se registre que esse estado de coisas, que é uma situação não apenas de direito, mas uma situação de fato, deve-se a S. Ex.ª, o Presidente Geisel, que merece nossos elogios. Tanta coisa tenho ouvido aqui, nesta Casa, nesses últimos dias. Estou convencido de que, para obtenção do regime democrático pleno, é indispensável o aperfeiçoamento do poder político. E esta Casa é a principal responsável por este aperfeiçoamento, cada um de nós tem dentro de si enorme responsabilidade no atingimento dessa meta. Não é assacando contra a honra pessoal, com discursos que se voltam apenas com o objetivo de ferir as pessoas, que estaremos contribuindo. Quantas vezes ofensas são dirigidas sem nenhum outro propósito senão o de alcançar a dignidade do homem ou daquele que está investido de função executiva! Não é esta a posição de quem quer aperfeiçoar o poder político, que há de ser a voz da dignidade. Nele deve haver elegância de posição, de modo que as críticas da Oposição sejam construtivas e possam ser rebatidas pelo partido do Governo em debates de alto nível. Quer denunciando, quer criticando, os Srs. Deputados de Oposição serão ouvidos com mais atenção se imbuídos de calma e ponderação, tendo o cuidado de não assacar contra a honra alheia, como recomenda o respeito à dignidade da pessoa humana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero fazer um registro muito especial.

Indiscutivelmente, há um surto novo de progresso, que vige, cresce e se alastra por toda a Bahia. Este desenvolvimento se deve não somente à Revolução de março de 1964, mas também ao extraordinário Governador Roberto Santos, que termina amanhã o seu mandato. Por onde quer que passemos, por qualquer das estradas poeirentas existentes no Estado da Bahia, qualquer que seja o distrito, povoado ou cidade, lá encontramos a marca de um dos governos mais profícuos, mais eficientes, se não o mais profícuo e o mais eficiente que a Revolução colocou para bem dirigir o nosso Estado. Ele rasgou estradas, das mais importantes às menores, às vicinais; promoveu o saneamento básico; distribuiu água a quase todos os Municípios; construiu hospitais nas principais regiões do Estado; instalou hidrelétricas, fornecendo eletricidade a todas as cidades e vilarejos. Também no setor da educação S. Ex.ª se destacou como nenhum outro Governo, tendo construído, só na cidade de Salvador, 41 grandes escolas e mais de 5.000 salas de aula em todo o Estado. Preparou 10.000 professores leigos em todo o Estado. Sobre tudo, o que é de importância fundamental, o Governador Roberto Santos incentivou o crescimento econômico do Estado, aumentando-lhe o Produto Interno Bruto. Deu grande impulso ao Pólo de Camacari; mais de 60% da obra foi construída neste Governo; incrementou o Centro Industrial de Aratu; renovou praticamente toda a cidade de Salvador. Mas tudo isso foi realizado num clima de paz, de harmonia, de concordância. Não houve quem quisesse dirigir-se a S. Ex.ª que não o conseguisse, desde o homem simples, descalço, do povo, até os Deputados dos mais longínquos Municípios do Governo ou mes-

mo de regiões nitidamente oposicionistas, como as de Conquista e de Brumado. Todos receberam do seu Governo uma ação benfazeja, dinâmica. Governo algum havia beneficiado antes as regiões do extremo-sul, como as de Conquista, Brumado e São Francisco. Por todas estas circunstâncias, eu digo: bem haja governos como o do Presidente Geisel! Permitam-me, entretanto, o regionalismo: bem haja governos como o do Governador Roberto Santos, que difundiu o progresso e conseguiu sair do governo respeitado por todos os baianos. E alcançou tudo isto num clima de decência, de dignidade, de paz e de respeito aos direitos do homem e aos direitos de sua terra. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Daso Coimbra) — Nada mais havendo a tratar, vou levantar a sessão.

Deixam de comparecer os Senhores:

Ceará

Flávio Marçílio — ARENA.

Minas Gerais

Paulino Cicero — ARENA.

São Paulo

Samir Achoa — MDB; Sílvio Lopes — ARENA.

Paraná

Lúcio Cioni — ARENA.

Santa Catarina

Nereu Guidi — ARENA.

VIII — O SR. PRESIDENTE (Daso Coimbra) — Levanto a sessão designando para a Ordinária da próxima 6.ª feira a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 16 de março de 1979

Sexta-feira

EM TRAMITAÇÃO ORDINARIA

Discussão

1

PROJETO DE LEI N.º 668-B, DE 1972

Discussão única do Projeto de Lei n.º 668-B, de 1972, que dá nova redação ao art. 144, da Lei n.º 3.807, de 26 de agosto de 1960, que "dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social"; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e, das Comissões de Trabalho e Legislação Social e de Finanças, pela aprovação. Pareceres à Emenda de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, injuridicidade e rejeição por inconveniência; da Comissão de Trabalho e Legislação Social, pela aprovação, com subemendas, contra o voto em separado do Sr. Pedro Carolo; e, da Comissão de Finanças, pela aprovação. — Relatores Srs. Jairo Magalhães e Roberto Carvalho.

2

PROJETO DE LEI N.º 819-D, DE 1972

Segunda discussão do Projeto de Lei n.º 819-C, de 1972, que torna obrigatória a inclusão de espetáculos ao vivo nas casas de diversões noturnas, em todo o território nacional. (Da Comissão de Educação e Cultura.) — Relator: Sr. Darcílio Ayres.

3

PROJETO DE LEI N.º 88-B, DE 1971

Primeira discussão do Projeto de Lei n.º 88-B, de 1971, que faculta a inclusão dos empregadores no regime do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, pela aprovação, com substitutivo, contra o voto do Sr. Francisco Amaral e, em separado, do Sr. Peixoto Filho e, do Sr. Daniel Faraco, com restrições; e, da Comissão de Economia, em audiência, na forma do substitutivo da Comissão de Legislação Social, com subemendas. Pareceres à Emenda de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com subemenda; da Comissão de Trabalho e Legislação

GRANDE EXPEDIENTE

Oradores:

1 — Josias Leite — ARENA

2 — Mendonça Neto — MDB

Social, pela aprovação, com subemenda, contra o voto em separado do Sr. Maurício Toledo; e, da Comissão de Economia, Indústria e Comércio, pela aprovação, com subemenda. — Relator: Sr. Santilli Sobrinho.

4

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1, DE 1979

Primeira discussão do Projeto de Resolução n.º 1, de 1979, que altera o art. 43 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. (Da Mesa.) — Relator: Sr. Renato Azeredo.

Avisos

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Relação dos Deputados inscritos no Grande Expediente

Março/1979

DATA	DIA DA SEMANA	NOME
16	Sexta-feira	Josias Leite — ARENA Mendonça Neto — MDB
19	Segunda-feira	João Cunha — MDB Milton Figueiredo — ARENA
20	Terça-feira	João Linhares — ARENA Castro Coimbra — MDB
21	Quarta-feira	Waldmir Belinati — MDB Alípio Carvalho — ARENA
22	Quinta-feira	Osvaldo Melo — ARENA José Costa — MDB
23	Sexta-feira	Aluizio Bezerra — MDB Paulo Studart — ARENA
26	Segunda-feira	Raul Bernardo — ARENA Odacir Klein — MDB
27	Terça-feira	Adhemar Santillo — MDB Brabo de Carvalho — ARENA
28	Quarta-feira	Airton Soares — MDB Adhemar de Barros Filho — ARENA
29	Quinta-feira	Bezerra de Melo — ARENA Marcelo Cordeiro — MDB
30	Sexta-feira	Aldo Fagundes — MDB Alberto Hoffman — ARENA

CONGRESSO NACIONAL

1

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 16/78

"Altera a redação do artigo 74 da Constituição Federal." (O Presidente será eleito, entre os brasileiros maiores de 35 anos e no exercício dos direitos políticos, p/ sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação secreta.) Autor: Deputado Fernando Gama.

Comissão Mista

Presidente: Senador Cunha Lima
Vice-Presidente: Senador Henrique de La Rocque
Relator: Deputado Gastão Müller

Prazo

Até dia 22-3-79 — no Congresso Nacional.

2

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 17/78-CN

"Modifica a redação do caput do artigo 36 da Constituição Federal." (Não perde o mandato o Deputado ou Senador investido na função de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Prefeito de Capital, Governador de Território ou do DF.) Autor: Deputado Hélio Campos.

Comissão Mista

Presidente: Senador Dirceu Cardoso
Vice-Presidente: Senador Helvídio Nunes
Relator: Deputado Siqueira Campos

Prazo

Até dia 27-3-79 — no Congresso Nacional.

3

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 18/78

"Altera o artigo 184 da Constituição Federal". (Assegura pensão vitalícia aos ex-Prefeitos Municipais) — Autor: Deputado Henrique Brito.

Comissão Mista

Presidente: Deputado Ruy Códó
Vice-Presidente: Deputado Maurício Leite
Relator: Senador Itálio Coelho

Prazo

Até dia 2-4-79 — no Congresso Nacional.

4

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 19/78

"Da nova redação ao artigo 21, IV, da Constituição Federal." (Imposto s/renda e proventos de qualquer natureza, salvo aposentadoria, reserva remunerada, reforma, ajuda de custo e diárias pagas pelos cofres públicos ou pela previdência oficial ou privada na forma da Lei.) — Autor: Senador Nelson Carneiro.

Comissão Mista

Presidente: Senador Benjamim Farah
Vice-Presidente: Deputado Murilo Rezende
Relator: Senador Otto Lehmann

Prazo

Até dia 3-4-79 — no Congresso Nacional.

5

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 20/78

"Altera o § 8.º do artigo 153 da Constituição Federal." (Proíbe a censura prévia, ficando a referente à literatura e às artes e diversões, a cargo do MEC, através do Conselho Federal de Censura.) Autor: Senador Benjamim Farah.

Comissão Mista

Presidente: Senador Dirceu Cardoso
Vice-Presidente: Senador Helvídio Nunes
Relator: Deputado Nunes Rocha

Prazo

Até dia 8-4-79 — no Congresso Nacional.

6

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 21/78

"Acrescenta § 2.º ao art. 98, da Constituição Federal." (13.º salário ao funcionário público.) Autor: Deputado Antônio Aníbelli.

Comissão Mista

Presidente: Deputado Alceu Collares
Vice-Presidente: Deputado Gastão Müller
Relator: Senador Lenoir Vargas

Prazo

Até dia 16-4-79 — no Congresso Nacional.

7

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO N.º 22/78

"Revoga o art. 110 da Constituição Federal, para o fim de restabelecer a competência da Justiça do Trabalho relativamente aos julgamentos de litígios entre trabalhadores e a União e suas autárquicas ou empresas públicas federais.

Autor: Senador Nelson Carneiro.

Comissão Mista

Presidente: Senador Dirceu Cardoso
Vice-Presidente: Senador Henrique de La Rocque
Relator: Deputado Theobaldo Barbosa

Prazo

Até dia 14-5-79 — no Congresso Nacional.

8

PROPOSTA DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA N.º 1, DE 1976

"Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para elaboração de Lei criando o Ministério da Ciência e Tecnologia, e determinando outras providências". — Autor: Deputado Hélio de Almeida.

9

PROPOSTA DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA N.º 2, DE 1976

"Propõe delegação de poderes ao Presidente da República para criar o Conselho de Defesa do Consumidor (CDC)." — Autor: Deputado Nina Ribeiro

10

PROPOSTA DE DELEGAÇÃO LEGISLATIVA N.º 3, DE 1976

Propõe delegação de poderes ao Senhor Presidente da República para elaboração de Lei criando o Ministério dos Esportes e determina outras providências. (Art. 54 da Constituição Federal e arts. 117 e 127 do Regimento Comum.) — Autor: Deputado Pedro Lauro.

11

MENSAGEM N.º 100/78 — CN

"Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.640, de 20 de novembro de 1978, que 'Acrésceta parágrafo ao art. 6.º da Lei n.º 4.947, de 6 de abril de 1966, e dá outras providências.'" (Mens. n.º 445/78 — PE.)

Comissão Mista

Presidente: Deputado Pacheco Chaves
Vice-Presidente: Deputado Alcebiades de Oliveira
Relator: Senador Jorge Kalume

Prazo

Até dia 25-3-79 — na Comissão Mista;
Até dia 4-5-79 — no Congresso Nacional.

12

MENSAGEM N.º 01/79 — CN

"Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.641, de 7 de dezembro de 1978, que 'Altera a Legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas.'" (Mens. n.º 516/78 — PE.)

Comissão Mista

Presidente: Senador Roberto Saturnino
Vice-Presidente: Senador Jutahy Magalhães
Relator: Deputado Victor Fontana

Prazo

Até dia 27-3-79 — na Comissão Mista;
Até dia 6-5-79 — no Congresso Nacional.

13

MENSAGEM N.º 02/79 — CN

"Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.642, de 7 de dezembro de 1978, que 'Altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas.'" (Mens. n.º 510/78 — PE.)

Comissão Mista

Presidente: Deputado Ruy Codo
Vice-Presidente: Deputado Nelson Morro
Relator: Senador Lenoir Vargas

Prazo

Até dia 27-3-79 — na Comissão Mista;
Até dia 6-5-79 — no Congresso Nacional.

14

MENSAGEM N.º 3/79-CN

"Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.643, de 7 de dezembro de 1978, que 'prorroga prazos previstos na legislação do Imposto de Renda.'" (Mens. n.º 511/78-PE.)

Comissão Mista

Presidente: Senador Dirceu Cardoso
Vice-Presidente: Senador Aderbal Jurema
Relator: Deputado Alexandre Machado

Prazo

Até dia 28-3-79 — na Comissão Mista;
Até dia 7-5-79 — no Congresso Nacional.

15

MENSAGEM N.º 4/79-CN

"Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.644, de 11 de dezembro de 1978, que 'prorroga o

prazo de vigência de que trata o art. 5.º do Decreto-lei n.º 1.106, de 16 de junho de 1978.'" (Mens. n.º 512/78-PE.)

Comissão Mista

Presidente: Deputado Edgar Amorim
Vice-Presidente: Deputado Pedro Germano
Relator: Senador Moacyr Dalla

Prazo

Até dia 28-3-79 — na Comissão Mista;
Até dia 7-5-79 — no Congresso Nacional.

16

MENSAGEM N.º 5/79-CN

"Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.645, de 11 de dezembro de 1978, que 'dispõe sobre a cobrança da Dívida Ativa da União e dá outras providências.'" (Mens. n.º 513/78-PE.)

Comissão Mista

Presidente: Senador Cunha Lima
Vice-Presidente: Senador Passos Porto
Relator: Deputado Hugo Mardini

Prazo

Até dia 31-3-79 — na Comissão Mista;
Até dia 10-5-79 — no Congresso Nacional.

17

MENSAGEM N.º 6/79-CN

"Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.646, de 18 de dezembro de 1978, que 'estende até 31 de dezembro de 1979 o prazo estabelecido no § 2.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.592, de 21 de dezembro de 1977.'" (Mens. n.º 1/79-PE.)

Comissão Mista

Presidente: Deputado Benjamim Farah
Vice-Presidente: Deputado Djalma Bessa
Relator: Senador Henrique de La Roque

Prazo

Até dia 31-3-79 — na Comissão Mista;
Até dia 10-5-79 — no Congresso Nacional.

14

VETO TOTAL**PROJETO DE LEI N.º 746/75**

"Estabelece normas de garantia para os consumidores de veículos automotores e respectivos componentes, regulamenta a distribuição desses produtos, e dá outras providências."

Comissão Mista

Presidente: Senador Roberto Saturnino
Vice-Presidente: Senador Milton Cabral
Relator: Deputado Edson Bonna

Prazo

Até dia 13-3-79 — na Comissão Mista;
Até dia 7-4-79 — no Congresso Nacional.

IX — Levanta-se a Sessão às 18 horas e 30 minutos.

PORTARIA N.º LT-CD-075/79

O Diretor-Geral da Secretaria da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o Ato da Mesa n.º 34, de 27 de maio de 1976,

Resolve dispensar, a pedido, Marcos Milagre Guimarães, Agente Administrativo, Classe A, Referência 24, a partir de 9 de janeiro de 1979.

Diretoria-Geral, 28 de fevereiro de 1979. — José Ferreira de Aquino, Diretor-Geral.

PARLAMENTO LATINOAMERICANO**Grupo Brasileiro**

De ordem do Sr. Presidente, Deputado Geraldo Guedes, convoco uma Assembléia-Geral para o dia 19 de março de 1979, segunda-feira, das 10:00 às 16:00 horas, na Sala Clovis Beviláqua, no Anexo II do Senado Federal.

Ordem do Dia

- 1 — Exposição do Sr. Presidente.
- 2 — Exame das Contas da Comissão Diretora.
- 3 — Eleição da Comissão Executiva para a 9.^a Legislatura.

Brasília, 14 de março de 1979. — **Paulo José Maestralli**, Secretário-Geral.

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ (MDB — PB. Como Líder.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, de início, acentuar que o meu discurso poderia parecer inusitado nesta hora de tantas indagações políticas e quando, nesta Capital e nas demais sedes das Unidades da Federação, preparam-se festejos para a posse do Presidente da República e de novos Governadores. No entanto, estou aqui, com singela e profunda humildade, porque o tema a que devo reportar-me é de tal magnitude e significação universal que a outro Parlamentar, melhor aquinhoado de conhecimentos científicos, caberia fazer esse devido pronunciamento em nome do povo brasileiro. Trata-se, Srs. Deputados, do centenário de nascimento do gênio do Século XX, Albert Einstein.

Com justificada razão, como diz hoje a imprensa de quase todos os países, as atuais comemorações ao ensejo do centenário do nascimento desse imenso espírito, em todos os centros mundiais de cultura, demonstram que a Humanidade reverencia um dos seus maiores representantes, uma das mais lúcidas e extraordinárias inteligências que registra a história da ciência ou a história do conhecimento, a história, enfim, do que há conquistado de mais alto a humanidade, no sentido prometéutico de sua universal e perene indagação, quer em relação à natureza, quer em relação ao seu próprio destino.

Com humildade, pois, venho aqui para, em nome da parcela do povo brasileiro que represento, do Movimento Democrático Brasileiro, ao ruído superficial de vozes que se ouvem por todos os recantos, atraídas com a próxima e vulgar mudança de governos estaduais e da Presidência da República, assinalar, de logo, que muito maior do que essas festividades oficiais é, sem dúvida, a data aniversária do gênio universal Einstein. Quando, nesta Capital — repetimos — estamos às vésperas das solenidades protocolares de posse do novo Presidente da República deste País, precisamente na próxima quinta-feira, mesmo assim, entendi que não deveria passar esquecida no Parlamento brasileiro essa data sem que se prestasse a homenagem imprescindível ao gênio do século.

Nascido na Alemanha, a 14 de março de 1879, foi Einstein para a Física, a Astronomia e a Matemática o criador de nova concepção do Universo, um dos raros espíritos de que se tem e de que se terá sempre notícia por toda a história do pensamento humano. Ainda há poucos dias lemos, de livro de publicista inglês sobre a personalidade de Albert Einstein, curiosa metáfora que dizia: "Se pelos espaços algum intrometido viajante pervagar por lá e divisar certo minúsculo planeta, a pequenina e humilde Terra, poderá assinalar apenas um lembrete: ali viveu Albert Einstein".

Sem dúvida, é temerário, neste breve improviso, falar da contribuição científica e filosófica dessa estranha e gigantesca individualidade de homem de ciência. Mas nenhum ser humano, por todos os quadrantes deste pobre e pequenino componente do Sistema Solar, que é a Terra, nos dias de hoje ou nos séculos provindouros, poderia prescindir ou eliminar, ao curso da milenar aventura do conhecimento humano, a herança cultural e científica de Albert Einstein.

Mas, em livro de simples divulgação para conhecimento da Teoria da Relatividade, Bertrand Russel assinala a dificuldade ainda existente, dada a nossa imaginação estratificada, o passado didático emperrado, os conhecimentos científicos retardados em princípios ancestrais, para de todo apreendermos clara e vulgarmente o universo einsteiniano. E, na clarividência de seu espírito lógico e matemático, adiantava Russel que era necessário, por isso, um esforço de imaginação para, partindo da concepção de Copérnico, entender o mundo físico, matemático ou cosmológico de Einstein.

Na realidade, sempre foi assim. Sr. Presidente, ao curso da aventura humana, não só antes de Copérnico, de Aristóteles ou de Ptolomeu, mas também nos dias presentes. Contudo, já são decorridos vários e vários anos, desde 1905, quando o sábio que revolucionou a arte de pensar, ao dizer de um filósofo brasileiro, estabeleceu as suas famosas equações, que alteraram as concepções da equivalência entre massa e energia, que é o princípio fundamental dos reatores atômicos de hoje; as concepções sobre a transmissão da luz; dos fenômenos gravitacionais dos corpos, das galáxias ao átomo, a análise do tempo e do movimento — todo um acervo composto de irradiações científicas, a partir dos quantas de Max Planck ou do movimento browniano.

Para mim é inteiramente impossível, neste instante, dar ao Plenário desta Casa de Leis, tão repassado de outros problemas,

triviais, sob vários aspectos ou da própria luta cotidiana e prática da política, a imagem elementarmente didática, mesmo singela, do que representa as grandes e universais contribuições do gênio nascido na pequenina cidade de Ulm.

Depois de 1916, no entanto, Einstein atingia à Teoria da Relatividade Geral — a Teoria da Relatividade Restrita é de 1905 — e hoje, no devassamento dos espaços siderais ou na estrutura do átomo, é esse mesmo universo físico-matemático einsteiniano que prevalece, superando ao de Galileu e de Newton, também criadores de universos físico-matemáticos, informando basicamente o pensamento científico mais avançado de todo o mundo.

São imensos e incontáveis, claro está, os estudos sobre tudo isso.

O Sr. Claudino Sales — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ — Pois não, com prazer.

O Sr. Claudino Sales — Deputado Octacílio Queiroz, a Liderança da ARENA associa-se a V. Ex.^a em face de sua atitude muito elogiável no sentido de, emergindo dos problemas em que todos estamos envolvidos, levantar o seu pensamento para render homenagem a um dos vultos mais destacados da Humanidade.

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ — Muito obrigado a V. Ex.^a

O Sr. Claudino Sales — V. Ex.^a faz jus ao nosso apreço, motivo por que lhe trazemos nossa solidariedade. Albert Einstein, um dos mais fulgurantes gênios da Humanidade, merece ser exaltado por ocasião do centenário do seu nascimento. Nossos parabéns a V. Ex.^a

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ — Agradeço ao nobre representante da Maioria o aparte, que incorporo ao meu singelo discurso.

O Sr. Walter Silva — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ — Pois não.

O Sr. Walter Silva — Deputado Octacílio Queiroz, quero trazer-lhe também a palavra de aplauso da Liderança do MDB, nosso partido, que represento neste momento, pela homenagem que V. Ex.^a rende à figura extraordinária de Einstein. Ninguém melhor que V. Ex.^a poderia fazer esse registro.

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ — Bondade de V. Ex.^a

O Sr. Walter Silva — ... com tal proficiência e capacidade de análise da obra de Einstein, que extravasa o tempo e se perpetua na história. V. Ex.^a é um estudioso do cientificismo, e ninguém melhor do que V. Ex.^a, nesta Casa, para fazer um pronunciamento desta magnitude. Queira receber, pois, nossos cumprimentos e nossa solidariedade. V. Ex.^a demonstra que a nossa Casa não se limita tão-somente a debates políticos em torno de projetos de leis, mas é sensível à cultura universal, capaz de acolher os grandes assuntos, os grandes temas que preocupam a humanidade e que traçam os rumos e o destino do próprio homem na Terra. Meus parabéns, portanto, pessoais e em nome da Liderança do MDB, pelo seu brilhante e profundo discurso.

O SR. OCTACÍLIO QUEIROZ — Muito obrigado a V. Ex.^a, que fala pela Liderança do MDB. Contudo, talvez seja falta de modéstia ou veleidade minha falar sobre o centenário de nascimento de Einstein. Mas ocorre que senti ou intui da necessidade de o Parlamento brasileiro de um País como este, que se volta e precisa, mais e mais, de cultura, de civilização, para o domínio dos seus imensos problemas; percebi, enfim, que devia registrar aqui esse evento exponencial. Creio que foi assim uma parcela da melhor intenção, nobres Líderes da ARENA e do MDB, o desejo de fixar, nesta sessão, que os Parlamentares e o povo brasileiro reconheçam a importância universal de Einstein, em face de suas revelações antes assombrosas ou extraordinárias, mas verídicas e patentes hoje.

Vale acentuar, todavia, que nos primeiros anos de sua existência, Einstein, de logo, demonstrou uma vocação quase mediúnica para o desvendamento dos problemas que assobravavam a Física, a Astronomia; fenômenos como a hipotética transmissão ondulatória da luz, sobre o movimento, a transformação da massa em energia, e vice-versa. Foram noções revolucionárias despertadas desde a adolescência e que ele revelou basicamente através de demonstrações básicas, depois comprovadas experimentalmente, e que abalaram os meios científicos e filosóficos do mundo.

E, ao lado disso, as resultantes da famosa equação de $E=MC^2$, constituindo, por um trágico reverso da medalha no mundo político, aspectos que se tornaram duvidosos ao destino do mundo. Dai, por via má e falsa dessa contribuição excepcional, as graves dúvidas criadas pela energia atômica e o consequente emprego de bombas nucleares nos conflitos belicistas, que continuam sob pesadas nuvens a ameaçar o destino desta pobre humanidade.

Mas nunca, jamais foi este o sentido que sempre deu ao seu pensamento criador, à sua postura filosófica e humana, o grande sábio centenário nesses dias presentes. Quero, a propósito, regis-

trar um aspecto curioso, que se aproxima um pouco do que aconteceu a outro gênio, embora pequenino gênio, com o nosso Santos Dumont, o pai da aviação. Já ao final dos seus dias, ficara abalado com o emprego do avião para destruição belicista em conflitos sangrentos, na destruição de seres humanos, cidades e populações, que, de certo, foi um dos fatores que o levou à melancolia e ao suicídio.

Ressalto, antes de tudo, que Albert Einstein era um pacifista. Odiava o militarismo. Nesse sentido, quero citar aqui um dos seus pensamentos, para demonstrar como ele entendia o militarismo, a força bruta, a guerra, a violência. Dizia ele:

"Quem quer que encontre prazer em marchar em fileiras cerradas ao som da música, torna-se de imediato, para mim, objeto de desprezo. Não recebeu cérebro, senão por descuido, desde que a medula espinhal lhe bastaria amplamente. Esta vergonha da civilização, a guerra, o militarismo, deveria ser suprimida o mais depressa possível. Heroísmo comandado, violência insensata, chauvinismo penoso, aos dois odeio, e como a guerra me parece baixa e desprezível, preferiria deixar-me cortar em pedaços a participar de procedimentos tão miseráveis para a humanidade."

Agora, ouço o nobre Deputado, com muito prazer.

O Sr. Mendes de Melo — Nobre Deputado, embora filho de açorianos, represento nesta Casa um município que talvez tenha o maior número de alemães. Blumenau, pela "Revista dos Municípios", foi considerada recentemente a 13.ª cidade brasileira em desenvolvimento. Isto se deve ao fato de que naquela região, mais precisamente em Blumenau, a colonização foi feita por alemães; ali a miscigenação foi feita pelos patrícios de Einstein. Blumenau tem grande cultura, lá funcionam quase 600 indústrias, em que se constata a grande criatividade, a dedicação e o esforço do povo no trabalho, o que é um retrato do que foi a vida e o trabalho de Einstein. Era este o registro que queríamos fazer em nome de Blumenau, cidade colonizada por alemães.

O SR. OCTACILIO QUEIROZ — Muito obrigado.

Aliás, Sr. Presidente, nobre Deputado, Einstein não era só alemão, era judeu. Mas, não poderíamos limitar o seu espírito a nenhuma pátria, a nenhum continente, porque era e é universal. Sua luta em vida não foi apenas científica, foi das mais gigantescas, quase única na história da Humanidade. Mas foi também a luta contra a violência, contra a guerra, contra o racismo. Dai o seu conflito e incompreensão na própria Alemanha de então, obrigando-o, mais tarde, a ir residir nos Estados Unidos.

Porém logo ao início da Primeira Guerra Mundial assinava um manifesto contra a política do Kaiser e, depois — como é do conhecimento dos Srs. Deputados — lutava contra o nazismo, o que o levou, como disse antes, para os Estados Unidos.

A exemplo do que dizia neste discurso, reportando-me a Santos Dumont, chegado aos Estados Unidos, com o desdobrar da Segunda Guerra, pressionado por cientistas de alto valor, tais como Fermi, Szilard e outros, Einstein dirigiu aquela famosa carta ao Presidente Franklin Roosevelt, sobre o perigo que encerrava o emprego da energia nuclear pela Alemanha nazista durante a guerra, e sugeria providências para que as nações ocidentais, unidas, àquela época, à União Soviética, pudessem, em tempo, enfrentar a tremenda gravidade do problema.

Einstein, no entanto, não participou do Projeto Manhattan, que foi o de construção da primeira bomba atômica. Feita esta, já não havia, Srs. Deputados, necessidade de empregá-la, de sua explosão, mas a política do Presidente Truman, a política norte-americana de guerra, para desgraça das idéias pacifistas de qualquer homem da estrutura moral e científica de Einstein, praticou em Hiroshima e Nagasaki outro genocídio, outro crime vergonhoso para a humanidade, à semelhança dos mesmos hediondos crimes que o nazismo perpetrara nos campos de concentração.

Esta a verdade, a verdade histórica insofismável.

Bastaria acrescentar que, àquele momento, cientistas chegaram até a convocar as maiores autoridades dos Estados Unidos para realizarem a explosão da bomba atômica num dos atóis desérticos e despovoados do Pacífico. Convidando para isso observadores japoneses, para que se convencessem da realidade nuclear, assim se teria evitado aquele lembrado genocídio, que foi o bombardeio de Hiroshima e Nagasaki. Mas, ao contrário, isso foi feito, e daí certamente a desilusão trágica e tremenda para Einstein, o seu abandono à cátedra e a sua vida final melancólica e solitária. Porque a ciência, na verdade, não é isso que pessimistas quanto à humanidade pensam, ou seja, ser empregada a serviço do mal ou do bem, podendo ser empregada, com a resultante da tecnologia, à maneira de espada de dois gumes.

Sem dúvida, a história está repleta desses terríveis exemplos. E a paisagem presente no mundo, com os fenomenais gastos exis-

tentes para arsenais nucleares, demonstram o quanto a humanidade é desvairada, muitas vezes, em sua existência ao curso das idades.

Mas, retornando à contribuição científica e filosófica do pensamento einsteiniano, o que envolve bibliotecas e universidades inteiras, sem dúvida alguma, é a base de todo o conhecimento da filosofia natural de hoje. A sua redução da massa a energia, as suas equações do movimento e do tempo, são conquistas hoje perfeitamente reais e assentadas pelos mais altos setores científicos, desde o domínio até então quase indecifrável da física nuclear, da matemática mais alta, passando a esta altura do fim do século para aqueles que não acompanham nem se dedicam a estudo de natureza em caráter tão alto e difícil.

Quero, na brevidade do tempo regimental, ressaltar também um aspecto curioso para nós da vida desse grande sábio. Esteve no Brasil, aqui demorou oito dias, em 1925, sendo recebido pelos maiores cientistas brasileiros e, como um europeu, das paisagens frias e temperadas do Velho Mundo, pôde contemplar a exuberância dos trópicos da floresta da Tijuca e dos recantos, até aquele tempo, realmente ecológicos e aprazíveis do Rio de Janeiro da época. Aqui — disse Roquete Pinto — perguntou, impressionado, pelo destino dos índios, das pobres e miserabilizadas populações aborígenes do Brasil. Outro fato curioso que quero ressaltar é que o Brasil teve uma participação concreta e importante à descoberta einsteiniana, no que tange ao fenômeno por ele revelado de desvio da luz emanada das estrelas, corolário das demonstrações teóricas de curvatura do universo.

Depois de suas equações extraordinárias, em 1905, levantou-se controvérsia científica em todo o mundo, e ele, que era um cientista quase apagado, explodindo assim como um luminoso bólido na paisagem do conhecimento humano, precisava, experimentalmente, de uma demonstração real do que revelara — que nada mais era que a divergência quanto ao mesmo problema da transmissão da luz, no caso a das estrelas através da interposição do Sol, observável nos eclipses. Ficou demonstrado assim, como todos sabem, que o Universo é curvo.

Essa problemática da transmissão da luz acabou por liquidar a hipótese ondulatória de sua transmissão, em voga naquele tempo. A sua comprovação objetiva, real, foi obtida aqui no Brasil, em Sobral, Ceará. Daí, quando de sua estada no Brasil, a lembrança afetiva de nosso País escrevendo ao despedir-se: "Devo a comprovação da minha descoberta ao luminoso Sol do Brasil."

Depois, é sabido, fizeram-se outras experiências semelhantes e comprovadamente se repetiu a exatidão, hoje universalmente aceita, de suas descobertas teóricas mas exatas.

Não posso violentar, vamos dizer assim, o pensamento e a atenção dos meus nobres pares, nestes poucos instantes, com uma leitura demorada do em que consiste, por exemplo, a equação de Einstein de transformação da massa em energia, e vice-versa; nem da interpretação, inicial, do movimento browniano; nem de maiores grandes descobertas que, hoje, em matéria do campo gravitacional nos espaços siderais, com as descobertas dos buracos negros, estão cada vez mais comprovando o espetacular poder de síntese e apreensão científica desse gênio, muitas vezes quase parecendo um demiurgo mágico ou mediúnico, a partir de que a Teoria da Relatividade ele a expôs aos vinte e cinco anos de idade e já aos 16 tinha os olhos voltados para os fenômenos óticos e luminosos.

E adiantava-se a Galileu, a Copérnico, a toda a imensa constelação de gênios que povoam a história científica do mundo. Todas as grandes dificuldades do mundo físico, equações extraordinárias, as respostas às interrogações profundas e não solváveis até seu tempo. E por aí caminhou. Tempos depois, falou-se que, se nos Livros Sagrados, no Evangelho de São João, está ali escrito que "No princípio era o Verbo", ou se Goethe assegurava que "No princípio era a Ação", Einstein, no século XX, demonstrou que "No princípio era o Movimento."

Não vou, realmente, demorar-me nesse aspecto. Seria um despropósito. Não vou mais falar em constante da velocidade da luz, na transformação que se opera no movimento simultâneo para o observador entre objetos que se deslocam, na noção de tempo, da massa e da energia. Quero, apenas, como político, concluir este discurso com a exaltação de pacifista do grande espírito de Albert Einstein, da sua mansuetude, simplicidade, do seu horror à retórica belicista, da sua dedicação perene à ciência.

Basta considerar que, de seu labor genial, na primeira elaboração das equações da relatividade houve momentos em que passou quinze dias alheio a tudo e a todos, trancado no seu gabinete, nem sequer cuidando de alimentar-se, tal o febril anseio ao qual estava entregue, empenho na dedicação extrema de que estava possuído em desvendar os arcanos da natureza e de lá trazer aquelas estupendas revelações que assombraram, mas que convenceram finalmente a todos os cientistas ou leigos dos tem-

pos atuais. E, sobretudo, para o futuro, que será este einsteiniano, no domínio da Física, da Filosofia Natural, no domínio da Matemática, onde recebeu participações notáveis, como a dos criadores das geometrias não-euclidianas.

Mas ainda quero ressaltar outro aspecto, para finalizar o meu discurso: Einstein foi um grande humanista, ao lado de um gênio que não encontra similar, talvez com raríssimas exceções, no mundo grego ou no Renascimento. Outros contemporâneos contribuíram, a exemplo de Max Planck, com a Teoria dos Quanta, excepcionalmente para suas descobertas. Todos eles estão, na verdade, como pequenos sóis ao redor dessa grande estrela da ciência universal — Einstein. Pacifista inimigo da violência, expulso do seu

país, tendo a sua casa e seu observatório depredados, a despeito de uma Alemanha culturalmente de Kant, de Kepler, de Beethoven ou de Goethe e de tantos gênios. Mesmo nos Estados Unidos, continuou Einstein com a sua angústia pela paz e por uma humanidade mais feliz, menos brutal, menos troglodítica ou sangüinária, menos violenta. Mas isso não pôde alcançar, infelizmente, ao final de sua vida. Destino igual a de outros gênios universais.

Rendemos, nesta hora, Sr. Presidente, em nome do povo brasileiro, da Câmara dos Deputados, ao lado de toda a humanidade, a homenagem presente a esse luminoso espírito que glorifica e enaltece a espécie humana. Albert Einstein, culminante marco da ciência e do humanismo neste atribulado Século XX. (Palmas.)

MESA

Presidente:
Flávio Marçílio — ARENA

1.º Vice-Presidente:
Homero Santos — ARENA

2.º Vice-Presidente:
Renato Azeredo — MDB

1.º Secretário:
Wilson Braga — ARENA

2.º Secretário:
Epitácio Cafeteira — MDB

3.º Secretário:
Ari Kffuri — ARENA

4.º Secretário:
Walmor de Lucca — MDB

SUPLENTE
Nosser Almeida — ARENA
Daso Coimbra — ARENA
Joel Lima — MDB
Nabor Junior — MDB

LIDERANÇAS**ARENA — MAIORIA**

Líder:
Nelson Marchezan

Vice-Líderes:
Cantídio Sampaio
Alvaro Valle
Claudino Sales
Djalma Bessa
Edison Lobão
Hugo Napoleão
Ibrahim Abi-Ackel
Marcelo Linhares
Norton Macedo
Ricardo Fiuza

MDB — MINORIA

Líder:
Freitas Nobre

Vice-Líderes:
Marcondes Gadelha
Adhemar Santillo
Airton Soares
Alberto Goldman
Alceu Collares
Alvaro Dias
Carlos Cotta
Elquisson Soares
Fernando Coelho
Fernando Lyra
Heitor Alencar Furtado
João Gilberto
Odacir Klein
Pacheco Chaves
Walter Silva

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: Paulo Rocha

Local: Anexo II — Ramal 661

Coordenação de Comissões Permanentes

Diretora: Geny Xavier Marques

Local: Anexo II — Telefones: 224-5179 e 225-4805 — Ramais: 601 e 619

COMISSÕES PERMANENTES**1) COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL**

Presidente:
 Vice-Presidente:
 Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
MDB	MDB
Antônio Annibelli	Mário Hato
Cardoso Fregapani	Cristina Tavares
Carlos Bezerra	Aurélio Peres
Ernesto Dall'Oglio	Del Bosco Amaral
Francisco Libardoni	Roberto Freire
Geraldo Fleming	Pimenta da Veiga
Iturival Nascimento	Paulo Marques
Jorge Vianna	Benedito Marcilio
Juarez Batista	Ronan Tito
Marcus Cunha	Francisco Leão
Nivaldo Krüger	Ernesto de Marco
Pacheco Chaves	Mendes de Melo
Paulo Rattes	Eloy Lenzi
Walber Guimarães	Cardoso Alves

REUNIÕES

Quartas e quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Anexo II — Sala 11 — Ramal 621
Secretário: Eni Machado Coelho

2) COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Presidente:
 Vice-Presidente:
 Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
MDB	MDB
Adhemar Santillo	Alvaro Dias
Fernando Cunha	Benjamin Parah
Jorge Uequed	Olivir Gabardo
Mário Frota	Carlos Cotta
Mário Moreira	Jader Barbalho
Pedro Faria	Carlos Nelson
Ronan Tito	Castro Coimbra
Samir Achca	João Arruda

REUNIÕES

Quartas e quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Anexo II — Ramal 664
Secretária: Maria Lúcia Brandão da Silva

3) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Presidente:
 Vice-Presidente:
 Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
MDB	MDB
Aluizio Paraguassu	Oswaldo Lima
Antônio Moraes	Audálio Dantas
Carlos Alberto	Freitas Nobre
Cristina Tavares	Samir Achôa
Getúlio Dias	Sérgio Ferrara
Israel Dias-Novais	Lúcia Viveiros
JG de Araújo Jorge	Alcir Pimenta
João Gilberto	João Arruda
Jorge Paulo	Vago

REUNIÕES

Quartas e quintas-feiras, às 10:00 horas
Local: Anexo II — Sala 6 — Ramais 622 e 664
Secretária: Iole Lazzarini

4) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Djalma Marinho — ARENA
 Vice-Presidente: Francisco Rossi — ARENA
 Vice-Presidente: Lidovino Fanton — MDB

Titulares	Suplentes
ARENA	ARENA
Afrísio Vieira Lima	Adhemar de Barros
Antônio Dias	Filho
Antônio Mariz	Bonifácio de Andrada
Antônio Morimoto	Caio Pompeu
Brabo de Carvalho	Cantídio Sampaio
Claudino Sales	Célio Borja
Djalma Bessa	Darcilio Ayres
Djalma Marinho	Geraldo Guedes
Ernani Satyro	Gonzaga Vasconcelos
Fau Rosa	Hugo Napoleão
Francisco Benjamin	Igo Losso
Francisco Rossi	Jorge Arbage
Gomes da Silva	Lourenberg Nunes
Ibrahim Abi-Ackel	Rocha
Jairo Magalhães	Luiz Rocha
Joacil Pereira	Maluly Neto
Oswaldo Melo	Nereu Guidi
Paulo Pimentel	Nilson Gibson
Walter de Prá	Osmar Leitão
	Raimundo Diniz
	Ricardo Fiuza

Titulares**Suplentes**

MDB	MDB
Antônio Russo	Valter Garcia
Cardoso Alves	Alceu Collares
Edgard Amorim	Marcello Cerqueira
Eloy Lenzi	Eloar Quazzelli
Jorge Cury	Waldir Walter
José Frejat	Jorge Uequed
Lidovino Fanton	Miro Teixeira
Luis Cechinel	Erasmio Martins Pedro
Mendonça Neto	Flavio Chaves
Modesto Silveira	José Costa
Natal Gale	João Gilberto
Oswaldo Macedo	Luiz Leal
Roque Aras	Fernando Coelho
Sérgio Murillo	Juarez Furtado
Tarcísio Delgado	Samir Achôa

REUNIÕES

Terças, quartas e quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Anexo II — Sala 17 — Ramal 626

Secretária: Sílvia Barroso Martins

5) COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente:
 Vice-Presidente:
 Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
MDB	MDB
Aldo Fagundes	Marcondes Gadelha
Antônio Carlos	Sebastião Rodrigues
Harry Sauer	Junior
Hélio Duque	Euclides Scalco
Henrique Eduardo	Marcelo Cerqueira
Alves	Marcelo Cordeiro
João Arruda	José Frejat
José Camargo	Felippe Penna
Leo Simões	Mac Dowell Leite de
Manoel Gonçalves	Castro
Rubem Medina	Juarez Batista
Santilli Sobrinho	Pacheco Chaves
Silvio de Abreu Junior	Ruy Codo
	Carlos Nelson

REUNIÕES

Quartas e quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Anexo II — Sala 4 — Ramal 631

Secretária: Deizulte Macedo de Avelar Villas Boas

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

MDB

MDB

Alcir Pimenta
Amâncio Azevedo
Celso Peçanha
Daniel Silva
Genival Tourinho
Hildérico Oliveira
João Herculino
José Maria de
Carvalho
Luiz Baptista
Paulo Marques
Pimenta da Veiga
Raimundo Urbano

Heitor Alencar
Furtado
Jackson Barreto
Rosemburgo Romano
Antônio Moraes
Joel Vivas
Júnia Marise
Octacílio de Almeida
Iram Saraiva
Amadeu Geara
Luís Cechinel
Nivaldo Kruger
Luiz Leal

REUNIOES

Quartas-feiras, às 10 00 horas

Local: Anexo II - Sala 9 - Ramal 629

Secretária: Maria Clélia Orrico

7) COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

MDB

MDB

Athiê Coury
Florim Coutinho
Jader Barbalho
João Cunha
Joel Lima
José Torres
Luiz Bacarini
Marcondes Gadelha
Nabor Júnior
Odacir Klein
Olivir Gabardo
Roberto Carvalho
Ruy Codo

Santilli Sobrinho
Lidovino Fanton
Antônio Carlos
Felippe Penna
Pedro Faria
Antônio Russo
Nélio Lobato
João Herculino
Antônio Pontes
Carlos Cotta
Júlio Costamilan
Hélio Duque
Jorge Gama

REUNIOES

Quartas e quintas-feiras, às 10 00 horas

Local: Anexo II - Sala 16 - Ramal 643 643 e 644 (Direto 226-8117)

Secretário: Ruy Omar Prudente da Silva

8) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E TOMADA DE CONTAS

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

MDB

MDB

Airton Sandoval
Ernesto de Marco
Elquisson Soares
Felippe Penna
José Freire
Lázaro Carvalho
Marcelo Medeiros
Marcelo Cerqueira
Márcio Macedo
Peixoto Filho
Rosa Flores
Walter Silva

Walber Guimarães
Fernando Coelho
Jairo Brum
Newton Cardoso
Ruy Codo
Lidovino Fanton
Adalberto Camargo
Paulo Borges
Tarcísio Delgado
Vago
Vago
Vago

REUNIOES

Quartas e quintas-feiras, às 10 00 horas

Local: Anexo II - Sala 15 - (Auditório Noroeste) Ramos - R. 665

Secretário: Walter Gouvêa Costa

9) COMISSÃO DO INTERIOR

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

MDB

MDB

Carlos Nelson
Delio dos Santos
Figueiredo Correia
Jackson Barreto
Jerônimo Santana
José Carlos Vasconcellos
Leopoldo Bessone
Lúcia Viveiros
Luiz Leal
Mendes de Melo
Miro Teixeira
Newton Cardoso
Pedro Ivo
Ralph Biasi
Roberto Freire

Antônio Annibelli
Ney Ferreira
Iranildo Pereira
Tidei de Lima
Cristina Tavares
Euclides Scalco
Horácio Ortiz
Modesto Silveira
Hélio Duque
Joel Ferreira
Alutizio Bezerra
Geraldo Fleming
Roque Aras
Nélio Lobato
José Freire

10) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

MDB

MDB

Alberto Goldman
Alvaro Dias
Antônio Zacharias
Freitas Diniz
Nélio Lobato
Horácio Ortiz
Jorge Ferraz
Marcelo Cordeiro
Maurício Fruct
Oswaldo Lima
Rubem Dourado

Jerônimo Santana
Santilli Sobrinho
Elquisson Soares
Cristina Tavares
Octacílio Queiroz
Leônidas Sampaio
Tidei de Lima
Cardoso Fregapani
José Frejat
Ronan Tito
Léo Simões

REUNIOES

Quartas e quintas-feiras, às 10 00 horas

Local: Anexo II - Sala 7 - Ramal 600

Secretário: Luiz de Oliveira Pinto

11) COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Airon Rios - ARENA

Vice-Presidente: Djalma Bessa - ARENA

Titulares

ARENA

Dado Coimbra

Furtado Leite

MDB

Walter Silva

Audálio Dantas
Iranildo Pereira

Suplentes

ARENA

Cantídio Sampaio
Claudino Sales

Hugo Napoleão
Prisco Viana

MDB

Alcir Pimenta
Figueiredo Correia

Joel Vivas

REUNIOES

Quartas e quintas-feiras, às 10 00 horas

Local: Anexo II - Sala 14 - Ramal 672

Secretária: Gilka Moysés Santos

12) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

MDB

MDB

Adalberto Camargo
Alutizio Bezerra
Carlos Santos
Iram Saraiva
Jairo Brum
João Menezes
Júnia Marise
Magnus Guimarães
Mac Dowell Leite de
Castro
Sebastião Rodrigues
Junior
Ulysses Guimarães
Thales Ramalho
Waldir Walter
Waldmir Belinati

Rosa Flores
Modesto Silveira
Francisco Pinto
Jorge Uequed
Leopoldo Bessone
Paes de Andrade
Arnaldo Lafayette
Marcus Cunha
Mendonça Neto
Hildérico Oliveira
João Cunha
JG de Araújo Jorge
Israel Dias-Novaes
Roberto Carvalho

REUNIOES

Quartas e quintas-feiras, às 10 30 horas

Local: Anexo II - Sala I - Ramal 677

Secretário: Paulo José Maestralli

13) COMISSÃO DE SAÚDE

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

MDB

MDB

Castro Coimbra
Euclides Scalco
Joel Vivas
Leônidas Sampaio
Mário Hato
Max Mauro
Pedro Lucena
Rosemburgo Romano
Walter de Castro

Benjamim Farah
Carlos Cotta
Carneiro Arnaud
Luiz Baptista
Amâncio de Azevedo
Waldmir Belinati
Jorge Vianna
Ernesto Dall'Ogho
Vago

REUNIOES

Quartas e quintas-feiras, às 10 00 horas

Local: Anexo II - Sala 10 - Ramal 682

Secretária: Iná Fernandes Costa

14) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

Presidente:

Vice-Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

Suplentes

MDB

MDB

Antônio Pontes
Airton Soares
Carlos Cotta
Eloar Quazzelli
Erasmio Martins Pedro
Iranildo Pereira
Joel Ferreira
Ney Ferreira

Octávio Torrecilla
Mário Frota
Florim Coutinho
Geraldo Fleming
Vago
Vago
Vago
Vago

REUNIOES

Quartas e quintas-feiras, às 10 00 horas

Local: Anexo II - Sala 13 - Ramal 688 e 689

Secretária: Regina Maria Zanillo de Carvalho

15) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Presidente:
Vice-Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
MDB	MDB
Alceu Collares	Iranildo Pereira
Benjamin Farah	Pedro Lucena
Francisco Pinto	Fernando Coelho
Freitas Nobre	Carlos Alberto
Heitor Alencar	Sérgio Murillo
Furtado	Peixoto Filho
José Mauricio	Celso Peçanha
Jorge Gama	Pedro Ivo
Juarez Furtado	Sérgio Ferrara
Paes de Andrade	

REUNIÕES

Quartas-feiras, às 10 00 horas
Local: Anexo II — Sala 12 — Ramal 604
Secretário: Hélio Alves Ribeiro

16) COMISSÃO DE TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente:
Vice-Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares	Suplentes
MDB	MDB
Amadeu Geara	Fernando Cunha
Arnaldo Lafayette	Edgard Amorim
Audálio Dantas	Rosa Flores
Aurélio Peres	Elquisson Soares
Benedito Marcilio	Max Mauro
Carneiro Arnaud	Jorge Cury
Del Bosco Amaral	Waldir Walter
Edison Khair	Délio dos Santos
Flávio Chaves	João Cunha

Titulares

MDB
José Costa
Júlio Costamilan
Octávio Torrecilla
Valter Garcia
Tertuliano Azevedo

Suplentes

MDB
João Herculino
Jayro Maltoni
Natal Gale
Eloar Quazzelli
Carlos Alberto

REUNIÕES

Quartas e quintas-feiras, às 10 00 horas
Local: Anexo II — Sala 13 — Ramal 647
Secretário: Nelson Oliveira de Souza

17) COMISSÃO DE TRANSPORTES

Presidente:
Vice-Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares

MDB
Fernando Coelho
Fernando Lyra
Fued Dib
Gilson Barros
Jayro Maltoni
Octacílio de Almeida
Francisco Leão
Paulo Borges
Sérgio Ferrara
Tidel de Lima

Suplentes

MDB
Nabor Júnior
Mário Moreira
Ernesto de Marco
Horácio Ortiz
Carlos Nelson
Adalberto Camargo
Francisco Libardoni
Airtom Sandoval
Octávio Torrecilla
Iturival Nascimento
Paulo Rattes

REUNIÕES

Quartas e quintas-feiras, às 10 30 horas
Local: Anexo II — Sala 5 — Ramal 696
Secretário: Carlos Brasil de Araújo

COORDENAÇÃO DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Dirutora: Gilda Amora de Assis Republicano
Local: Anexo II — Ramal 749

Seção de Comissões Especiais

Chefe: Stella Prata da Silva Lopes
Local: Anexo II — Sala 8-B — Ramal 804

Seção de Comissões de Inquérito

Chefe: Luiz Antônio de Sa Cordeiro da Silva
Local: Anexo II — Ramal 612 — 233-1230 (Direto)

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER AO PROJETO N.º 634, DE 1975, DO PODER EXECUTIVO, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO CIVIL

Presidente:
Vice-Presidente:
Vice-Presidente: Igo Losso ARENA
Relator-Geral: João Linhares ARENA

ARENA	Titulares	MDB
Raymundo Diniz Vago	Mac Dowel Leite de Castro	Israel Dias-Novais

ARENA	Suplentes	MDB
Antônio Morimoto	Erasmio Martins Pedro	
Cid Furtado	Fernando Coelho	
Marcelo Linhares	Mário Moreira	
Vago	Oswaldo Lima	
	Tarcísio Delgado	

REUNIÕES

Local: Anexo II — Sala 8-A — Ramais 603 e 604
Secretário: Antônio Fernando Borges Manana

REPRESENTAÇÕES POR INCONSTITUCIONALIDADE DISPOSITIVOS DE CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS

Acórdãos do STF (íntegras) em Representações por inconstitucionalidade de dispositivos de Constituições estaduais. Resoluções do Senado Federal, suspendendo a execução de dispositivos julgados inconstitucionais pelo STF

EDIÇÃO: 1976
2 tomos

PREÇO:
Cr\$ 150,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo I)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Grafico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília - DF

PREÇO DESTE EXEMPLAR Cr\$ 1,00

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS